

HISTÓRIA DO MARANHÃO

A Capitania do Maranhão: Os lotes de João de Barros e Fernão Álvares de Andrade. Expedição de Aires da Cunha. Primitivos habitantes da Capitania. Os franceses Jacques Riffault e Charles Des Vaux. França Equinocial: expedição de Daniel de La Touche. Fundação de São Luís. Batalha de Guaxenduba. Capitães-mores do Maranhão. Carta Régia de 1621.

A invasão holandesa. A expulsão dos holandeses.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará:

A Revolta de Bequimão. Causas.

Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Os objetivos da Revolta.

Período do Império: adesão do Maranhão.

A Independência do Brasil. causas da não adesão: a batalha do Jenipapo. A adesão de Caxias à independência do Brasil. Lorde Cochrane e a adesão de São Luís à independência do Brasil.

A Balaiada: caracterização e causas do movimento. A repressão: Caxias e a Balaiada.

Período Republicano: Adesão do Maranhão à República.

A Revolução de 1930 no Maranhão.

Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão, na segunda metade do século XX.

CAPITANIA DO MARANHÃO

A **Capitania do Maranhão** foi uma das subdivisões do território brasileiro no período colonial. Seu primeiro donatário foi Fernando Álvares de Andrade, que recebeu a capitania em 11 de março de 1535. Ela tinha 75 léguas de costa, estendendo-se do cabo de Todos os Santos até a foz do Rio da Cruz, cobrindo o nordeste do atual estado do Maranhão, pequena parte do Pará (onde hoje está Belém) e um extremo da Ilha de Marajó.

História

Os donatários das três últimas capitanias, João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, organizaram juntos uma expedição colonizadora composta de dez navios, com novecentos povoadores, sob o comando de Aires da Cunha, a qual chegou ao Brasil em 1535. Foram pouco felizes: obrigados a abandonar o navio ao ver as terras do Maranhão, fundaram a povoação da Nazaré. Sempre foram ameaçados pelos indígenas, com os quais entravam constantemente em luta. Em 1538, abandonaram a empresa. Nova tentativa de aproveitamento dos dois lotes foi feita em 1554, sob a chefia de Luís Melo. Já os franceses, por sua vez, visitavam freqüentemente a região, o que obrigou a Coroa, em princípios do século XVII, a empreender sua conquista.

Em 1621 foi elevada à dignidade de Estado do Maranhão, com administração independente do resto do Brasil, sob ordens de Filipe III de Espanha, a fim de promover o desenvolvimento da região. Uniu-se a antiga capitania ao Grão-Pará, mantendo São Luís como a capital desse extenso território.

Aires da Cunha

Aires da Cunha (Portugal, ? — litoral maranhense, 1536) foi um capitão donatário do Brasil.

Tendo recebido de João III de Portugal em 1535 a Capitania do Maranhão, associou-se a Fernando Álvares de Andrade e João de Barros, que organizaram uma expedição para colonizar a região norte do Brasil. Em novembro de 1535 a expedição aportou na Capitania de Pernambuco, onde recebeu auxílio de Duarte da Costa. Rumando para o norte, para a costa do Maranhão, um violento temporal fez naufragar a embarcação, perecendo a maior parte de seus integrantes.

Os primitivos habitantes

Os TUPINAMBÁS habitavam a Ilha do Maranhão, quando os primeiros franceses chegaram. Vieram fugidos de Pernambuco, quando aquelas paragens foram ocupadas pelos Portugueses – *Perós* – tendo chegados à Ilha pelos menos 70/80 anos antes, expulsando os Jês para o interior. A etnia Jê se estabeleceu no Brasil há pelo menos 7.500 anos.

Os Tupinambás que deram à Ilha o nome de *UPAON-ACÚ* – Ilha Grande – e ao tempo da chegada dos Franceses seu chefe principal era *JUPIAÇÚ*. Não sabiam ler nem escrever – eram primitivos – e praticavam a antropofagia. Andavam nus, usando penas de aves nos dias de festas – usavam o urucu e o jenipapo. Viviam em pequenas aldeias, com as casas feitas de palha – pindova – e viviam da caça de pequenos animais; da coleta de frutos; da pesca; e cultivavam a mandioca, o milho e o algodão. Tinham como armas o arco e a flecha, e a lança, feitos de madeira; machado e martelo, de pedra.

Usavam a cerâmica para seus jarros e panelas; teciam para fazer redes; tinham como instrumentos musicais, o tambor, o maracá e a flauta. Não tinham religião, mas acreditavam em um ser superior – Tupã. Leopoldo Vaz

Os Franceses No Maranhão

Desde 1594, alguns traficantes franceses começaram a fixar-se no Maranhão. Um deles, Jacques Rifault, vendo a riqueza da terra, e animado com o acolhimento que lhe faziam os índios, concebeu a idéia de fundar naquelas paragens um estabelecimento definitivo. Nesse propósito, associou-se a alguns companheiros e deliberou retornar à França para trazer novos recursos, deixando em seu lugar, no Maranhão, um tal de Charles Desvaux. Como, porém, Rifault nunca mais voltava, entenderam os sócios impacientes que deviam, por sua conta, enviar um mensageiro à corte para entender-se com o rei.

Henrique 4º deixou-se inflamar pelas narrativas do aventureiro, acedendo de pronto em fazer estudar as condições em que se poderia estabelecer uma colônia naquelas paragens, quase que inteiramente abandonadas pelos portugueses. Então, incumbiu-se Daniel de la Tousse de visitar o Maranhão e tomar as proporções do problema. La Tousse partiu para a América em 1610 e, dentro de pouco tempo, estava de volta à França, dando as melhores informações acerca das terras cuja conquista se projetava. Henrique 4º, no entanto, acabava de ser vítima do punhal de Ravaillac [Nesse ano, o rei francês associou-se aos protestantes alemães, pretendendo iniciar uma guerra impopular contra a Alemanha e a Espanha, irritando, com isso, seus inimigos, que lhe tramaram a morte]. Maria de Medicis, regente em nome de Luís 13, todavia, amparou o empreendimento organizado por La Tousse, associado agora a Razilly.

Aquela nova expedição que veio ao Brasil era composta de três navios armados de guerra, trazendo mais de mil homens para iniciar a colônia. Na ilha do Maranhão, encontraram os primitivos imigrantes, ainda muito animados. Nesse tempo, eles haviam feito as melhores relações com os índios, cujo apoio e concurso muito lhes valeram. Os franceses cuidaram, então, de fundar na ilha um forte a que deram o nome de São Luís, em honra ao rei infante, dando origem à cidade que é hoje a capital do Maranhão. Logo que se viram ali bem instalados, foram tratando de ampliar as explorações, principalmente para o lado do rio Amazonas.

Desde muito se impressionavam os portugueses com o esquecimento em que se ia deixando aquela parte do litoral, assim exposta à façanha dos aventureiros, alarmando-se agora com as notícias vindas do Maranhão. Diogo de Menezes, que em 1606 havia sucedido a Diogo Botelho no governo geral, parecia cada vez mais embaraçar-se com os padres, numa luta de que só resultavam males para a colônia. Assim, este Governador apenas pôde fundar um forte no Ceará, que foi o princípio da atual cidade de Fortaleza. Em 1608, de novo, o Brasil foi dividido em dois governos com sede, o primeiro na Bahia, e o segundo no Rio de Janeiro. Até 1612, Diogo de Menezes continuou como Governador da circunscrição do norte; e, para o sul, foi enviado D. Francisco de Sousa, ex-Governador e superintendente das minas, o qual, em 1610, foi sucedido por seu filho, D. Luís de Sousa. Este último governou até 1616. Durante a administração de Diogo de Menezes, em 1609, instalou-se na Bahia a primeira Relação [Tribunal de Justiça], composta de nove desembargadores, vindos da metrópole. Em 1612, Diogo de Menezes foi substituído no governo do norte por Gaspar de Sousa, que veio com incumbência especial de expulsar os franceses do Maranhão. pitoresco.com

A França Equinocial

O estabelecimento da chamada **França Equinocial** iniciou-se em Março de 1612, quando uma expedição francesa partiu do porto de Cancale, na Bretanha, sob o comando de Daniel de La Touche, Senhor de la Ravardière. Este nobre, que em 1604 havia explorado as costas da



Guiana com o navegador Jean Mocquet, havia tido os seus planos de colonização do Novo Mundo adiados devido à morte de Henrique IV de França em 1610. Agora, com cerca de quinhentos colonos a bordo de três navios - "Régente", "Charlotte" e "Saint-Anne" -, dirigia-se à costa norte do atual estado brasileiro do Maranhão.

Para facilitar a defesa, os colonos estabeleceram-se numa ilha, onde fundaram um povoado denominado de "Saint Louis" (atual São Luís), em homenagem ao soberano, Luís XIII de França (1610-1643). No dia 8 de Setembro de 1612, frades capuchinhos rezaram a primeira missa, tendo os colonos iniciado a construção do "Fort Saint Louis".

Cientes da presença francesa na região, os portugueses reuniram tropas a partir da capitania de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura. As operações militares culminaram com a capitulação francesa em 4 de novembro de 1615.

Poucos anos mais tarde, a partir de 1620, iniciou-se o afluxo de colonos portugueses, tendo a povoação de São Luís começado a crescer, com uma economia baseada principalmente na agro-manufatura açucareira.

Por sua vez, os franceses fizeram novas tentativas de colonização mais ao norte, na foz do rio Amazonas (de onde também foram expulsos) e na região da atual Guiana Francesa, em 1626 onde lograram sucesso. Caiena viria a ser fundada em 1635 por iniciativa da "*Compagnie de la France Équinoxiale*" (criada nesse ano e recriada em 1645, tendo sido encerrada por duas vezes por dificuldades de gestão). O estabelecimento francês na Guiana só viria a firmar-se, entretanto, após 1674, quando passou para a administração direta da Coroa Francesa, administrada por um Governador nomeado pelo soberano. Atualmente, a Guiana Francesa é um departamento da França continental.

Invasão Francesa

Daniel de La Touche, conhecido como Senhor de La Ravardière, acompanhado de cerca de 500 homens vindos das cidades francesas de Cancale e Saint-Malo, chegou à região em 1612 para fundar a França Equinocial e realizar o sonho francês de se instalar na região dos trópicos. Uma missa rezada por capuchinhos e a construção de um forte nomeado de *Saint-Louis* ("São Luís"), em homenagem prestada a Luís IX patrono da França, e ao rei francês da época Luís XIII, marcaram a data de fundação da nova cidade: 8 de Setembro. Logo se aliaram aos índios, que foram fiéis companheiros na batalha contra portugueses vindos de Pernambuco decididos a reconquistar o território, o que acabou por acontecer alguns anos depois.

Comandada por Alexandre de Moura, a tropa lusitana expulsou os franceses em 1615 e Jerônimo de Albuquerque foi destacado para comandar a cidade. Açorianos chegaram à cidade em 1620 e a plantação da cana para produção de açúcar e aguardente tornou-se então a principal atividade econômica na região. Os índios foram usados como mão-de-obra na lavoura. A produção foi pequena durante todo o século XVII e, como praticamente não circulava dinheiro na região, os excedentes eram trocados por produtos vindos do Pará, Amazônia e Portugal. Rolos de pano eram um dos objetos valorizados na época, constando inclusive nos testamentos dos senhores mais abastados.

Fundação de São Luís

Fundada pelos franceses no início do século XVII para se tornar o núcleo da França Equinocial e mais tarde ocupada pelos holandeses, São Luís tem hoje um dos mais modernos portos do Brasil.

São Luís é capital e principal cidade do estado do Maranhão. Situa-se na ilha de São Luís, entre as embocaduras dos rios Anil e Bacanga. O clima é tropical chuvoso, com temperatura média anual de 26o C. Os totais pluviométricos chegam a 2.083mm. Liga-se ao continente por duas pontes.

História. Os primeiros habitantes da área onde hoje está São Luís foram os índios tupinambás. A cidade foi fundada em 1612 pelos franceses que ali aportaram, sob o comando de Daniel de La Touche, o senhor de La Ravardière, com três navios e pouco mais de 500 homens. Em 1615 a ilha foi conquistada pelos portugueses e, a partir de 1641, esteve sob domínio holandês durante três anos. Nascida com a função de defesa e ponto de partida para a ocupação do interior, São Luís teve crescimento lento. O mais importante surto de desenvolvimento começou com a fundação da

Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, em 1755, que introduziu a cultura do algodão, visando a indústria têxtil da Inglaterra.

A capital maranhense, lembrada hoje pelo enorme casario de arquitetura portuguesa, no início abrigava apenas ocas de madeira e palha e uma paisagem quase intocada. Aqui, ficava a aldeia de Upaon-Açu, onde os índios tupinambás - entre 200 e 600, segundo cronistas franceses - viviam da agricultura de subsistência (pequenas plantações de mandioca e batata doce) e das ofertas da natureza, caçando, pescando, coletando frutas. Nos arredores da atual cidade de São Luís, habitava a etnia indígena dos potiguaras.

Pré-história

Antes mesmo da chegada dos franceses, o lugar onde hoje está localizada a cidade de São Luís já era densamente habitado por povos indígenas. Atualmente, pesquisadores estão a procura de objetos arqueológicos provavelmente enterrados no Sambaqui do Bacanga, localizado no Parque Estadual do Bacanga. Os pesquisadores criaram trincheiras à procura de vestígios de novos artefatos que poderiam pertencer a populações pré-históricas. Querem também saber o perfil sócio-cultural dos humanos que habitaram essa região. Esses objetos provavelmente pertenciam a populações pescadoras-coletoras-caçadoras-ceramistas pré-históricas que viviam no sambaqui do Bacanga. A descoberta poderá ser muito importante, pois acredita-se que as populações que viviam na Amazônia migraram para a Região Nordeste do Brasil.

O sambaqui do Bacanga localiza-se no Norte do Maranhão, na região centro-oeste da ilha de São Luís. Suas coordenadas geográficas: S 02°34'41.8" W 044°16'50.4".

Primeira tentativa de povoamento português

Em 1535, a divisão do país em capitanias hereditárias deu ao tesoureiro João de Barros a primeira oportunidade de colonizar a região.

Na década de 1550, foi fundada a cidade de Nazaré, provavelmente onde hoje é São Luís, que acabou sendo abandonada devido à resistência dos índios e a dificuldade de acesso à ilha.

Batalha de Guaxenduba

A **Batalha de Guaxenduba** foi um confronto militar ocorrido entre forças portuguesas e francesas onde hoje se localiza a cidade de Icatu, no estado do Maranhão. A batalha foi um importante passo dado pelos portugueses para a expulsão definitiva dos franceses do Maranhão, dada em 4 de novembro de 1615, que permitiu que a Amazônia fosse portuguesa, e, portanto, brasileira.

Antecedentes

Em 1555, os franceses tentaram estabelecer uma colônia no Rio de Janeiro, a França Antártica, que foi extinta em 1560. Em 1612, com a confiança dos indígenas, os franceses novamente tentam estabelecer uma colônia no território pertencente a Portugal: em 8 de setembro, foi fundada a povoação de **Saint Louis** e iniciada a construção do Forte de São Luís do Maranhão.

Ciente da presença dos franceses ao norte da capitania do Maranhão, Alexandre de Moura envia tropas de Pernambuco. Por volta de agosto de 1614, a expedição portuguesa chega à foz do Rio Munim, onde é construída uma fortificação hexagonal a que é dado o nome de Forte de Santa Maria.

Início do confronto

Na manhã de 19 de novembro de 1614, os soldados portugueses notaram que, ao lado do forte de Santa Maria, o mar estava repleto de embarcações a vela e a remo, se aproximando silenciosamente da costa. Para atacá-los no desembarque, Jerônimo de Albuquerque dirigiu-se à praia com 80 soldados portugueses, mas, percebendo que o número de inimigos era muito maior, retrocedeu. Logo, havia centenas de combatentes na praia e assim foi iniciada uma longa troca de tiros de mosquetes e arcabuzes. Nesse primeiro encontro, foram mortos um soldado português e dois franceses.

Trincheiras

Imediatamente à frente do forte de Santa Maria, estava um pequeno morro. Sob o comando de Monsieur de la Fos Benart, cerca de 400 tupinambás que lutavam pelo lado francês receberam a ordem de fortificar o máximo que pudessem seu topo: construíram, ao todo, 7 trincheiras, fortificando todo o espaço entre a maré e o topo do outeiro. Por um caminho secreto, Jerônimo de Albuquerque subiu o morro com 75 soldados e 80 arqueiros portugueses. Em terra, saltou de uma canoa um trombeta (mensageiro), que levava o brasão de armas reais da França e uma carta em francês escrita por Daniel de la Touche, a qual dizia que os portugueses deviam se render em 4 horas ou seriam massacrados. Astuto, Diogo de Campos percebeu que a carta não passava de uma tentativa dos franceses de ganhar tempo e obter informações sobre o estado das tropas portuguesas.

A esta altura, o grupo de soldados e arqueiros que acompanhava Jerônimo de Albuquerque já estava próximo às trincheiras francesas. Os índios que as defendiam eram uma grande multidão, e neles, os portugueses não perdiam um tiro. Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardière, percebia do mar que o exército francês sofria pesadas baixas: em menos de uma hora, a área ao redor do forte de Santa Maria estava repleta de mortos franceses e indígenas. Ravardière mandou para próximo da praia os navios mais velozes para prevenir maiores danos à sua tropa, mas, sob bombardeio de artilharia de navios portugueses, foi forçado a desistir.

Desistência francesa

Com todas as canoas ardendo em chamas na praia, os franceses restantes em terra não tiveram como fugir e tudo o que puderam fazer foi se recolher na fortificação no topo do outeiro. Entre eles estavam Monsieur de la Fos Benart e Monsieur de Canonville. Ao final da batalha, próximo ao outeiro, muitos dos soldados portugueses se punham à frente dos mosquetes dos inimigos, que ainda resistiam. Turcou, o intérprete dos franceses na comunicação com os índios, foi baleado pelos portugueses, e com ele, Monsieur de la Fos Benart, líder dos indígenas que lutavam com os franceses. Sem orientação, os índios restantes, mais de 600, começaram a fugir, descendo o outeiro e a eles se misturaram os soldados franceses, que não possuíam mais pólvora para atirar.

Capitães-donatários do Maranhão

Governante	Data da posse
Fernando Álvares de Andrade, João de Barros e Aires da Cunha	1536
Luís de Melo e Silva	

Capitães da França Equinocial

Governante	Início	Fim
Daniel de la Touche	1612	1615
Senhor de la Ravardière		

Capitães-mores do Estado do Maranhão

Governante	Início	Fim
Jerônimo de Albuquerque Maranhão	9 de janeiro de 1616	fevereiro de 1618
Antônio de Albuquerque	11 de fevereiro de 1618	novembro de 1619
Domingos da Costa Machado	7 de novembro de 1619	1622
Antônio Moniz Barreiros Filho	20 de abril de 1622	1626
Antônio Coelho de Carvalho	3 de setembro de 1626	15 de setembro de 1635
Jácome Raimundo de Noronha	9 de outubro de 1635	janeiro de 1638
Bento Maciel Parente	27 de janeiro de 1638	1642

Governadores neerlandeses do Maranhão

Governante	Início	Fim
Koen Anderson	25 de novembro de 1641	30 de setembro de 1642

Trégua e expulsão dos franceses

Após a Batalha de Guaxenduba, as tropas francesas restantes no Maranhão estavam recolhidas no *Forte de Saint Louis*. Para ganhar tempo, Ravardière propôs uma trégua aos portugueses e sua proposta foi aceita, ficando estipulado que um oficial português e um francês fossem à França e um oficial português e um francês fossem a Portugal, para procurar nas cortes desses países uma solução para o conflito.

Com o cessar fogo anunciado, portugueses, franceses e nativos permaneceram em paz. Em outubro de 1615, chega a Guaxenduba o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, trazendo um reforço de tropas e mantimentos. Por ser de patente superior, assumiu o comando geral das tropas portuguesas. Sob seu comando, os portugueses violaram o tratado que haviam feito com os franceses e intimaram Daniel de la Touche a abandonar o Maranhão em 5 meses. Três meses depois, chegaram da Europa Diogo de Campos e Martim Soares, trazendo mais tropas portuguesas e ordens terminantes da corte para os franceses abandonarem definitivamente o Brasil. Em 1º de novembro de 1615, Alexandre de Moura ordenou que o Forte de São Luís fosse cercado e desembarcou suas tropas na ponta de São Francisco, onde foi construído o Forte de São Francisco do Maranhão.[6] Vendo-se incapaz de permanecer em luta, Ravardière acabou entregando aos portugueses o Forte de São Luís e rendendo-se. Foi preso por Alexandre de Moura e permaneceu encarcerado por três anos na Torre de Belém.

Lenda do milagre de Guaxenduba

No livro "História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará", de 1759, o padre José de Moraes relata a aparição de Nossa Senhora da Vitória entre os batalhões portugueses, animando os soldados durante todo o tempo da batalha e transformando areia em pólvora e seixos, em projéteis. Nossa Senhora da Vitória é considerada a padroeira de São Luís e a Catedral da Sé da cidade recebe seu nome e uma escritura em latim, que diz: 1629 • SANCTÆ MARIÆ DE VICTORIA DICATUM • 1922.

Capitães-mores do Estado do Maranhão

Governante	Início	Fim
Pedro de Albuquerque Melo	13 de julho de 1643	6 de fevereiro de 1644
Antônio Teixeira	6 de fevereiro de 1644	junho de 1646
Francisco Coelho de Carvalho	17 de junho de 1646	15 de fevereiro de 1648
Manuel Pitta da Veiga	fevereiro de 1648	1649
Luís de Magalhães	17 de fevereiro de 1649	25 de fevereiro de 1652
Balthazar de Sousa Pereira	25 de agosto de 1654	1655
André Vidal de Negreiros	11 de maio de 1655	23 de setembro de 1656
Agostinho Correia	23 de setembro de 1656	junho de 1658
Pedro de Mello	16 de junho de 1658	26 de março de 1662
Rui Vaz de Siqueira	26 de março de 1662	junho de 1667
Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Velho	22 de junho de 1667	junho de 1671
Pedro César de Meneses	7 de junho de 1671	agosto de 1678
Inácio Coelho da Silva	17 de agosto de 1678	maio de 1682
Francisco de Sá de Meneses	27 de maio de 1682	maio de 1685
Gomes Freire de Andrade	15 de maio de 1685	julho de 1687
Artur de Sá de Meneses	17 de julho de 1687	maio de 1690
Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	17 de maio de 1690	junho de 1701
Fernão Carrilho	30 de junho de 1701	julho de 1702
Manuel Rolim de Moura Tavares	1702	1705
João Velasco de Molina	1705	1707
Cristóvão da Costa Freire	1707	1718
Bernardo Pereira de Berredo e Castro	1718	1722
João da Maia da Gama	1722	1728
Alexandre de Sousa Freire	1728	1732
José da Serra	1732	1736
João Alves de Carvalho	1736	1737
João de Abreu Castelo Branco	1737	1745
Domingos Duarte Sardinha	1745	1747
Francisco Pedro de Mendonça Gorjão	1747	1751
Luís de Vasconcelos Lobo	1751	1752
Severino de Faria	1753	1753
Gonçalo Pereira Lobato e Sousa	1753	1761
Joaquim de Mello e Póvoas	1761	1775

Governadores da Capitania do Maranhão

Governante	Início	Fim
Joaquim de Mello e Póvoas	1775	1779
Antônio de Sales e Noronha	1779	1784
José Teles da Silva	1784	1787
Fernando Pereira Leite de Foios	1787	1792
Fernando Antônio de Noronha	1792	1798
Diogo de Sousa	1798	1804
Antônio de Saldanha da Gama	1804	1806
Francisco de Mello Manuel da Câmara	1806	1809
José Tomás de Meneses	1809	1811
Paulo José da Silva Gama	1811	1819
Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca	1819	1821

Oficialização por meio de Carta Régia permite que o Estado receba ordens diretamente da Coroa.

No auge da União Ibérica, o reino formado por Espanha e Portugal tenta controlar a enorme extensão territorial da colônia sul-americana. As preocupações concentram-se em uma porção de terra ao norte, conhecida como território do Maranhão. Praticamente isolada, mas às margens do

oceano, era a região que oferecia melhor comunicação com a Coroa - e, ao mesmo tempo, suscitava a cobiça de outros países. Os habitantes dali, por sua vez, pareciam mais à vontade em se comunicar com estrangeiros do que com o Governo Geral da Bahia. Em maio de 1617, a Coroa decide aproveitar essa facilidade de comunicação. A colônia então é dividida em dois novos Estados: do Brasil, com sede em Salvador, e Colonial do Mara-

não, com sede em São Luís. O novo Estado receberia ordens diretamente da Europa, não sendo mais subordinado ao poder colonial local. A oficialização vem em Carta Régia de **12 de junho de 1621**, que delimita o novo Estado do Maranhão, formado pelas atuais áreas do Piauí, Pará, Maranhão, Amazonas, Roraima e Amapá. A divisão durou até 1652, quando em seu lugar foram instituídas duas capitanias gerais: Maranhão e Grão-Pará. Almanaque Abril

Ocupação holandesa

Depois de terem ocupado a maior parte do território do Nordeste da Colônia portuguesa na América, os holandeses dominaram as terras da Capitania do Maranhão em 1641. Eles desembarcaram em São Luís e tinham como objetivo a expansão da indústria açucareira com novas áreas de produção de cana-de-açúcar. Depois, expandiram-se para o interior da Capitania.

Os colonos, insatisfeitos com a presença holandesa, começaram movimentos para a expulsão dos holandeses do Maranhão em 1642, sendo o primeiro movimento contra a dominação holandesa. As lutas só acabaram em 1644 e nelas se destaca Antônio Texeira de Melo como um dos líderes do movimento.

Estado do Grão-Pará e Maranhão

O **Estado do Grão-Pará e Maranhão** foi um dos estados coloniais portugueses na América do Sul que existiu durante o governo monarca José I de Portugal, criado no período pombalino oriundo do Estado do Maranhão, quando mudou sua capital de São Luís para Belém. No seu auge ia do Nordeste Ocidental até a Amazônia Ocidental, quando o Maranhão ganhou soberania e se criou a capitania do Grão Pará e Rio Negro (Amazonas).

Revolta de Beckman

A **Revolta de Beckman**, também **Revolta dos Irmãos Beckman** ou **Revolta de Bequimão**, ocorreu no então Estado do Maranhão, em 1684. É tradicionalmente considerada como um movimento nativista pela historiografia em História do Brasil.

O sobrenome *Beckman*, de origem germânica, também é grafado em sua forma aportuguesada, *Bequimão*.

Antecedentes

O Estado do Maranhão foi criado à época da Dinastia Filipina, em 1621, compreendendo os atuais territórios do Maranhão, Ceará, Piauí, Pará e Amazonas. Essa região subordinava-se, desse modo, diretamente à Coroa Portuguesa. Entre as suas atividades econômicas destacavam-se a lavoura de cana e a produção de açúcar, o cultivo de tabaco, a pecuária (para exportação de couros) e a coleta de cacau. A maior parte da população vivia em condições de extrema pobreza, sobrevivendo da coleta, da pesca e praticando uma agricultura de subsistência. Desde meados do século XVII, o Estado do Maranhão enfrentava séria crise econômica, pois desde a expulsão dos Holandeses da Região Nordeste do Brasil a empresa açucareira regional não tinha condições de arcar com os altos custos de importação de escravos africanos. Neste contexto, teve importância a ação do padre Antônio Vieira (1608-1697) que, na década de 1650, como Superior das Missões Jesuítas no Estado do Maranhão, implantou as bases da ação missionária na região: pregação, batismo e educação, nos moldes da cultura portuguesa e das regras estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563).

Posteriormente, pela lei de 1º de abril de 1680, a Coroa determinava a abolição da escravidão indígena, sem qualquer exceção, delimitando, mais adiante, as respectivas áreas de atuação das diversas ordens religiosas.

Para contornar a questão de mão-de-obra, os senhores de engenho locais organizaram tropas para invadir os aldeamentos organizados pelos Jesuítas e capturar indígenas como escravos. Estes indígenas, evangelizados, constituíam a mão-de-obra utilizada pelos religiosos na atividade de coleta das chamadas drogas do sertão. Diante das agressões, a Companhia de Jesus recorreu à Coroa, que interveio e proibiu a escravização do indígena, uma vez que esta não trazia lucros para a Metrópole.

Para solucionar esta questão, a Coroa instituiu a Companhia do Comércio do Maranhão (1682), em moldes semelhantes ao da Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649). Pelo Regimento, a nova Companhia deteria o estanco (monopólio) de todo o comércio do Maranhão por um período de vinte anos, com a obrigação de introduzir dez mil escravos africanos (à razão de quinhentos indivíduos por ano), comercializando-os a prazo, a preços tabelados. Além do fornecimento destes escravos, deveria fornecer tecidos manufaturados e outros gêneros europeus necessários à população local, como por exemplo o bacalhau, os vinhos e a farinha de trigo. Em contrapartida, deveria enviar anualmente a Lisboa pelo menos um navio do Maranhão e outro do Grão-Pará, com produtos locais. O cacau, a baunilha, o pau-cravo e o tabaco, produzidos na região, seriam vendidos exclusivamente à Companhia, por preços tabelados. Para obtenção da farinha de mandioca necessária à alimentação dos africanos escravizados, era permitido à Companhia recorrer à mão-de-obra indígena, remunerando-a de acordo com a legislação em vigor. Graças à intercessão do Governador Francisco de Sá de Meneses, apenas os jesuítas e franciscanos ficaram livres do monopólio exercido pela Companhia.

Sem conseguir cumprir adequadamente os compromissos, a operação da Companhia agravou a crise econômica e fez crescer o descontentamento na região:

os comerciantes locais sentiam-se prejudicados pelo monopólio da Companhia;

os grandes proprietários rurais entendiam que os preços oferecidos pelos seus produtos eram insuficientes;

os apesadores de indígenas, contrariados em seus interesses, reclamavam da aplicação das leis que proibiam a escravidão dos nativos;

a população protestava contra a irregularidade do abastecimento dos gêneros e os elevados preços dos produtos.

A Companhia passou a ser objeto de acusações de não fornecer anualmente o número de escravos estipulado pelo Regimento, de usar pesos e medidas falsificados, de comercializar gêneros alimentícios deteriorados e de praticar preços exorbitantes. Esses fatos, somados às isenções concedida aos religiosos conduziria a uma revolta.

Ecloração da revolta

Após alguns meses de preparação, Aproveitando a ausência do Governador Francisco de Sá de Meneses, em visita a Belém do Pará, a revolta eclodiu na noite de 24 de fevereiro de 1684, durante as festividades de Nosso Senhor dos Passos.

Sob a liderança dos irmãos Manuel e Tomás Beckman, senhores de engenho na região, e de Jorge de Sampaio de Carvalho, com a adesão de outros proprietários, os comerciantes eram insatisfeitos com a guarda do governo, um grupo de sessenta a oitenta homens mobilizou-se para a ação, assaltando os armazéns da Companhia.

Já nas primeiras horas do dia seguinte os sediciosos tomaram o Corpo da Guarda em São Luís, integrado por um oficial e cinco soldados. Partiram dali, com outros moradores arregimentados no trajeto, para a residência do Capitão-mor Baltasar Fernandes, que clamava por socorro, sem sucesso. Registra o historiador maranhense João Francisco Lisboa que "*Beckman intimou-lhe a voz de prisão e suspensão do cargo, acrescentando, como que por mofa, que para tomar-lhe aquela mais suave o deixava em casa entregue à guarda da sua própria mulher, com obrigações de fiel carcereira. Baltasar Fernandes gritou que preferia a morte a tal afronta intolerável para um soldado; mas a multidão, sem fazer cabedal dos seus vãos clamores, tomou dali para o Colégio dos Padres, a quem deixaram presos e incommunicáveis com guardas à vista.*"

Posteriormente à ocupação do Colégio dos Mascates em 1685, foram expulsos do Maranhão os vinte e sete religiosos ali encontrados.

A Junta Revolucionária

A 25 de fevereiro a revolta de Beckman estava consolidada, organizando-se na Câmara Municipal, uma Junta Geral de Governo, composta por seis membros, sendo dois representantes de cada segmento social - latifundiários, clero e comerciantes. Para legitimá-la, foi celebrado um *Te Deum*. As principais deliberações desta Junta foram:

- a deposição do Capitão-mor;
- a deposição do Governador;
- a abolição do estanco;
- a extinção da Companhia de Comércio;
- a expulsão dos Jesuítas.

A Junta enviou emissários a Belém do Pará, onde se encontrava o Governador deposto do Maranhão, objetivando a adesão dos colonos dali. O Governador recebeu-os, prometendo-lhes abolir a Companhia do Comércio, anistiar a todos os envolvidos, e ainda honras, cargos e verbas (4 mil cruzados) caso os revoltosos depusessem as armas. A proposta foi recusada.

Do mesmo modo, a Junta enviou Tomás Beckman como emissário à Corte em Lisboa, visando convencer as autoridades metropolitanas que o movimento era procedente e justo. Sem sucesso, recebeu voz de prisão no Reino e foi trazido preso de volta ao Maranhão, para ser julgado com os demais revoltosos.

A repressão ao movimento

A Metrópole Portuguesa reagiu, enviando um novo Governador para o Estado do Maranhão, Gomes Freire de Andrade. Ao desembarcar em São Luís, em 15 de maio de 1685, à frente de efetivos militares portugueses, este oficial não encontrou resistência.

Neste ano de revolta, o movimento tivera várias defecções entre seus entusiastas: eram os descontentes, arrependidos, os moderados e os que temiam as mudanças. À chegada de Gomes Freire não se opusera Manuel: tencionava libertar o irmão Tomás. Os emissários do novo governante logo tomaram conhecimento do estado das coisas. Os mais comprometidos com a revolta deliberaram pela fuga, enquanto Beckman permaneceu.

Gomes Freire, então, restabeleceu as autoridades depostas, ordenando a detenção e o julgamento dos envolvidos no movimento, assim como o confisco de suas propriedades. Expediu ordem de prisão contra Manuel Beckman, que fugira, oferecendo por sua captura o cargo de Capitão dos Ordenanças. Lázaro de Melo, afilhado e protegido de Manuel, trai o padrinho e entrega-o preso, obtendo a cobiçada recompensa. Entretanto, empossado, os seus comandados repudiaram-lhe o gesto vil, recusando-se a obedecer-lhe as ordens. Queixando-se disto ao governador, afirma-se que Gomes Freire teria lhe respondido que prometera o cargo, não o respeito dos comandados.

Apontados como líderes, Manuel Beckman e Jorge de Sampaio receberam como sentença a morte pela força. Os demais envolvidos foram condenados à prisão perpétua. Manuel Beckman e Jorge Sampaio foram enforcados a 2 de novembro de 1685 (10 de novembro, segundo outras fontes). A última declaração de Manuel foi: "*Morro feliz pelo povo do Maranhão*". Tendo os seus bens ido a hasta pública, Gomes Freire arrematou-os todos e devolveu-os à viúva e filhas do revoltoso.

Consequências

A situação de pobreza da população do Estado do Maranhão perdurou no decorrer das primeiras décadas do século XVIII.

Na segunda metade desse século a administração do Marquês de Pombal (1750-1777) tentou encaminhar soluções para as graves questões da região. A administração pombalina, dentro da política reformista adotada, criou, entre outras medidas, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Aproveitando-se oportunamente de situações externas favoráveis - a Revolução Industrial que ocorria na Inglaterra e a Guerra da independência das treze Colônias inglesas na América - a Companhia, em meados do século XVIII, estimulou o plantio do algodão no Maranhão, financiando esta atividade. A exportação do produto cresceu significativamente naquele contexto. Entretanto, quando a Inglaterra reatou relações com a sua antiga Colônia, a produção maranhense entrou em declínio.

Estas situações, entre outras dificuldades, levaram à extinção do Estado do Maranhão em 9 de julho de 1774. As suas antigas capitanias ficaram subordinadas ao Vice-rei do Brasil, com sede no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, a expulsão dos Jesuítas, promovida por Pombal, fez desorganizar a atividade da coleta das drogas do sertão na Amazônia.

Historiografia x visão economicista

A classificação da **Revolta de Beckman** como *nativista* obedece antes a critérios de sistematização que propriamente a uma motivação verdadeiramente *nativa*, na opinião de alguns historiadores, influenciados pelo economicismo. Seria, antes, um movimento "isolado e não contestou a dominação metropolitana, mas apenas um de seus aspectos: o monopólio" (SILVA, Francisco de Assis - *História do Brasil, Moderna, S. Paulo, 2ª ed.*).

Os fatos, porém, dão outra dimensão, menos simplista: o pedido de apoio ao Pará, e a própria declaração de Beckman, por exemplo, colocam efetivamente este movimento dentre os primeiros onde já se esboçava um verdadeiro sentimento nativista, claramente desencadeado por razões econômicas. A partir de 1650, o Maranhão enfrentou uma grande crise econômica e faltou mão de obra indígena para a lavoura. isto é o mesmo que neve e fogo.

Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

A **Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão** foi uma empresa privilegiada, de caráter monopolista, criada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, em Portugal.

Fundada em 1755, destinava-se a controlar e fomentar a atividade comercial com o o Estado do Grão-Pará e Maranhão, fortalecendo a prática do mercantilismo no reino.

História



Bacia do rio Amazonas: uma das áreas de atuação da Companhia.

Diante da proibição da escravidão indígena no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia teve a sua origem numa petição, encaminhada em 1752 pela Câmara Municipal de São Luís do Maranhão ao Governador e Capitão-general, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para que fosse criada uma sociedade autorizada a explorar o comércio de importação de escravos africanos. Este acolheu-a de bom grado e, após ter conseguido o apoio dos cidadãos mais influentes de Belém do Pará, encaminhou-a com sua aprovação ao seu meio-irmão, o Marquês de Pombal.

No Reino, no âmbito da vasta reestruturação administrativa que promovia à época, Pombal atraiu para a idéia grandes comerciantes das praças de Lisboa e do Porto. Desse modo, fundava-se a Companhia, a 7 de Agosto de 1755, com um capital social de 1.200.000 cruzados[1].

Os objetivos da Companhia eram os de vender escravos africanos em grande escala nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão, com isso desenvolvendo a agricultura e fomentando o comércio. Para esse fim, recebeu diversos privilégios, como o do monopólio por vinte anos do tráfico de escravos e do transporte naval de outras mercadorias para aquelas capitanias, o de dispor de navios da Armada Real para a escolta de seus navios de transporte, o reconhecimento de que os seus funcionários

estavam oficialmente a serviço de El-Rei, prioridade para as suas mercadorias nas Alfândegas, foro especial para as suas causas, entre outros. Esses privilégios foram posteriormente ampliados pelo chamado "Alvará Secreto" de 1757, ano anterior ao em que zarparia a primeira de suas frotas para o Brasil (1758).

Esse grande número de facilidades e prerrogativas concedido à Companhia por parte do Estado foi criticado pela Companhia de Jesus, prejudicada em suas explorações comerciais na região. Como exemplo, o padre Manuel Ballestre, de seu púlpito em Lisboa, afirmou: "*quem entrar nesta Companhia não entrará na de Cristo, nosso Redentor.*" Essa fala custou-lhe o desterro sumário da Corte.

Ao mesmo tempo, de São Luís, o bacharel em Direito João Tomaz de Negreiros, instigado pelo vice-provincial dos jesuítas e procurador das Missões no Maranhão, padre Bento da Fonseca, peticionou à Coroa Portuguesa expondo o descontentamento dos comerciantes locais, que se sentiam lesados pela concorrência desleal. Pombal considerou a petição ofensiva e o seu desagrado traduziu-se na detenção do bacharel, do religioso, e de alguns dos comerciantes signatários da petição. Ao mesmo tempo, o Governador e Capitão-General recebeu ordens de não mais admitir qualquer ataque contra a Companhia, nomeadamente se originado em interesses particulares eventualmente prejudicados. Todos os envolvidos deveriam ser punidos, tornando-se objeto de devassa. A mesma prática deveria ser aplicada aos padres que se aproveitassem do púlpito para instigar o descontentamento entre a população.

Apesar das críticas, a ação da Companhia trouxe grandes benefícios a São Luís: o comércio com a metrópole, antes incipiente, floresceu. Se até então o movimento resumia-se a um navio por ano para a Metrópole, entre 1760 e 1771 setenta e um navios dali partiram para o reino, transportando em seus porões cargas de algodão, arroz, cacau, gengibre, madeira e outras.

Com relação ao movimento de escravos, calcula-se que, até 1755, data de sua criação, ingressaram apenas três mil africanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Entre 1755 e 1777, esse número saltou para doze mil (SANTOS, 1983: 14-15). A aquisição dessa mão-de-obra em Cacheu, Bissau e Angola, era financiada pela Companhia.

Maria I de Portugal extinguiu-lhe o monopólio, no início da década de 1780, no contexto da chamada "Viradeira", extinguindo a própria Companhia em 25 de Fevereiro de 1778. A sua liquidação, entretanto, arrastou-se ao longo das décadas, sendo concluída apenas em 1914.

Bandeira

A sua bandeira era retangular, de fundo branco, tendo descentrada, à esquerda, uma estrela grande, amarela, de sete pontas tendo ao centro a figura de Santo Antônio voltado para a esquerda, com o menino Jesus em seus braços. Sob a estrela, o lema da Companhia: "UT LUCEAT OMNIBUS" ("Que a luz brilhe para todos").

Império do Brasil

O **Império do Brasil** foi o Estado brasileiro existente entre 1822 e 1889, tendo a monarquia constitucional parlamentarista como seu sistema político, sendo regido pela constituição do Império do Brasil de 1824 — a primeira do país. Constituiu-se no 11º maior império da história da humanidade[3]. Precedeu a República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1968), depois e atualmente, República Federativa do Brasil (1968-presente). Foi governado por um dos ramos da Casa de Bragança, conhecido como família imperial brasileira. Tendo seu início após a declaração da independência em relação ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 7 de setembro de 1822, por Dom Pedro de Alcântara (então Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e representante do Rei Dom João VI (seu pai) no Brasil) - fundador do Brasil independente e primeiro imperador brasileiro, e seu fim após o golpe de Estado militar que instaurou a forma republicana presidencialista, em 15 de novembro de 1889. Foi dividido em dois períodos e uma regência: o Primeiro Reinado, que se iniciou em 7 de setembro de 1822 e teve por fim quando D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831, iniciando, então, o período regencial, no mesmo ano, pois o príncipe imperial ainda era uma criança, e o Segundo Reinado, que foi iniciado em 23 de julho de 1840, com a declaração de maioridade e aclamação de D. Pedro II, e perdurado até a proclamação da república brasileira, em 15 de novembro de 1889.

Este período da história do Brasil é denominado, tradicionalmente pela historiografia, como "**Brasil Império**", "**Brasil Imperial**" e "**Brasil Monárquico**".

Proclamação da Independência



Grito do Ipiranga, de 1888, por Pedro Américo.

No dia 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, Pedro de Bragança tomou conhecimento de ordens vindas da corte portuguesa para que ele abandonasse o Brasil e fosse para Portugal ou então seria acusado de traição, com isso irritado bradou *Independência ou Morte!*, e assim desligou o Brasil de Portugal definitivamente. Em 12 de outubro de 1822, foi aclamado "Imperador Constitucional" e "Defensor Perpétuo do Brasil". Em 1º de dezembro do mesmo ano, realizou-se a cerimônia de coroação e sagração.

Elevação a império

Após a guerra da independência, em 1822, o título de príncipe do Brasil foi desvinculado do herdeiro presuntivo ao trono português (ver príncipe do Brasil (Brasil)), passando esses a usar somente o título de duque de Bragança e Príncipe Real de Portugal, este último criado após a desvinculação. Nomeadamente, Dom Pedro I do Brasil foi o último a deter os títulos de duque de Bragança e príncipe-regente do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, este último por um curto período pouco antes da independência. Dom Pedro, por sua vez, inicia a linhagem de imperadores do Brasil a partir de sua coroação como imperador do Brasil na Capela Imperial, Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1822. Contudo, apesar dos títulos de príncipe do Brasil, príncipe imperial do Brasil e príncipe do Grão-Pará vicejarem até os dias de hoje, apenas D. Pedro de Bragança e seu filho, Dom Pedro II, detiveram o trono imperial.

Após a abdicação de Dom Pedro I ao trono, inicia-se o período regencial, que vigorou até que Dom Pedro II ascendesse ao trono por meio do Golpe da Maioridade.

Primeiro Reinado (1822-1831)

De Reino a Império

Ao chegarem na cidade de São Paulo no final da noite de 7 de setembro de 1822, dom Pedro e seus companheiros de viagem espalharam a notícia da Independência do Brasil em relação a Portugal. O príncipe foi recebido com grandes festas populares e chamado tanto de "Rei do Brasil" quanto de "Imperador do Brasil".[4][5] Dom Pedro retornou ao Rio de Janeiro em 14 de setembro e nos dias seguintes os maçons espalharam panfletos (escritos por Joaquim Gonçalves Ledo) que sugeriam que o Príncipe fosse aclamado Imperador Constitucional.[4] Em 17 de setembro o presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, enviou as demais Câmaras do país a notícia de que a Aclamação ocorreria no aniversário de dom Pedro em 12 de outubro.[6] No dia seguinte foram criadas a nova bandeira e armas do Reino do Brasil.[7] A separação oficial do país ocorreria somente em 22 de setembro de 1822 em carta escrita por dom Pedro a seu pai. Nela, dom Pedro ainda se intitula Príncipe Regente e seu pai é considerado o Rei do Brasil independente.[8][9]

A animosidade entre os Bonifácios e os Liberais apenas cresceu após a declaração formal de Independência. Ambos os grupos possuíam interesses completamente opostos e percebiam no outro uma ameaça inevitável. Os Bonifácios defendiam a existência de uma monarquia forte, mas constitucional e centralizada, para assim evitar a possibilidade de fragmentação do país, e pretendiam abolir o tráfico de escravos e a

escravidão, realizar uma reforma agrária e desenvolver economicamente o país livre de empréstimos estrangeiros.[10] Acreditavam que era um momento histórico onde poderiam sanar os vícios da sociedade brasileira recriando a nação. Poderiam assim tornar o Brasil um país igualitário onde todos os segmentos da sociedade, inclusive os índios e negros, fariam parte.[11] Contudo, José Bonifácio se opunha à democracia, pois imaginava que o povo brasileiro ainda não estava preparado para a mesma. Defendia ser obrigação da elite letrada civilizar o restante da população pouco educada.[12] O fim da escravidão seria o primeiro passo para tanto, pois era um requisito necessário para a criação de um Estado moderno.[13] Os Liberais, por outro lado, desejavam justamente o oposto dos Bonifácios.[14] O pretexto para o conflito entre os ambos os grupos surgiu quando o liberal João Soares Lisboa publicou num jornal a alegação de que dom Pedro teria afirmado aceitar a forma republicana de governo se os brasileiros assim o quisessem. José Bonifácio considerou subversiva a atitude do jornalista e ordenou-o que se retirasse do Rio de Janeiro.[6] Em 21 de setembro Bonifácio convenceu dom Pedro a proibir as reuniões das lojas maçônicas enquanto as investigações sobre uma possível conspiração republicana estivessem ocorrendo. O Príncipe não aprovou as medidas de Bonifácio por considerá-las arbitrárias e não apenas perdoou João Soares Lisboa como também permitiu o pleno funcionamento das lojas maçônicas apenas quatro dias depois.[15]

Em 12 de outubro de 1822, no Campo de Santana (mais tarde conhecido como Campo da Aclamação) dom Pedro foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Era ao mesmo tempo o início do reinado de dom Pedro e também do Império brasileiro.[16] Entretanto, o Imperador deixou claro que apesar de aceitar a coroa, caso dom João VI retornasse ao Brasil, deixaria o trono em favor de seu pai.[17] A razão pelo título imperial derivava-se do fato de que Rei significaria simbolicamente uma continuação da tradição dinástica lusitana e do temido absolutismo. Enquanto Imperador derivava-se de uma aclamação popular tal qual na Roma Antiga, ou seja, do desejo dos brasileiros. Assim, seria reforçado o aspecto constitucional da monarquia brasileira com o pacto entre a sociedade e o Imperador.[18] Os liberais liderados por Gonçalves Ledo pressionavam dom Pedro a demitir Bonifácio e seus ministros desde a perseguição iniciada pelo artigo de João Soares Lisboa. Em 27 de outubro José Bonifácio se demitiu, mas uma manifestação popular fez com que dom Pedro (com grande satisfação) o reconduzisse ao cargo.[15] José Bonifácio não perdeu tempo e em 2 de novembro iniciou uma devassa (que ficaria conhecida como "Bonifácia") contra os liberais que eram acusados de "inconfidência, conjuração e demagogia". Todos que os acusados de conspiração foram presos com a exceção de Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa que fugiram para Buenos Aires.[19][20] Com seus inimigos afastados, os Bonifácios acreditaram que estavam finalmente livres para o início de seus projetos de governo. Em 1 de dezembro de 1822 (aniversário da aclamação de dom João IV, primeiro Rei da Casa de Bragança) ocorreu a coroação e sagração de dom Pedro I.[20]

Constituição de 1824

No dia 3 de março de 1823, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil iniciou sua legislatura com o intento de realizar a primeira Constituição Política do país.

A Carta outorgada em 1824 foi influenciada pelas Constituições francesa de 1791 e espanhola de 1812.[21] Era um "*belo documento de liberalismo do tipo francês*".[22] com um sistema representativo baseado na teoria da soberania nacional.[23] A forma de governo era a monarquia, hereditária, constitucional e representativa, sendo o país dividido formalmente em províncias e o poder político estava dividido em quatro, conforme a filosofia liberal das teorias da separação dos poderes e de Benjamin Constant.[21] A Constituição era uma das mais liberais que existiam em sua época,[24][25] até mesmo superando as europeias.[26] Fora mais liberal, em diversos pontos,[27] e menos centralizadora que o projeto da Constituinte,[28] revelando que os "*constituintes do primeiro reinado que estavam perfeitamente atualizados com as idéias da época*".[29] Apesar da Constituição prever a possibilidade de liberdade religiosa somente em âmbito doméstico, na prática, ela era total. Tanto os protestantes, como judeus e seguidores de outras religiões mantiveram seus templos religiosos e a mais completa liberdade de culto.[25] Continha uma inovação, que era o Poder Moderador, cujo surgimento na letra da lei fora atribuída a Martim Francisco de Andrada, um grande admirador de Benjamin Constant.[30] Este Poder serviria para "*resolver impasses e*

assegurar o funcionamento do governo".[25] A separação entre o Poder Executivo e Moderador surgiu a partir da prática no sistema monárquico-parlamentarista britânico.[28]

Confederação do Equador

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário, de caráter emancipacionista e republicano, ou mais certamente autonomista, ocorrido em 1824 no Nordeste do Brasil. Representou a principal reação contra a tendência absolutista e a política centralizadora do governo de D. Pedro I (1822-1831), esboçadas na Carta Outorgada de 1824, a primeira Constituição do país.

Reconhecimento da Independência

Era uma questão crucial para o Império brasileiro. As monarquias absolutistas europeias eram hostis à independência do Brasil. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer o governo brasileiro, em maio de 1824. Alguns meses antes fora divulgada a Doutrina Monroe, pela qual o presidente James Monroe declarava que os Estados Unidos não aceitariam qualquer intervenção recolonizadora da Europa no continente americano. Graças à mediação do Reino Unido, em agosto de 1825, a coroa portuguesa reconheceu a independência do Brasil. Em troca, obtinha a condição de "nação mais favorecida" nas transações comerciais e uma indenização no valor de 2 milhões de libras. A Inglaterra também reconheceu a independência do Brasil em 1825, devido à proposta do secretário de estado George Canning em 1822 com a declaração de independência, afirmando que o Brasil apenas seria reconhecido como estado independente quando o tráfico de escravos fosse abolido em território brasileiro. Essa declaração, em negociações, resultou em um projeto econômico e social da parte de D. Pedro com o objetivo de tornar ilegal o tráfico negreiro em território brasileiro ou por mercantes brasileiros em águas internacionais de forma sustentável em até três anos[31]. Somente a partir de 1826 a soberania brasileira foi reconhecida pela França, pela Santa Sé e pelas demais nações europeias, concluindo-se a formalização da independência. As repúblicas Latino-americanas, por sua vez, encaravam o Império brasileiro como instrumento dos interesses recolonizadores europeus e condenavam a anexação da Cisplatina (em 1821, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves anexara a Banda Oriental, atual Uruguai, a qual passou a chamar-se Província Cisplatina).

Guerra da Cisplatina

Em março de 1825, uruguaios apoiados pelo governo de Buenos Aires reiniciaram a luta pela independência da Cisplatina. Ocuparam todo o território, com exceção de Montevideu e Colônia, onde poderosos comerciantes, rivais dos de Buenos Aires, apoiavam a dominação brasileira. Um governo provisório uruguaio decidiu incorporar a Cisplatina à República das Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina). Imediatamente o Brasil declarou guerra à Argentina e bloqueou o porto de Buenos Aires. Em 1828, uma esquadra francesa ocupou a baía de Guanabara. Exigia a suspensão do bloqueio a Buenos Aires e uma indenização pelos prejuízos sofridos pela França com a interrupção do comércio na bacia do Prata. Por intervenção da Inglaterra, a Argentina e o Brasil assinaram, em agosto de 1828, um acordo de paz, pelo qual reconheciam a independência da República Oriental do Uruguai.

Crise política e econômica

Em 1826, Dom Pedro I instalou a primeira Assembleia Geral Brasileira: o Senado, vitalício, e a Câmara dos Deputados, eletiva e temporária. Os deputados, eleitos em 1824, eram em sua maioria abertamente hostis ao autoritarismo do imperador. Queriam um governo parlamentar que ouvisse a Câmara dos Deputados e a ela prestasse conta de seus atos. Por outro lado, o país atravessava crise econômica e financeira. As lavouras tradicionais de exportação estavam em decadência. O açúcar brasileiro, de cana, fora desalojado de seus principais mercados (Europa e Estados Unidos) pelo açúcar de beterraba. O algodão nordestino não resistira à concorrência do algodão norte-americano e oriental. O tabaco perdia seus mercados africanos em consequência das restrições impostas pela Inglaterra ao tráfico de escravos. Enquanto isso, cresciam as importações de manufaturados, principalmente ingleses, que levavam o país a gastar mais do que recebia com a exportação de seus produtos agrícolas.

Para agravar a situação, o governo imperial precisou contrair grandes empréstimos com bancos estrangeiros, sobretudo ingleses, a fim de

financiar a guerra da Cisplatina e pagar as indenizações que devia a Portugal e à França. Em 1828, o Banco do Brasil foi à falência.

Sucessão em Portugal

Com a morte de Dom João VI em 1826, Dom Pedro I foi aclamado rei de Portugal com o título de Dom Pedro IV. Pressionado pelos políticos brasileiros, que viam ressurgir a ameaça da recolonização, Dom Pedro abdicou do trono de Portugal em favor de sua filha de sete anos, a princesa Maria da Glória, permitindo que se casasse com o seu irmão Dom Miguel, representante das forças absolutistas portuguesas.

Abdicação de Dom Pedro I

O imperador procurou atenuar a hostilidade da Câmara organizando um novo ministério chefiado pelo Marquês de Barbacena, que contava com a simpatia dos políticos do Partido Brasileiro. A queda desse gabinete, a repercussão das Revoluções Liberais de 1830 e o assassinio do jornalista Libero Badaró em São Paulo fizeram ferver os ânimos dos liberais.

No Rio de Janeiro, violentas lutas de rua entre brasileiros e portugueses - as Noite das Garrafadas, em 13 e 14 de março de 1831 - colocaram em evidência a impopularidade do imperador. Novo ministério de tendências liberais foi substituído em seguida pelo Ministério dos Marqueses, de tendências absolutistas. A crise culminou em 6 de abril de 1831 com uma grande manifestação popular no Rio de Janeiro, à qual aderiu a guarnição da cidade, comandada pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Na madrugada do dia seguinte, 7 de abril, Dom Pedro I abdicou do trono brasileiro em nome de seu filho de cinco anos, Pedro de Alcântara.

Segundo Reinado (1831-1889)

Período Regencial (1831-1840)

Pedro de Alcântara foi imediatamente aclamado imperador do Brasil, a fim de assegurar a continuidade do regime monárquico. Os deputados e senadores que se encontravam no Rio de Janeiro escolheram três regentes provisórios para governar em nome do soberano, até que a Assembleia apontasse nomes definitivos.

O período regencial foi um dos mais conturbados da história do Brasil. A economia continuou em crise, e o poder central, controlado pelos grandes proprietários rurais do Sudeste, esteve em conflito permanente com as províncias. As lutas por maior autonomia política das províncias ameaçaram dividir o Império em vários países independentes.

Correntes políticas

O Partido Brasileiro cindiu-se em três correntes. Os liberais moderados (conhecidos popularmente como chimangos ou chapéus-redondos) representavam os fazendeiros do Sudeste e estiveram no poder durante a maior parte do período regencial. Defendiam uma monarquia forte e centralizada. Os liberais exaltados (farroupilhas, jurujubas ou chapéus-de-palha), representantes das classes médias urbanas e dos proprietários rurais das outras províncias, queriam uma monarquia federativa com ampla autonomia provincial. Os mais radicais defendiam uma forma de governo republicana. Os restauradores (caramurus) reivindicavam a volta de Dom Pedro I ao trono brasileiro. Desse grupo participavam comerciantes portugueses, militares, mercenários estrangeiros e importantes políticos do Primeiro Reinado, entre os quais os irmãos Andradas.

Regência Trina Permanente

Eleita pela Assembleia Geral em junho de 1831, era formada pelos deputados moderados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Em 1831 e 1837, os liberais exaltados e os restauradores promoveram vários motins populares e levantes de tropas no Rio de Janeiro. Para neutralizar a influência do exército regular, onde exaltados e restauradores tinham grande influência, o ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, criou a Guarda Nacional. Tratava-se de uma força de elite fiel ao governo e composta de 6 mil cidadãos recrutados entre os mais ricos do país.

Entre 1831 e 1834, os restauradores lideraram várias rebeliões provinciais. No Grão-Pará, chegaram a tomar o poder por algum tempo. A Abrilada, em Pernambuco, deu origem à Cabanada, movimento que se

espalhou pela Zona da Mata e pelo Agreste pernambucano e alagoano entre 1832 e 1835.

Mais numerosas e importantes, contudo, foram as revoltas provinciais lideradas pelos exaltados: a Setembrada e a Novembrada, em Recife, em 1831; as três Carneiradas na cidade pernambucana de Goiana (1834-1835); e os levantes militares ocorridos em Salvador. Em São Félix, na Bahia, houve um governo de curta duração, a chamada Federação dos Guanais (1832).

Em 1835, tiveram início as duas mais importantes revoluções federalistas: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Cabanagem (1835-1840), no Pará. Também em 1835 ocorreu um dos mais importantes levantes urbanos de escravos na história do Brasil, a chamada Revolta dos Malês, promovida por escravos nagôs e hauçás, na cidade de Salvador.

Ato Adicional de 1834

Incapaz de conter militarmente a agitação que lavrava em todo o país, o governo central procurou atender a algumas reivindicações autonomistas das oligarquias provinciais. A lei aprovada em agosto de 1834 e conhecida como Ato Adicional introduziu modificações fundamentais na Constituição de 1824. Criou Assembleias Legislativas provinciais, extinguiu o Conselho de Estado (reduzido de políticos de tendências restauradoras do Primeiro Reinado), transformou a cidade do Rio de Janeiro em município neutro da corte e instituiu a regência una, eleita por votação nacional e fortalecedora dos setores aristocráticos regionalistas e federativos. Concorreram ao cargo, entre outros, o político paulista padre Diogo Antônio Feijó e um membro de importante família pernambucana de senhores de engenho, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti. A vitória de Feijó confirmou, uma vez mais, a supremacia política do Sudeste.

Regência Una

Feijó, que assumiu em 12 de outubro de 1835, enfrentou forte oposição na Câmara. Logo de início o Regente se deparou com a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que havia eclodido em 20 de setembro do mesmo ano. Com a morte de Dom Pedro I, em setembro de 1834, antigos restauradores haviam-se unido a liberais descontentes e formado o bloco dos regressistas. Com maioria na Câmara, os regressistas condenavam as concessões feitas no Ato Adicional e exigiam um governo mais forte e centralizado, que esmagasse as revoluções provinciais. Os partidários de Feijó compunham o bloco dos progressistas. Essas facções dariam origem, posteriormente, aos dois partidos do Segundo Reinado, o Conservador e o Liberal. Em setembro de 1837, Feijó demitiu-se e foi substituído pelo regressista Pedro de Araújo Lima. O novo regente teve de enfrentar duas revoltas: a Sabinada (1837-1838), na Bahia, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão. Além de intensificar a repressão contra os farrapos, no sul, e os cabanos, no Norte, Araújo Lima promulgou em maio de 1840 a Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, a qual reduzia os poderes das Assembleias Legislativas provinciais e a autonomia das províncias. Em junho de 1840, o regente Araújo Lima foi afastado do poder por um golpe parlamentar promovido pelos liberais progressistas, o que acelerou a proclamação da maioridade de Dom Pedro II. Com 15 anos incompletos, o imperador Pedro II iniciou o seu reinado em 23 de julho de 1840.

Maioridade



Imperador Dom Pedro II do Brasil, 1873.

O gabinete liberal foi substituído em 1841 por um conservador, que restaurou o Conselho de Estado e reformou o Código de Processo, dando, assim, continuidade à ação centralizadora iniciada com a Lei Interpretativa. Antes que fossem empossados os deputados eleitos durante o gabinete liberal, o gabinete conservador dissolveu a Câmara e convocou novas eleições. Nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, os liberais partiram para a luta armada (maio e junho de 1842). Foram vencidos pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, que recebeu o título de barão de Caxias ao esmagar a revolta da Balaiada em 1840-1841. Os farrapos, depois de dez anos de luta, aceitaram em 1845 as condições de paz e a anistia propostas por Caxias, nomeado por Dom Pedro II para o cargo de presidente e comandante das armas da província do Rio Grande do Sul.

Parlamentarismo

De volta ao poder em 1844, os liberais mantiveram as leis centralizadoras contra as quais se haviam sublevado. O gabinete liberal criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros: em vez de nomear diretamente os ministros, o imperador agora escolhia um político de sua confiança que formava o ministério. Esse sistema, denominado parlamentarismo, favoreceu a alternância dos dois partidos no poder e aumentou o peso do poder legislativo nas decisões políticas nacionais.

A formação de um ministério conservador em 1848 foi o estopim da Revolta Praieira, em Pernambuco, a última revolução provincial importante do Império. A derrota dos praieiros em 1850 marcou o início de um longo período de estabilidade política e prosperidade econômica, que permitiu a formação de governos de coalizão, primeiro a Conciliação (1853-1862) e depois a Liga Progressista (1862-1868).

Lavoura do café

No final do período regencial, a economia brasileira começara a apresentar sinais de recuperação, graças ao surgimento de uma nova lavoura de exportação, a cafeeira. O café era cultivado, a princípio, apenas para consumo doméstico e local. No começo do séc. XIX, transformou-se em um produto economicamente importante para o país. As grandes fazendas de café se expandiram pelo Vale do Paraíba, na província do Rio de Janeiro, penetrando, em seguida, no sudeste de Minas Gerais e norte de São Paulo. O avanço do café coincidiu com a decadência das lavouras tradicionais - algodão e açúcar. Entre 1837 e 1838, as exportações de café, destinadas principalmente aos Estados Unidos, correspondiam a mais da metade do valor das exportações brasileiras. A lavoura cafeeira proporcionou aos grandes proprietários rurais do Sudeste (os barões do café) o suporte econômico necessário para consolidarem sua supremacia política perante as demais províncias do país.

Predomínio paulista

Por volta de 1875, começou a delinear-se uma nítida separação, no Sudeste, entre duas zonas cafeeiras distintas. De um lado, o Vale do Paraíba e adjacências, onde dominavam as relações de trabalho escravistas e um sistema de exploração descuidado que foi responsável pelo esgotamento dos solos, a queda da produtividade e a decadência dos cafezais após algumas décadas de prosperidade. Do outro lado, o chamado Oeste Paulista, a área de terra roxa em torno de Campinas e Ribeirão Preto, cujos fazendeiros, além de introduzirem máquinas agrícolas e melhorias no processo de cultivo e beneficiamento do café, foram os primeiros a substituir a mão-de-obra escrava, que se tornava escassa e caríssima, pelo trabalho assalariado livre, quer de brasileiros quer de imigrantes. Em 1860, 80% da produção cafeeira provinha ainda da província do Rio de Janeiro. Por volta de 1885, a produção paulista ultrapassou a fluminense e, nos últimos anos do séc. XIX, correspondia a quase metade da produção global do país.

Tráfico negroiro

Tentando atrair o capital do tráfico para a industrialização, a Inglaterra extinguiu o comércio de escravos (1807) e passou a mover intensa campanha internacional contra o tráfico negroiro. Nas negociações do reconhecimento da independência do Brasil, a Inglaterra condicionara o seu apoio à extinção do tráfico e forçara Dom Pedro I a assinar, em 1826, um convênio no qual se comprometia a extingui-lo em três anos. Cinco anos depois, a regência proibiu a importação de escravos (1831), mas a oposição dos grandes proprietários rurais impediu que isso fosse levado à prática. Estimulado pela crescente procura de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, o tráfico de escravos aumentou: desembarcaram no Brasil 19.453 escravos em 1845, 60 mil em 1848 e 54 mil em 1849.

Extinção do tráfico negroiro

No século XIX, entre a chegada da família real ao Brasil e a promulgação do Bill Aberdeen, o Reino Unido exerceu considerável domínio e controle sobre a economia brasileira devido aos tratados feitos pelo Rei D. João VI em 1810, como o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas [32], por exemplo. Durante este período, os ingleses se concentraram em ações diplomáticas e econômicas que pudessem levar à extinção do Tráfico negroiro no Brasil. Nota-se que o período histórico em questão é marcado por uma ascensão da ética liberalista de trabalho e lucro, o que derruba o valor social da escravidão, transformando esta, portanto, em obstáculo para o progresso econômico britânico na nova lógica de comércio [33]. O Brasil não foi o único alvo da ação inglesa sobre o enfraquecimento do Tráfico negroiro. A partir do ano de 1807, a potência estacionou parte de suas tropas marinhas na costa africana com o objetivo de afastar mercantes de escravos, esforço que, mais adiante, foi acompanhado por Estados Unidos e França. Os navios ingleses perseguiam os navios negreiros até dentro das águas e dos portos brasileiros, o que deu origem a vários atritos diplomáticos entre o governo imperial e o britânico. Finalmente, em 4 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei da Extinção do Tráfico Negroiro, mais conhecida como Lei Eusébio de Queirós. Em 1851, entraram 3.827 escravos no Brasil, e apenas 700 no ano seguinte. Por estar localizada na costa Leste Africana, a região de Moçambique não estava inserida no bloqueio naval inglês. Dessa forma, era de lá que saíam os navios negreiros para o Brasil, prolongando minimamente a extinção do tráfico de escravos, uma vez que os navios não apenas iam mais lotados de escravos como passavam por um percurso mais longo, tendo de cruzar o Cabo da Boa Esperança, o que reduzia o número de negros vivos que chegavam ao Brasil [34]. O fim da importação de escravos estimulou o tráfico interprovincial: para saldar suas dívidas com especuladores e traficantes, os senhores dos decadentes engenhos do Nordeste e do Recôncavo Baiano passaram a vender, a preços elevados, suas peças (escravos) para as prósperas lavouras do vale do Paraíba e outras zonas cafeeiras. Forçados pela escassez e encarecimento do trabalhador escravo, vários cafeicultores paulistas começaram a trazer colonos europeus para suas fazendas, como fizera o senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847, numa primeira experiência mal sucedida. A mão-de-obra assalariada, porém, só se tornaria importante na economia brasileira depois de 1870, quando o governo imperial passou a subvencionar e a regularizar a imigração, e os proprietários rurais se adaptaram ao sistema de contrato de colonos livres.

Mais de 1 milhão de europeus (dos quais cerca de 600 mil italianos) imigraram para o Brasil em fins do século XIX.

Atividades urbanas

A extinção do tráfico negreiro liberou subitamente grande soma de capitais que afluíram para outras atividades econômicas. Entre 1850 e 1860, foram fundadas 62 empresas industriais, 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros e oito estradas de ferro. [carece de fontes?] A cidade do Rio de Janeiro, o grande empório do comércio de café, modernizou-se rapidamente: suas ruas foram calçadas, criaram-se serviços de limpeza pública e de transportes urbanos, e redes de esgoto e de água. A geração de empresários capitalistas que surgiu nesse período teve em Irineu Evangelista de Sousa, barão e depois visconde de Mauá, sua figura mais representativa. Em 1844, o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, contrariando os interesses dos comerciantes e industriais ingleses, colocou em vigor novas tarifas alfandegárias que variavam em torno de 30%, o dobro, portanto, das anteriores. Embora visasse a solucionar a carência de recursos financeiros do governo imperial, essa medida teve efeitos protecionistas: ao tornar mais caros os produtos importados, favorecia a fabricação de similares nacionais.

Guerras externas



Retrato por Victor Meirelles, D. Pedro II em trajes militares.

A bacia do rio da Prata foi o palco dos principais conflitos externos em que o Império brasileiro se envolveu. Com o objetivo de assegurar a livre navegação nos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, e no estuário do Prata, o governo imperial procurou explorar os conflitos entre Buenos Aires e as outras províncias argentinas, assim como as lutas entre os partidos que disputavam o poder no Uruguai, os blancos (brancos), de Manuel Oribe, e os colorados (vermelhos), de José Fructuoso Rivera.

Guerra do Prata

Após o término da Guerra da Cisplatina em 1828, a região do Prata tornou-se palco de conflitos intermináveis graças ao governo despótico de Rosas, ditador argentino que buscava anexar a força o Uruguai, Paraguai, Bolívia e parte da região sul do Brasil. Tragado para uma guerra que não possuía recursos e nem homens para travar, o Império utilizou de sua diplomacia para angariar aliados contra Rosas e postergar até o momento em que estivesse preparado a deflagração da guerra, que ocorreu em 1851.

Guerra do Paraguai



Representação da Batalha de Campo Grande, na Guerra do Paraguai.

Em abril de 1864, o presidente uruguaio Atanásio Aguirre, do Partido Blanco, recebeu um ultimato do governo brasileiro exigindo compensação por supostos prejuízos sofridos por criadores brasileiros em disputas de fronteira, por questões de gado. Depois de assegurar o apoio político e diplomático do presidente paraguaio Francisco Solano López, Aguirre recusou o ultimato e queimou em praça pública todos os tratados assinados pelos governos anteriores com o Brasil. Após o rompimento das relações diplomáticas, o Império ocupou o Uruguai.

Não surtiram efeito os protestos diplomáticos de López condenando a invasão do Uruguai. A derrota de Aguirre deixaria o Paraguai impensado entre dois poderosos blocos nacionais - Argentina e Brasil - que poderiam estrangular a passagem pelos rios, sua única via de acesso ao exterior. Em novembro de 1864, tropas paraguaias aprisionaram o navio brasileiro Marquês de Olinda e invadiram a província de Mato Grosso. Não conseguiram, porém, impedir ou retardar a derrota dos Blancos no Uruguai. Em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai firmaram o Tratado da Tríplice Aliança e iniciaram a Campanha Militar contra o Paraguai. O cenário principal da guerra foi o médio curso dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Depois que a esquadra brasileira conseguiu abrir caminho pelo passo de Humaitá (1868), caíram, uma em seguida a outra, as fortalezas que guarneciam o acesso a Assunção, capital paraguaia. Após a queda de Assunção, López refugiou-se nas cordilheiras com o que restava do seu exército. Sua morte, em março de 1870, selou a vitória definitiva da Tríplice Aliança.

Abolicionismo e republicanismo

Finda a guerra do Paraguai, reavivou-se a polêmica em torno do escravismo, ao mesmo tempo que ressurgiam os ideais republicanos no Brasil. Tanto o republicanismo como o abolicionismo encontraram ampla acolhida entre as camadas médias urbanas que se haviam expandido com as transformações econômicas ocorridas a partir de 1850.

A ascensão do Ministério Itaboraí, conservador e escravocrata, em 1868, assinalou o fim da política de compromisso entre os partidos Conservador e Liberal. Nesse mesmo ano, formou-se o Partido Liberal-Radical, cujo programa incluía a reivindicação do voto direto e generalizado, a extinção do Poder Moderador do imperador, a eleição dos presidentes de províncias pelas próprias províncias e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Em 1870, a ala mais radical desse partido fundou, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano.

Campanha abolicionista

A divulgação do Manifesto Republicano coincidiu com a intensificação da campanha abolicionista. Em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de mulher escrava nascidos daquela data em diante. A mãe conservava o ingênuo (nascido livre) até os oito anos. O senhor poderia utilizar os serviços do ingênuo até os 21 anos, pagando-lhe salário, a menos que preferisse libertá-lo e receber a indenização oferecida pelo governo.

Além de não conseguir deter a campanha abolicionista, o governo imperial envolveu-se numa séria desavença com a Igreja Católica, conhecida como Questão Religiosa (1872-1875), a qual contribuiu para desgastar mais ainda as bases de sustentação do regime monárquico.

Depois de 1880, o abolicionismo ganhou novo fôlego. A Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista,

fundadas nesse ano no Rio de Janeiro, passaram a coordenar a propaganda contra a escravidão através da imprensa, de reuniões e conferências. Destacaram-se nessa campanha os jornalistas negros Luís Gama e José do Patrocínio, o poeta Castro Alves, o engenheiro negro André Rebouças e o parlamentar Joaquim Nabuco. Os abolicionistas conquistaram adeptos também nos círculos militares, onde já se havia difundido a filosofia positivista, por iniciativa de Benjamin Constant. A recusa do exército em perseguir os escravos que fugiam em massa das fazendas (muitas vezes com a ajuda da ala mais radical dos abolicionistas) deu origem a Questão Militar.

Lei Áurea

Levado pela força dos acontecimentos, o governo central fazia pequenas concessões que não contentavam nem aos escravocratas nem aos abolicionistas. Em 1885, foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários. Tratava-se, em verdade, de norma contraproducente, pois ao libertar os escravos maiores de 60 anos, desobrigava os proprietários de sustentá-los quando já estavam cansados e doentes, condenando-os à mendicância. Finalmente, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, regente do trono (por motivo de viagem do imperador, seu pai), assinou a Lei Áurea, que libertou os últimos 720 mil escravos existentes no país (5% da população). Grande número desses escravos, aliás, já se havia rebelado, recusando-se a trabalhar sem remuneração ou fugindo de seus proprietários. Os fazendeiros do vale do Paraíba, únicos a votar contra a aprovação da lei no Parlamento, pois eram os mais prejudicados, passaram para o Partido Republicano. Eles tinham a esperança de que o novo regime lhes indenizaria as perdas sofridas.

Fim

O desgaste do Império com guerras, somado a questão religiosa, a questão militar e a perda dos escravos sem indenização aos fazendeiros, fez com que no dia 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca proclamasse por meio de um golpe militar o início da República e o fim do Império.

Prevvia-se um plebiscito para legalizar a república no país, o qual foi realizado 104 anos depois, em 1993.

Monarcas

Dinastia Bragança: 1822 - 1921

Governo e política

Imperador titular

Quando do término da guerra da independência do Brasil, foi estabelecido o tratado do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1825, entre Portugal e Brasil. Pelo tratado, a coroa portuguesa reconhecia a independência do antigo reino, mas reservava a D. João VI, pai de D. Pedro I, o título de *Imperador do Brasil*. O tratado, a princípio, anulava a norma anterior da Constituição brasileira de 1824, a qual proibia que o governante exercesse poder sobre Portugal e Brasil simultaneamente. Não obstante, D. João VI não foi o Imperador *de facto*, haja vista que não foi sagrado como tal, nem expediu qualquer ato político, e muito menos D. Pedro declarou-se *ex-Imperador*. A situação *sui generis* de haver dois Imperadores brasileiros durou pouco, pois sete meses depois D. João VI viria a falecer.

Forma de Governo

Ao tornar-se independente de Portugal em 1822, a nação brasileira como um todo era na sua quase totalidade a favor da forma de governo monárquica.[35] As razões para esta escolha política são diversas. Havia um verdadeiro temor por parte dos diversos grupos sociais da possibilidade de o Brasil sofrer o mesmo destino das colônias hispano-americanas, ou seja: caos político, social e econômico, desmembramento territorial, golpes de Estado, ditaduras e caudilhos. Era necessária uma organização política que permitisse ao povo brasileiro não apenas desfrutar de liberdade, mas também que garantisse estabilidade ao país, conforme o liberalismo em voga. Somente com uma entidade neutra, completamente independente de partidos, grupos ou ideologias opostas, seria possível alcançar tal fim. E nisso, houve *"sempre um poderoso elemento ideológico remanescente da independência como fruto de uma grande união nacional acima dos diversos interesses particulares"*. [36] A monarquia brasileira foi a *"forma de*

governo que assegurou ao Brasil a integridade territorial do antigo domínio lusitano, num clima de ordem, de paz e de liberdade". [37]



Apesar de ter sido uma monarquia constitucional, o Brasil manteve suas tradições.

Existia também outro motivo para adoção da monarquia, ou mais precisamente, a manutenção da mesma. Tanto os europeus, assim como africanos e ameríndios, eram provenientes de sociedades monárquicas. Permanecer sob esta forma de governo seria uma maneira de manter as tradições e identidade do povo brasileiro, que por sua vez era descendente daqueles três povos distintos. A escolha por um membro da Casa de Bragança era proveniente, não apenas do momento histórico, mas também pelo fato de dom Pedro descender em linha reta masculina da maior parte dos reis portugueses. A Casa de Bragança surgiu com um filho ilegítimo de dom João I da Casa de Aviz que por sua vez era filho de dom Pedro I da Casa de Borgonha, inaugurada trezentos anos antes em 1143 por dom Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

Assim, o forte apelo popular que a monarquia possuía, aliado ao fato de existir uma tradição de mais de trezentos anos (ou setecentos se contarmos com a história portuguesa), permitiu ao príncipe dom Pedro assumir o papel de símbolo da unidade pátria.[38] O regime monárquico mantido em solo brasileiro "foi uma força de continuidade e tradição". [39]

O terceiro elemento para a escolha da forma monárquica foi a necessidade de se fazer respeitar perante as potências da época, todas localizadas na Europa. A possibilidade, bastante real à época, de os países europeus buscarem dominar a jovem nação americana, fortaleceu o desejo de impedir a adoção da forma republicana a todo custo e assim evitar o eventual desmembramento territorial em repúblicas pequenas, fracas e em constante rivalidade entre si. Observando o que se passava nos países hispano-americanos e também em Portugal, presas fáceis da ganância europeia, principalmente britânica, viu-se que a manutenção da monarquia com um monarca de origem europeia atuaria como fonte de dissuasão e permitir ao Brasil garantir a predominância dos seus interesses. E de fato, *"após a fase da regência, turbulenta mas transitória pela sua própria natureza, a ordem imperial dominaria sobranceiramente, assegurando a paz interna e o prestígio exterior"*. [40]

Pelos motivos acima citados o sistema político escolhido para o Brasil fora o monárquico constitucional representativo.[41] O regime imperial tinha como base a ideia de que a soberania residia na Nação e no Estado, este representado simbolicamente pelo Imperador. Enquanto na Nação existia a vontade de possuir liberdade e prosperidade, no Estado, por sua vez, havia o desejo de *"permanência, de duração e de existência"*. [42] Dessa forma, a Constituição expressou em seu texto que tanto o Imperador como a Assembleia Geral eram os representantes da Nação Brasileira. O monarca

representava os interesses constantes e gerais da nação como um todo, enquanto a Assembleia representava os interesses particulares, efêmeros, momentâneos. No entanto, não era o Imperador o soberano do país, e sim a Nação Brasileira, pois aquele ocupava a função em que se encontrava por delegação da nação, assim como a Assembleia Geral.[43]

Legitimidade do imperador

O papel do Imperador no Estado brasileiro era o de representante da Nação. Ele representava o que a Nação possuía "de uno, de permanente, de estável. Representava a ordem jurídica, a unidade de todos os brasileiros, além das variações de região, classes, partido, raça, representava a Nação em sua totalidade".[44] O monarca era na realidade uma espécie de "ministro da república", no sentido filosófico da palavra, de res publica e não um soberano por direito divino.[45] Sua função como representante da nação, a sua legitimidade, provinha não do fato de ser eleito, mas sim da aclamação que tradicionalmente ocorria há séculos após o falecimento do monarca anterior em homenagem a seu sucessor. A aclamação era a designação popular que legitimaria o papel do monarca como representante do povo brasileiro. Como de fato ocorreu em três momentos históricos distintos no período monárquico: em 1822, quando dom Pedro I foi aclamado, em 1831 e por último, em 1840, quando foi a vez de dom Pedro II ser aclamado em todas as províncias. De certa maneira, a aclamação seria uma espécie de voto simbólico,[43] ou mesmo um plebiscito informal.[38] Era a aceitação popular que concedia a legitimidade aos monarcas brasileiros como representantes da Nação.

Sistema de Governo

A maior diferença entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo é o fato de que no primeiro, a Chefia de Estado e de Governo recaem sobre indivíduos distintos, enquanto no segundo, estão unificados sob um único titular. Na monarquia brasileira, contudo, tanto a Chefia de Governo quanto a de Estado estavam nas mãos do Imperador. Esta característica básica na República Presidencialista fora transplantada para a Ordem Constitucional brasileira. A Constituição de 1824 era bem menos parlamentarista que o projeto da Constituinte. Na realidade, era para todos os efeitos, um regime peculiar e único: uma monarquia presidencialista. Não significa, porém, que o monarca brasileiro teria prerrogativas semelhantes às de um tirano ou de um ditador. As garantias individuais que granjeavam a liberdade e dignidade humana estavam inseridas nos artigos da Lei Maior e foram respeitadas. E nem o Imperador teria como atuar em esferas reservadas ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, como criar leis ou julgar e condenar. No entanto, a criação do Poder Moderador e a evolução natural do sistema representativo brasileiro possibilitaram uma transição do modelo presidencialista para o parlamentarista, que "daria ao Império uma posição de ilustre companhia ao lado do leão britânico".[46] Não foi necessário modificar a letra da lei para realizar a transmutação de um sistema de Governo para outro: a própria Constituição em sua elasticidade (em termos de interpretação das normas jurídicas na Carta) possibilitou tal fato.

O primeiro passo para a instituição do parlamentarismo ocorreu em 1824, com a outorga da primeira carta constitucional brasileira, possibilitando a Assembleia Geral (o Parlamento) ocupar um papel preponderante nos rumos políticos da nação.[47] O segundo passo deu-se em 1826 quando o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos exigiu a prestação de contas dos ministros de Estado frente à Câmara de Deputados, no que foi atendido.[48] O terceiro passo, e mais importante, desdobrou-se em 1847 quando Francisco de Paula Souza demandou a criação do cargo do Presidente do Conselho de Ministros (equivalente a Primeiro Ministro e que teria em mãos o Poder Executivo). E de fato aconteceu, resultando na consolidação do parlamentarismo brasileiro, do mesmo modo como ocorreu com o britânico, pois viria a facilitar a distinção entre o Poder Executivo e o Poder Moderador.[38]

O Parlamento brasileiro viria a tornar-se extremamente valorizado, pois todas as grandes decisões políticas lá ocorreram, permitindo a ocorrência de memoráveis debates. Em 1881, já existia o costume dos Ministros de Estado prestarem contas ao Parlamento, realizando relatórios anuais acerca de suas atividades e comparecendo para responder críticas dos Deputados e Senadores. Estes atos possibilitaram uma maior liberdade ao jogo parlamentar. Tal situação não passou imperceptível pelos olhares estrangeiros e o Brasil surpreendentemente sofreu críticas pela grande liberdade de imprensa que havia e pelo "parlamentarismo exagerado", como fora à opinião do ministro da França, Amelot[49] Para os

estrangeiros, o Parlamentarismo brasileiro não estava atrás de seus equivalentes europeus. O Império fora "desde o seu início uma democracia coroada, em que o executivo começou por prevalecer e o legislativo acabou por predominar".[50]

No parlamentarismo do Império existiam "partidos sólidos e competitivos, parlamento atuante, imprensa livre, debate aberto", tradições estas que a República Velha não manteve.[51] Tanto o Imperador quanto os Ministros de Estado sempre buscaram atuar em atenção ao Parlamento, havendo um esforço sincero por parte dos mesmos em aperfeiçoar o sistema político do país adotando características inerentes ao Parlamentarismo. Por exemplo: a definição do programa de governo do ministério era realizada pelo Presidente do Conselho de Ministros, que por sua vez era apresentada pelo monarca todos os anos quando ocorria a abertura da Câmara de Deputados. Outro exemplo foi o surgimento da possibilidade do Parlamento, quando julgasse necessário, vir a apresentar a Moção de desconfiança contra o Gabinete de ministros.[38] Este ato é uma medida de defesa (utilizado em momentos excepcionais) da minoria parlamentar contra o Gabinete formado pela maioria, se viesse a atuar de maneira indevida.

A Constituição imperial de 1824 tornou o Brasil um país unitário visando facilitar o controle do governo central sobre as províncias e assim impedir um eventual desmembramento territorial. Contudo, tratava-se na realidade de um semi-unitarismo, pois haviam assembleias municipais eleitas pela população com suas próprias prerrogativas. Tal quadro viria a se modificar com a promulgação do Ato Adicional em 1834 que criou Assembleias Provinciais, que poderiam legislar sobre temas relacionados à administração local. O Ato também criou o "governo econômico e municipal", que possibilitaria às cidades "neutralizarem de certa forma o poder absoluto exercido nas Províncias pelos seus Presidentes".[52] Teria acontecido um suposto regresso nesta área graças à Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840, que teria restringido a autonomia granjeada pelo Ato de 1832. Sobre a idéia comum na historiografia a respeito da não existência de federalismo no Império, alude a historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa:[53]

"Afora alguns poucos estudos publicados nos últimos anos - em particular o trabalho de Miriam Dohnikoff e Maria Fernanda Martins -, muito pouco tem sido produzido sobre o assunto, permanecendo ainda muito forte na historiografia a percepção do período como marcado pela existência de um Estado monárquico, centralizado, instituído a partir da vontade e dos ditames de uma elite, latifundiária e escravocrata, sobre a vontade do conjunto da sociedade do Brasil imperial."

No entanto, mesmo depois da revisão ocorrida em 1840, o Estado brasileiro permaneceu com características básicas do federalismo, apesar deste não ter existido em sua plena concepção. Ocorre que devido ao fato do federalismo ter sido a principal proposta de mudança defendida pelos republicanos do século XIX, causou aos estudiosos do tema a impressão de que ela não existiu durante o período monárquico. William Riker, um dos principais teóricos a respeito do federalismo, considerava que a monarquia brasileira havia adotado um modelo federativo após o Ato Adicional de 1834. Tal opinião advém do fato de que para existir o federalismo, seria necessária a "divisão de competências entre governo geral e governos regionais".[54] A principal característica da federação é a existência mútua de dois níveis autônomos de governo, nesse caso, central e regional. Isto já era realidade durante a monarquia, que seria considerada uma federação de fato, se não fosse o fato dos presidentes das Províncias serem nomeados e do Senado ser vitalício. O oficial prussiano Max von Versen que visitou o Brasil em 1867 escreveu que o Imperador "compartilha a soberania com o Senado e com a Câmara de Deputados, que são assembleias eleitas pelo sufrágio universal. De fato a Coroa não tem senão a competência de executar decisões do poder legislativo. É tão grande a autonomia administrativa das províncias, tão predominante as atribuições políticas do Parlamento quanto é pequena a esfera de atribuições políticas do Imperador".[55]

A conclusão que se chega sobre o assunto, segundo Miriam Dohnikoff, é de que:

"A divisão constitucional de competências entre governos provinciais e governo central, garantindo autonomia dos primeiros, a qual não podia ser unilateralmente revogada pelo governo central; a capacidade de os governos provinciais tomarem decisões autonomamente sobre temas

relativos à tributação, força policial, obras públicas, empregos, etc.; a constante negociação entre províncias e centro no parlamento para dirimir tensões e confrontos entre interpretações divergentes sobre a esfera de competência de cada um; a atribuição do governo central de responder pela unidade nacional, provido dos instrumentos necessários para tanto; e sua convivência com governos provinciais autônomos, que respondiam por questões regionais estratégicas, foram elementos federativos que prevaleceu no Brasil do século XIX. A derrota nas negociações das reformas em 1832, que resultou na manutenção da vitaliciedade do Senado, e o fato de ser o presidente de província nomeado pelo governo central impediram a adoção plena de um modelo federativo. Por outro lado, como procurei demonstrar, o presidente tinha poderes restritos, de sorte que ele não se constituía em obstáculo ao exercício da autonomia provincial. O presidente não tinha poder de apresentar projetos legislativos, e o direito de veto às leis aprovadas na Assembleia era apenas suspensivo. Deveria ser exercido em um prazo diminuto, apenas dez dias, e retornava para a mesma Assembleia que aprovava a lei, na qual poderia ser derrubado por dois terços dos deputados.[56]

Assim, restava ao governo monárquico extinguir o Senado vitalício e permitir a escolha dos Presidentes das províncias através do voto popular, para se atingir um grau de federalismo completo. Tais mudanças viriam a ocorrer em 1889, quando o visconde de Ouro Preto, Presidente do último Conselho de Ministros da monarquia, apresentou suas propostas de governo à Assembleia Geral.[57] Mas devido ao golpe de Estado que instaurou a República, tais planos não puderam vir a tornar-se realidade.

Poder moderador

O Poder Moderador foi um dos quatro poderes de Estado instituídos pela Constituição Brasileira de 1824 e foi idealizado pelo francês Benjamin Constant. Da forma como foi concebido, situa-se hierarquicamente acima dos demais poderes do Estado. Esse poder era pessoal e privativo do imperador, assessorado por um Conselho de Estado. D. Pedro I (e mais tarde seu filho D. Pedro II) era o detentor exclusivo e privativo, com a atribuição de nomear e demitir livremente os ministros de Estado, já como chefe do Poder Executivo, exercitando este último poder através de «seus ministros de Estado», os mesmos a quem, como Poder Moderador, nomeava e demitia livremente. Ele também existiu em Portugal até 1910, ano da instauração da república nesse país.

Representatividade

Segundo a Constituição de 1824, considerada uma das mais liberais de seu tempo,[58] o voto era obrigatório[59] e as eleições eram feitas em dois graus: em primeiro lugar, os votantes escolhiam os eleitores e em seguida, estes últimos elegiam os senadores e deputados.[2] Podiam ser votantes os homens de 25 anos ou mais, com algumas exceções, e que tivessem ao menos 100 mil réis de renda ao ano. Enquanto para ser eleitor, era necessária uma renda de pelo menos 200 mil réis ao ano.[2] A exigência de renda no Reino Unido era muito maior, mesmo após a reforma de 1832.[59] Dessa forma, é provável que nenhum país europeu da época possuísse uma legislação tão liberal quanto a brasileira.[59] Os únicos países do mundo que não exigiam renda para votar eram a França e Suíça, onde o sufrágio universal masculino foi introduzido em 1848.[2][59] No entanto, a exigência de renda para votar no Brasil era muito baixa, pois qualquer assalariado ou pequeno proprietário podia votar.[2][58] Para efeitos comparativos, o empregado civil de menor salário da época, o servente de serviço público, ganhava 600 mil réis por ano.[58]

Os libertos (ex-escravos) não possuíam o direito ao voto, mas os seus filhos e netos poderiam votar,[2] assim como os analfabetos[60] (o que poucos países permitiam).[58] Assim, em 1870, cerca de 13% da população livre brasileira votava.[58] No Reino Unido, a participação eleitoral era de 7% da população total, na Itália, de 2%, em Portugal, de 9% e na Holanda, de 2,5%.[2] O Reino Unido possuía um percentual eleitoral de 3% da população em 1832, quando realizou uma reforma eleitoral, seguida pela de 1867 e depois, pela de 1884, onde conseguiu expandir o eleitorado para 15%.[59] A maior parte dos votantes era composta por pessoas de baixa renda.[58] Por exemplo, no município de Formiga, em Minas Gerais, essas compunham 70% do eleitorado em 1876 e em Irajá, na periferia do Rio de Janeiro, a proporção era de 87%.[2]

As fraudes nas eleições eram comuns,[60] mas não passaram despercebidas nem por Dom Pedro II e nem pelos políticos e estudiosos da

época, que consideravam um grande problema a ser resolvido.[2][60] Várias medidas foram tomadas com o intuito de eliminar, ou ao menos, diminuir as fraudes, como as reformas de 1855, de 1875 e 1881.[2] A Lei de 19 de setembro de 1855, criou o voto distrital, o sistema de eleições por círculos e as incompatibilidades eleitorais (também conhecida como inelegibilidades). O primeiro tinha por objetivo possibilitar a representação de todas as facções locais, enquanto os dois posteriores tinham como finalidade reduzir a influência do governo (independente de quem estivesse nele no momento) no resultado das eleições. Além destas novidades, ficou proibido aos funcionários públicos concorrerem em seus distritos, para impossibilitar que estes viessem a utilizar a máquina pública a seu favor. Desta forma, tanto presidentes de província, assim como secretários provinciais, comandantes de armas, juizes de direito, juizes municipais e chefes de polícia foram impedidos de serem eleitos, ou ao menos em seus distritos de origem. O resultado positivo da reforma foi observado já nas eleições seguintes, em 1856, quando se viu a redução expressiva da eleição de funcionários públicos, permitindo que o "país real" entrasse "diretamente na Câmara", como assim desejava o Presidente do Conselho de Ministros, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná.[2]

A reforma seguinte ocorreu em 1875 quando foi introduzido um mecanismo que possibilitaria a representação das minorias (eliminando de vez as infames assembleias unânimes): o sistema do terço, onde os votantes escolhiam apenas 2/3 da lista de eleitores da província, e por sua vez, os eleitores votavam em 2/3 do número de deputados provinciais, assim permitindo que o 1/3 restante fosse preenchido pelos votos da oposição.[2] A última, e mais importante, que se tornou conhecida como "Lei Saraiva", realizou mudanças significativas, pois eliminou a eleição em dois turnos, introduzindo a voto direto e facultativo e permitiu os votos dos libertos, assim como dos acatólicos.[59] Além de que ampliou as incompatibilidades eleitorais (inelegibilidades) de 1855, impossibilitando que empresários de obras públicas e vigários e bispos em suas próprias paróquias pudessem concorrer e estabeleceu que funcionários públicos eleitos fora de seus distritos, não poderiam exercer cargos, receber salários ou serem promovidos enquanto durassem seus mandatos. Imediatamente a reforma se fez sentir, pois enquanto em 1850, cerca de 48% dos deputados eram funcionários públicos, na última legislatura esse percentual caiu para apenas 8%.[2]

Se por um lado tal reforma trouxe benefícios, pois diminuiu consideravelmente a corrupção e fraude nas eleições,[2][60] permitindo um melhor funcionamento do sistema parlamentar brasileiro,[2][60] também houve os aspectos negativos, pois aos analfabetos não era mais permitido votar.[59] A taxa de eleitores passou de 13% para apenas 0,8%, em 1886.[2] De fato, para a maior parte das pessoas de então, o grande problema das eleições eram os analfabetos, que segundo aqueles, não possuíam preparo para votar, pois desconheciam a noção do significado de um governo representativo, da escolha de alguém como seu representante político e eram facilmente corruptíveis, acabando por vender seus votos.[59] Contudo, em 1889, cerca de 20% da população brasileira sabia ler e escrever.[60] o que não explica a razão da súbita queda do eleitorado. A não ser, entretanto, que tenha ocorrido graças ao fato do voto ter deixado de ser obrigatório e em conjunto com o desinteresse do povo brasileiro em exercer a cidadania, ter resultado na diminuição no número de eleitores (que iria continuar até meados da década de 1940).[61] Para Dom Pedro II, a melhor forma de resolver o problema das fraudes nas eleições não era restringindo o direito ao voto, e sim melhorando a educação no país.[2][60] Mesmo assim, o Brasil foi capaz de manter eleições ininterruptas de 1822 a 1889, fortalecendo o processo eleitoral, assim como o sistema representativo.[2][60]

Forças armadas

Armada

A Armada Nacional (como foi chamada a Marinha de Guerra brasileira durante o regime monárquico) surgiu com a Independência do país. Era formada quase que em sua totalidade por embarcações, pessoal, organizações e doutrinas provenientes da transmigração da Família Real de Portugal em 1808. Os seus membros eram alguns poucos brasileiros natos (até então quase todos proibidos de servir), portugueses que optaram por aderir à causa da separação (e que consequentemente foram naturalizados brasileiros) e estrangeiros de vários países (principalmente da Inglaterra), contratados como mercenários. Também foram aproveitados

vários órgãos criados por João VI de Portugal, tais como: a Secretaria da Marinha, o Quartel-General, a Intendência e Contadoria, o Arsenal de Marinha, a Academia de Guardas-Marinhas, o Hospital, a Auditoria, o Conselho Supremo Militar, a Fábrica de Pólvora, os Cortes de Madeira e outros. Como primeiro Ministro da Marinha foi nomeado o brasileiro nato Capitão de Mar-e-Guerra Luís da Cunha Moreira (futuro visconde de Cabo Frio) em 28 de outubro de 1822.[62][63] Para comandar a Armada brasileira foi escolhido o experiente Lorde Thomas Alexander Cochrane, britânico de nascimento, que recebeu o cargo de "Primeiro Almirante".[64][65]

A frota no seu início era composta por apenas uma nau, quatro fragatas, duas corvetas, cinco brigueiros, seis escunas e vinte pequenas embarcações, num total de trinta e oito navios de guerra. O Ministro da Fazenda Martim Francisco Ribeiro de Andrada criou uma subscrição nacional para reunir fundos e assim reequipar a frota, e de todo o Brasil foram enviadas contribuições. Até mesmo o Imperador Pedro I do Brasil adquiriu às próprias expensas um brigue mercante que foi renomeado "Caboclo" e doado ao Estado.[66][67] A participação da marinha no conflito contra Portugal foi vital.[68]

Exército

O Exército Nacional (ou Imperial como costumeiramente era chamado) durante a monarquia era dividido em dois ramos: o de 1ª Linha, que era o Exército de fato; e o de 2ª Linha, formado pelas antigas milícias e ordenanças herdadas dos tempos coloniais. Em 1824 o efetivo do Exército de 1ª Linha era de 24.000 homens disciplinados.[69] treinados e equipados tão bem quanto os seus equivalentes europeus.[70] Com o término da guerra de Independência, as Forças Armadas Brasileiras já estavam efetivamente bem organizadas e equipadas.[71]

A formação dos oficiais do Exército era realizada na Academia Militar (única escola de engenharia no país até 1874).[72] apesar de não ter sido obrigatória para evoluir na carreira durante o século XIX.[73]

Economia

O Brasil, ao tornar-se independente em 1822, possuía uma economia voltada para a exportação de matérias-primas. O mercado interno era pequeno, devido à falta de créditos e a quase completa subsistência das cidades, vilas e fazendas do país que se dedicavam à produção de alimentos e a criação de animais.[74][75] Durante a primeira metade do século XIX, o Estado imperial investiu pesadamente na melhoria das estradas terrestres e detinha por sua vez, um memorável sistema de portos que possibilitava uma melhor troca comercial e comunicação entre as regiões do país.[76] A economia do Brasil era extremamente diversificada no período pós-Independência,[77] mas foi necessário um grande esforço por parte do governo monárquico para realizar a transmutação de sistema econômico puramente escravocrata e colonial para uma economia moderna e capitalista. Contudo, a monarquia fora capaz de manter até o fim de sua existência o extremamente notável crescimento econômico iniciado com a vinda do então príncipe-regente dom João ao Brasil. Isto foi possível, em parte, graças ao liberalismo adotado pelo regime monárquico, que favorecia a iniciativa privada.[78]

Infraestrutura

Em 30 de abril de 1854 abriram-se os primeiros quinze quilômetros de estrada de ferro no Brasil. Em 1868, eram 718 quilômetros em tráfego. Em 1889, havia 9.200 quilômetros em tráfego e 9 mil em construção.[79]

Com a adoção da navegação a vapor, a construção das primeiras estradas de ferro e de rodagem, o mercado interno brasileiro cresceu extraordinariamente até o fim do Império.[80]

O telégrafo elétrico surgiu em 1852, no Rio de Janeiro, sendo inspiração direta do imperador. As linhas espalharam-se pelo país de norte ao sul. Em 1873, foi inaugurada no Brasil a segunda linha telegráfica submarina que ligava as Américas a Europa (O outro país que a lançou primeiro foram os Estados Unidos da América). Em 1889, havia 18.925 quilômetros de linhas telegráficas.[79]

No final do período monárquico surgiu outra forma de comunicação: o telefone em 1876, onde o primeiro aparelho foi instalado no palácio de São Cristóvão e em alguns anos se difundiu pelo país.[2]

A capital do Império - o Rio de Janeiro - tornou-se a quinta cidade do mundo a possuir uma estação de tratamento de esgotos, tendo o serviço se iniciado na década de 1860.[2]

O gás canalizado, utilizado para iluminação, surgiu primeiro no Rio de Janeiro, em 1854. No ano de 1874, dez mil residências da Corte, cinco mil estabelecimentos públicos e seis mil lampiões de rua eram servidos pelo gás canalizado.[2]

Em 1883, a cidade de Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, foi a pioneira na América do Sul na introdução da energia elétrica como serviço público de iluminação.[2]

Até 1850 recebera o Brasil em torno de 19 mil imigrantes. Entre 1855 e 1862, a média da entrada deles fora de 15 mil por ano.[2]

Referências

- ↑ BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, Rio de Janeiro, Município Neutro, 1824
- ↑ **a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y** VAINFAS, Ronaldo, Dicionário do Brasil Imperial, Objetiva, 2002
- ↑ name=Gordon **Bruce R. Gordon** (2005).
- ↑ **a b** Vianna, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p.408
- ↑ LIMA, Oliveira. O movimento da independência. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.398
- ↑ **a b** LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.153
- ↑ Vianna, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p.417
- ↑ LIMA, Oliveira. O movimento da independência. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.379
- ↑ Vianna, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p.413
- ↑ LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.166
- ↑ DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p.49
- ↑ DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p.52
- ↑ DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p.50
- ↑ DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p.54
- ↑ **a b** LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.154
- ↑ Vianna, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p.417 e 418
- ↑ LIMA, Oliveira. O movimento da independência. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.404
- ↑ LIMA, Oliveira. O movimento da independência. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.339
- ↑ LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.154 e 155
- ↑ **a b** Vianna, Hélio. História do Brasil: período colonial, monarquia e república. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p.418
- ↑ **a b** VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.170
- ↑ CALMON, Pedro. História da civilização brasileira. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p.203
- ↑ BONAVIDES, Paulo. Reflexões: política e direito. 2 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, p.228
- ↑ SCANTIMBURGO, João de. O Poder Moderador. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1980, p.20
- ↑ **a b c** LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.175
- ↑ CARVALHO, José Murilo de. A Monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993, p.46
- ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976, p.254
- ↑ **a b** CARVALHO, José Murilo de. A Monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993, p.23

29. ↑ SCANTIMBURGO, João de. O Poder Moderador. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1980, p.19
30. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976, p.186
31. ↑ Rodrigues, José Honório. Uma História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.122
32. ↑ Rodrigues, José Honório; Steinfus, Ricardo. Uma História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995
33. ↑ Parron, Tâmis. A Política e a Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.24
34. ↑ Lovejoy, Paul. Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa. 36. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.145
35. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976
36. ↑ SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.55
37. ↑ SOUSA, Galvão. História do Direito Político Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1962, p.126 e 127
38. ↑ **a b c d** CARVALHO, José Murilo de. A Monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993
39. ↑ SOUSA, Galvão. História do Direito Político Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1962, p.128
40. ↑ SOUSA, Galvão. História do Direito Político Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1962, p.314
41. ↑ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. 2. ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004
42. ↑ TORRES, João Camillo de Oliveira. A democracia coroada. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964, p.71
43. ↑ **a b** TORRES, João Camillo de Oliveira. A democracia coroada. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964
44. ↑ TORRES, João Camillo de Oliveira. A democracia coroada. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964, p.78
45. ↑ TORRES, João Camillo de Oliveira. A democracia coroada. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964, p.81
46. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976, p.261
47. ↑ DIÉGUES, Fernando. A revolução brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004
48. ↑ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001
49. ↑ CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.86
50. ↑ LIMA, Oliveira. O movimento da independência. 6. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.451
51. ↑ CARVALHO, José Murilo de. A Monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993, p.65
52. ↑ GRIECCO, Donatello. Viva a República!. Rio de Janeiro: Record, 1989, p.21
53. ↑ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Império das províncias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.9
54. ↑ DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p.287
55. ↑ VERSEN, Max von. História da Guerra do Paraguai. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p.31
56. ↑ DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p.291-292
57. ↑ CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
58. ↑ **a b c d e f** CARVALHO, José Murilo de, A Monarquia Brasileira, Livro Técnico, 1993
59. ↑ **a b c d e f g h** CARVALHO, José Murilo de, Cidadania no Brasil, Civilização Brasileira, 2007
60. ↑ **a b c d e f g h** CARVALHO, D. Pedro II, Companhia das Letras, 2007
61. ↑ CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
62. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império (2a. ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 260.
63. ↑ MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (2a. ed.). Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. p. 53.
64. ↑ MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (2a. ed.). Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. p. 58-61.
65. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império (2a. ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. p. 261.
66. ↑ MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (2a. ed.). Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. p. 54-57.
67. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império (2a. ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. p. 261.
68. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p.272
69. ↑ PEDROSA, J. F. Maya. A Catástrofe dos Erros. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004, p.229
70. ↑ NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. Volume único. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p.463
71. ↑ VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.548
72. ↑ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Declínio e Queda do Império (2a. ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p.238
73. ↑ SOUZA, Adriana Barreto de. Duque de Caxias: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.110
74. ↑ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995, p.240
75. ↑ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002). 2. ed. São Paulo: Editoria 34, 2005, p.48
76. ↑ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002). 2. ed. São Paulo: Editoria 34, 2005, p.26 e 37
77. ↑ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002). 2. ed. São Paulo: Editoria 34, 2005, p.46
78. ↑ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. 2. ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 2004, p.197
79. ↑ **a b** CALMON, Pedro, História da Civilização Brasileira, Senado Federal, 2002
80. ↑ VIANNA, Hélio, História do Brasil, Melhoramentos, 1994

Adesão do Maranhão à independência do Brasil



Lord Cochrane

No Maranhão, as elites agrícolas e pecuaristas eram muito ligadas à Metrópole e a exemplo de outras províncias se recusaram a aderir à Independência do Brasil. À época, o Maranhão era uma das mais ricas regiões do Brasil. O intenso tráfego marítimo com a Metrópole, justificado pela maior proximidade com a Europa, tornava mais fácil o acesso e as trocas comerciais com Lisboa do que com o sul do país. Os filhos dos

comerciantes ricos estudavam em Portugal. A região era conservadora e avessa aos comandos vindos do Rio de Janeiro.

Foi da Junta Governativa da Capital, São Luís, que partiu a iniciativa da repressão ao movimento da Independência no Piauí. A Junta controlava ainda a região produtora do vale do rio Itapecuru, onde o principal centro era a vila de Caxias. Esta foi a localidade escolhida pelo Major Fidié para se fortificar após a derrota definitiva na Batalha do Jenipapo, no Piauí, imposta pelas tropas brasileiras, compostas por contingentes oriundos do Piauí e do Ceará. Fidié teve que capitular, sendo preso em Caxias e depois mandado para Portugal, onde foi recebido como herói. São Luís, a bela capital e tradicional reduto português, foi finalmente bloqueada por mar e ameaçada de bombardeio pela esquadra do Lord Cochrane, sendo obrigada a aderir à Independência em 28 de julho de 1823. Os anos imperiais que seguiram foram vingativos com o Maranhão; o abandono e descaso com a rica região levaram a um empobrecimento secular, ainda hoje não rompido.

Batalha do Jenipapo

A Batalha do Jenipapo ocorreu às margens do riacho de mesmo nome no dia 13 de março de 1823, a qual foi decisiva para a Independência do Brasil e consolidação do território nacional. Consistiu na luta de piauienses, maranhenses e cearenses contra as tropas do Major João José da Cunha Fidié, que era o comandante das tropas portuguesas, encarregadas de manter o norte da ex-colônia fiel à Coroa Portuguesa. Ressalta-se que os brasileiros lutaram com instrumentos simples, não com armas de guerra, não tinham experiência; ou seja, mesmo sabendo da condição de luta, eles partiram para o combate. Perderam a batalha, mas fizeram com que a tropa desviasse seu destino. Caso o Major continuasse a marchar para Oeiras, então capital, talvez não encontrasse resistência e cumpriria com seu objetivo. Foi uma das mais marcantes e sangrentas Batalhas travadas na guerra da independência do Brasil.

Infelizmente a data é esquecida, não consta nos livros de História e poucos sabem do ocorrido, mesmo no Piauí, onde ocorreu a batalha. Mas, após alguns movimentos por parte de políticos, historiadores e da população, a data foi acrescida à bandeira do Piauí e está em curso a implantação do estudo da Batalha do Jenipapo na disciplina de História. Durante as comemorações e reflexões do dia 13 de março o município de Campo Maior faz a entrega da Medalha do Mérito Heróis do Jenipapo e o(a) Governador(a) do Piauí, a Ordem do Mérito Renascença do Piauí, oportunidade em que o mesmo usa a faixa governamental.

Sinopse histórica

O texto a seguir encontra-se exposto em quadros, presentes no Monumento aos Heróis do Jenipapo, que contam resumidamente a História da Batalha e relatam o desenrolar dos episódios posteriores; além de um poema em homenagem aos combatentes.

I. D. João VI, ao retornar a Portugal em 1821, reconheceu que a Independência do Brasil era impossível de conter-se. Desejava preservar o norte do país, reunido, como colônia portuguesa, Pará, Maranhão e Piauí. Este, de grande riqueza em gado bovino, poderia cortar o suprimento de carne a outras regiões brasileiras, inclusive ao sul. Para o comando das armas em Oeiras, então Capital do Piauí, o rei nomeou o militar português João José da Cunha Fidié, empossado a 9 de agosto de 1822.

II. A 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, o Príncipe Regente D. Pedro proclama a Independência do Brasil. Em Parnaíba, um grupo de patriotas, à frente dos quais João Cândido de Deus e Silva e Simpício Dias da Silva, declara sua adesão à causa da Independência e aclama Imperador o Príncipe D. Pedro a 19 de outubro de 1822. Com o objetivo de sufocar o levante, Fidié marcha para Parnaíba, cerca de 700 quilômetros distante, com tropas de linha, lá chegando em 18 de dezembro de 1822. Encontrou a vila guardada pelo brigue Infante Dom Miguel, vindo do Maranhão, com tropa e armamento em seu auxílio. Os chefes da revolta refugiaram-se em Granja no Ceará.

III. Em Oeiras, a 24 de janeiro de 1823, Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, proclama a Independência e assume a presidência da Junta do Governo do Piauí. Ao receber, a 28 de fevereiro de 1823, a notícia dos sucessos na Capital, Fidié delibera regressar, no comando de mais de 1100 homens, bem armados. Disponha de 11 peças de artilharia e o seu exército se aumentara de contingentes do brigue

Infante Dom Miguel e da guarnição de Carnaubearas, no Maranhão. Alimentava o propósito de castigar os revolucionários de Oeiras.

IV. Na viagem de volta, o militar português, sabendo que o centro das forças nacionalistas estava em Campo Maior, que aderira à Independência a 2 de fevereiro de 1823, para aqui seguiu em marcha forçada. Na vila, o capitão Luís Rodrigues Chaves convocou os piauienses, mais de mil, a que se juntaram 500 cearenses, uns e outros mal armados de foices, espadas, chucos, facões e velhas espingardas de caça. Fidié desconhecia o número das forças inimigas, entretanto não ignorava que tinha de enfrentar matutos sem disciplina nem instruções militar, mas dispostos a morrer pela causa da Independência.

Diz Abdias Neves: "E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados."

V. O mato à, margens do rio Jenipapo se compõe de vegetação baixa. O caminho dos patriotas se bifurcava. O comandante João da Costa Alecrim e seus comandados tomaram à direita e pela esquerda seguiram o comandante Luís Rodrigues Chaves e os seus soldados. Era 13 de março de 1823, às 9 horas. O primeiro encontro foi fortemente repellido pelos patriotas, mas Fidié atravessou o Jenipapo, escolheu posição, dispôs os seus homens. logo se alvejaram os brasileiros por peças de artilharia. O recurso estava em atacar os portugueses ao mesmo tempo de todos os lados e separá-los. Houve tentativa, rechaçada. Outros ataques se deram, com grandes perdas de vidas. A fuzilaria inimiga arrasava o campo. O combate durou até as 2 horas da tarde. Alguns afirmam que houve 200 brasileiros entre mortos e feridos. Outros registram 400.

VI. Fidié conquistou vitória aparente. Perdeu parte de sua bagagem de guerra. Acampou a um quilômetro de Campo Maior, na fazenda Tombador. Poucos dias depois, partiu no rumo do Estanhado, hoje União, e daí passou a acampar-se em Caxias, no Maranhão, onde piauienses e cearenses o cercaram e fizeram que ele se rendesse a 31 de julho de 1823. Assim se fez a Independência em terras piauienses. Aqui foi preservada a unidade nacional. Escreve João Cândido de Deus e Silva: "As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as jóias, se mais nada tinham a vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi inexcedível de amor pelo triunfo completo da Independência - que abraçara, desde as primeiras proclamações."

VII. Glória aos vaqueiros e roceiros humildes, que lutaram sob o comando dos bravos Luís Rodrigues Chaves, João da Costa Alecrim, Francisco Inácio da Costa, Salvador Cardoso de Oliveira, Alexandre Nery Pereira Nereu, Pedro Francisco Martins e Simpício José da Silva. Eles permaneceram durante muitos anos no esquecimento. Apenas algumas toscas pedras marcavam o lugar das sepulturas com restos desses valentes, mortos sem que deixassem à posteridade ao menos os modestos nomes. A gratidão dos piauienses, porém, um dia se positivou neste Monumento do Jenipapo, na campina formosa - o lugar mais sagrado da história.

Em 1922, a Bandeira e o Brasão do Piauí foram aprovados pela Assembleia Legislativa do Piauí. Constituíam-se de elementos que representavam a riqueza do estado e a composição de elementos nativos do Piauí, como a Carnaúba, o Babaçu, o Algodão, a Cana-de-açúcar e o Buriti. Foram criados por iniciativa do então governador do Estado, João Luís Ferreira e por seu secretário de Obras e Viação Pública, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves. A bandeira constituía-se das mesmas cores da bandeira brasileira e a estrela corresponde ao Piauí como um estado da Nação.

Transcorridos 83 anos, desde a aprovação dos símbolos originais, eis que a Assembleia Legislativa, no ano de 2005 aprova, por unanimidade, a inclusão da data 13 de março de 1823, dia da Batalha do Jenipapo, na bandeira do Piauí. O projeto, de autoria do deputado Homero Castelo Branco (PFL) a partir de relatos do escritor Adrião Neto, corresponde a um anseio antigo da comunidade de historiadora e da população conhecedora do fato, o reconhecimento da data e de sua importância com relação à Independência do Brasil.

Ainda assim, houve veto do governador Wellington Dias (PT), sob a alegação de que em bandeira nenhuma no mundo existia a indicação de

data. O veto foi derrubado pela Assembléia e a data foi incluída na bandeira do Piauí.

A expectativa daqueles que lutaram para a modificação do símbolo estadual é de que a inscrição na bandeira desperte a curiosidade das pessoas; e que elas busquem maior informação sobre o ocorrido e tenham consciência da vitalidade da Batalha do Jenipapo.

As outras datas que marcaram a Independência do Piauí, 19 de outubro de 1822 e 24 de janeiro de 1823, já tiveram destaque. A primeira, marca a adesão do Piauí à Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822 às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo; teve destaque ao ser condecorada como dia do Piauí. A última, independência em Oeiras, foi agraciada com a inclusão no Brasão Estadual. Já a data da Batalha do Jenipapo, considerada por muitos a mais importante das três, esteve esquecida até ao início da discussão do projeto.

No entanto, tem-se verificado que a utilização da nova bandeira não vem sendo aplicada de maneira global. Apenas em cerimônias oficiais nota-se a nova bandeira. Nos meios de comunicação em geral, nos livros didáticos, em ocasiões em que não demandam diretamente dos governos e até em órgãos governamentais percebe-se que não estão sendo aplicadas as modificações. Sendo assim, a perceptividade da inclusão do 13 de março de 1823 na bandeira do Piauí fica comprometida.

Batalha do Jenipapo: Contextualização global

A Batalha do Jenipapo

Quando Dom Pedro I, às margens do Ipiranga, deu o grito de independência, não houve derramamento de sangue. Foi no Piauí, às margens do Rio Jenipapo, na cidade de Campo Maior, que os portugueses perderam a esperança de ter uma colônia na América, sendo afastados definitivamente das terras brasileiras. A Batalha do Jenipapo, luta e glória do povo piauiense, assegurou a unidade territorial do Brasil.

O Piauí como província

Até o final do século XVIII, Portugal não dava a mínima importância para o Piauí, apesar de o Brasil ser uma colônia lusitana. A província foi entregue a exploradores maranhenses e baianos. A província era subordinada à Bahia pelo lado jurídico e, pelo lado administrativo e religioso, estava sujeitos ao Maranhão. Muito embora a Freguesia da Mocha tenha sido instalada em 1697 sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, somente em 1715 foi criada a Capitania de São José do Piauí. A terra de Mafrense¹ era muito grande, territorialmente falando, para tão poucos habitantes.

Para se ter um quadro mais revelador dessa situação, Oeiras, por essa época, tinha pouco mais de mil habitantes e era a capital imperial do Piauí. Parnaíba dava os primeiros passos com o comércio de exportação de carnes e de algodão. O gado era mais importante do que o ser humano. Até as três primeiras décadas do século XIX, não sequer uma única escola regular, não obstante já existisse desde 1770 um serviço postal ligando os mais distantes rincões do território. Havia comunicação postal, mas não havia escola. Saber ler e escrever era um privilégio de poucas pessoas, apenas as mais altas autoridades ligadas à administração. Em âmbito nacional, o sentimento de independência no Brasil teve início no século XVIII com a chamada Conjuração Mineira de 1789, a Inconfidência Carioca de 1794 e a Inconfidência Baiana de 1798, todas imbuídas numa causa comum que girava em torno de idéias liberais, segundo as quais a soberania reside na vontade do povo, na liberdade de expressão e de culto. A partir de então consignou-se o sentimento de liberdade que culminaria de um modo mais intenso com a participação popular na Revolução Pernambucana de 1817.

Em 1808, a chegada da família real ao Brasil marcou definitivamente esse sentimento de nacionalidade, com o Brasil se tornando a sede da Coroa Portuguesa e com os desdobramentos desse fato: a abertura do porto às nações amigas, a fundação do Colégio de Medicina e Cirurgia e da Escola de Comércio, a abertura da Escola de Belas Artes, a fundação do Banco do Brasil, a inauguração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a elevação do País a Reino Unido, a criação da Imprensa Oficial e a edição do jornal Gazeta do Rio de Janeiro (em 10 de setembro de 1808). O reconhecimento dos direitos naturais e imprescritíveis da pessoa humana estava na ordem do dia, e o Piauí, apesar do isolamento e da distância em

relação ao Rio de Janeiro, não ficou dessa epopéia libertária, que deu outros rumos ao destino do Brasil.

Ao contrário da situação dos dias atuais, o quadro financeiro do Piauí, em 1821, era considerado bom. A atividade agropecuária crescia vertiginosamente. Quinze mil bois eram abatidos em Parnaíba para abastecer de carnes os mercados do Maranhão, Ceará e Bahia; o comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil, além do fumo, cana-de-açúcar e outros produtos. Cerca de 50% da renda bruta das numerosas fazendas de gado do Piauí ia parar nos cofres das cortes portuguesas. O dinheiro que ficava no Piauí pagava os gastos com atividades militares e preservava a carrancuda máquina administrativa.

Em abril de 1821, D. João VI deixou o Brasil e foi para Portugal. A comitiva, de quatro mil pessoas, era formada principalmente por membros da realeza, ricos comerciantes portugueses e outras autoridades, o ossário de D. Maria I, a Rainha Louca, e 50 milhões em cruzados, isto é, todo o dinheiro dos cofres do Brasil.

Com a volta da família real para a Europa, a responsabilidade pelo destino do Brasil ficou a cargo de D. Pedro I. A questão internacional provocada pela Revolução do Porto (1820), no bojo da qual se admitia a volta do Brasil à condição de colônia portuguesa, com a administração ligada diretamente à Lisboa, levou muitas províncias a se rebelarem, como a Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ao que apoiavam D. Pedro I e os setores favoráveis às cortes portuguesas mergulharam num vai-e-vem de interesses sem precedentes na história política do País.

Piauí era visto como Portugal em plena caatinga

Do outro lado, Piauí, Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás deviam obediência e lealdade a Portugal. O Piauí compunha a nação portuguesa. Era uma espécie de Portugal em plena caatinga piauiense. Oeiras, a capital imperial do Piauí, era infestada de portugueses que queriam a todo custo ficar com a parte mais rica do Brasil.

Assim, dividido entre as pretensões dos brasileiros que queriam a independência e a dos portugueses que desejavam continuar com a política colonialista, D. Pedro I, no dia 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, arrancou os laços que uniam o Brasil a Portugal com o grito "Independência ou Morte". No Piauí, a notícia chegou no dia 30 de setembro.

Com a independência brasileira levada a efeito em São Paulo, Portugal voltou-se para a parte mais rica da nação, que era o Norte. E foi justamente para efetivar essa posse que os portugueses mandaram para o Piauí o oficial graduado João José da Cunha Fidié, que chegou em Oeiras no segundo semestre de 1822.

A presença militar lusitana em terras piauienses, entretanto, não intimidou o animo emancipador dos mafrenses. A independência caminhava lenta e gradualmente, mas com passos firmes e decisivos rumo à liberdade.

As idéias revolucionárias desenvolvidas por piauienses ilustres vinham de Portugal, Estados Unidos e França. Essas idéias entravam no Piauí por Parnaíba, que era a porção mais rica da província. Em 19 de outubro de 1822 a Câmara Provincial de Parnaíba, em sessão solene, reconheceu a independência do Brasil. Isso foi aceito como convite à ação libertadora e um não à presença militar portuguesa em terras piauienses. Nesta sessão estavam presentes os líderes Simplício Dias da Silva, Leonardo das Dores Castelo Branco e o juiz Cândido de Deus e Silva.

Uma platéia lotava as dependências da Câmara. Apesar de um certo alinhamento às cortes portuguesas, os parnaibanos reconheciam a autoridade de D. Pedro de Alcântara, o Defensor Perpétuo do Brasil. Campo Maior era também um caldeirão de idéias libertadoras. A 17 de setembro de 1822, a junta governista chamou a Oeiras Lourenço de Araújo Barbosa, o precursor da independência no Piauí, para prestar esclarecimentos a respeito dos boatos sobre atividades emancipacionistas. Segundo informações dos espíões oereenses infiltrados em Campo Maior, ele possuía uma fábrica de pólvora que seria usada num possível ato revolucionário, que a cada dia se tornava mais urgente.

Com a declaração parnaibana de independência em relação a Portugal, não restou outra alternativa a Fidié, Governador das Armas do

Piauí, senão sufocar militarmente o levante revolucionário no litoral e, ao mesmo tempo, ver in loco a situação explosiva em Campo Maior. A preocupação meio de Fidié era fazer nas "terras dos carnaubais" um foco de resistência portuguesa diante do sentimento nacionalista dos campoienses.

Corroborando o boato de que Portugal queria ficar com o norte do Brasil, que na época compreendia o Piauí, o Maranhão e o Pará, os portugueses enviaram para o Piauí uma quantidade enorme de armas por volta de 1820, além da vinda de Fidié a Oeiras como Governador das Armas.

Fidié, um militar de alta patente, foi enviado ao Piauí devido ele já ser considerado um herói em Portugal quando ele lutou contra os exércitos napoleônicos quando a França invadiu Portugal em 1807. Lutou bravamente na defesa de Portugal contra as forças francesas do general Junot. Fidié já era herói quinze anos antes de vir para o Piauí defender a última esperança portuguesa de ter uma colônia lusitana nas Américas.

O general desloca-se para Parnaíba

Quando Fidié soube da proclamação da independência feita pelos parnaibanos em 19 de outubro de 1822, rompendo os laços que uniam o Piauí a Portugal, tomou a decisão de marchar com quase todo o efetivo militar rumo a Parnaíba com o objetivo de manter a dominação portuguesa sobre o Piauí e sufocar o movimento libertador.

De Oeiras para Parnaíba a distância era muito grande para os padrões da época. Cerca de 660 quilômetros. Fora o grupo de oficiais que iam a cavalo, os soldados teriam de fazer o trajeto a pé, o que constituía uma tarefa das mais árduas, mesmo para um exército bem treinado e disciplinado. Fidié partiu no dia 13 de novembro de 1822 de Oeiras, capital imperial do Piauí, com destino a Parnaíba, passando por Campo Maior.

Fidié chega a Campo Maior em 24 de novembro, depois de onze dias de marcha acelerada. Antes da chegada de Fidié em Campo Maior o clima na cidade era de alegria, com a chegada do mesmo e de toda sua tropa tudo mudou, alguns passaram a dar vivas ao imperador D. João VI e a Portugal, sendo que estes que passaram a festejar eram lusitanos ali residentes, alguns colaboradores e uma pequena parte do povo, sendo que estes últimos temiam represálias.

Para mostrar sua força, Fidié passou treze dias acampado em Campo Maior antes de seguir para o litoral.

Como o objetivo de Fidié era prender os insurretos parnaibanos e restabelecer o império português no litoral, destituído desde 19 de outubro, ele partiu para Parnaíba em 8 de dezembro de 1822 deixando Campo Maior sob a responsabilidade do tenente-coronel João da Cunha Rebelo com cem praças, cem granadeiros e alguns instrumentos bélicos, além de milicianos que serviam de artilheiros para as peças de campanha.

Ao saber da aproximação de Fidié, os independentes parnaibanos fogem para o estado vizinho Ceará. O exército de Fidié era composto por seis mil homens. Os portugueses ainda contavam com o apoio de navios e barcos instalados na costa parnaibana para ajuda no caso de uma emergência.

Fidié chegou em Parnaíba no dia 18 de dezembro de 1822. sem a presença dos líderes que tinham proclamado a independência do Piauí, ele não encontrou qualquer resistência. Logo na sua chegada houve festas, missas e até fogos de artifício. Fidié se sentia o próprio rei.

Manoel de Sousa Martins age em Oeiras

Enquanto Fidié vivia as delícias do litoral piauiense, em Oeiras, de onde ele partira para sufocar o levante libertário em Parnaíba, começava também o movimento separatista, tendo à frente o brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Diferentemente dos parnaibanos, que agiram por impulso, o brigadeiro trabalhava silenciosamente a causa da independência do Piauí. Em 24 de janeiro de 1823, Oeiras declarou-se independente, rompendo os laços que mantinha com Portugal.

Quando Fidié soube do ocorrido em Oeiras, ficou enfurecido. Considerou uma grande traição. No dia 28 de fevereiro de 1823, convocou novamente a tropa, desta vez composta por 1.100 homens, onde a partir dessa data declarou os piauienses como inimigos de Portugal. Com muito

júbilo partiu de Parnaíba numa viagem de volta para Oeiras, chegando em Campo Maior no dia 1º de março de 1823.

No caminho de volta ocorre um pequeno confronto na Lagoa do Jacaré entre os independentes piauienses e o exército português, com perdas para ambos os lados. Após isso os portugueses marchavam com mais cautela. Em Piracuruca a independência tinha sido declarada em 22 de janeiro por Leonardo Castelo Branco. O mesmo Leonardo também proclamou a independência de Campo Maior, em 5 de março de 1823. A concretização da liberdade aflorava no coração dos piauienses. Fidié tinha de ser barrado em Campo Maior de qualquer jeito porque, se chegasse a Oeiras, a independência seria jogada por "água à baixo" e assim os portugueses consolidariam uma colônia portuguesa no norte do Brasil, mesmo com o Grito do Ipiranga.

Em Piracuruca, Fidié encontrou a cidade abandonada. Os habitantes tinham fugido na noite anterior. Sem ter com quem lutar, seguiu em frente deixando para trás uma cidade fantasma, sem nenhum sinal de vida.

O confronto

A população de Campo Maior, ao saber que Fidié vinha de Parnaíba com destino a Oeiras e passaria ali, se mobilizou com intuito de impedi-lo de continuar viagem.

Na noite de 12 de março, os homens da cidade e das redondezas foram arregimentados. Todos queriam lutar para livrar o Piauí do domínio português. As mulheres estimularam os seus maridos, parentes e amigos, arrumaram o que puderam, venderam suas jóias; todos estavam empenhados a se unirem em só ideal: lutar.

O amanhecer do dia 13 de março de 1823 prenunciava um dia claro, com poucas nuvens e muito calor. Era um ano em que a seca castigava a nordestino.

Ao sinal de comando, todos os homens se reuniram em frente à Igreja de Santo Antônio. Os combatentes piauienses e cearenses não vestiam fardas. Na saída da cidade, para encontrar-se com Fidié, houve uma apresentação com a banda de música na qual houve um desfile militar. A massa de combatentes que iam lutar pelo Brasil saiu exultante ao som dos tambores. Mesmo sem acertarem os passos eles levavam consigo a chama da liberdade queimando no peito. A certeza da morte não tirou o ânimo dos que iam morrer pela pátria. Cerca de dois mil homens marcharam para o combate. As armas que eles usaram foram espadas velhas, chuchos, machados, facas e foices, paus e pedras e algumas espingardas usadas.

Sem nenhuma experiência em guerras, os piauienses chegaram às margens do Rio Jenipapo, de onde pretendiam impedir a passagem de Fidié. Como o riacho estava quase seco, a maioria dos patriotas ocultou-se no próprio leito do riacho, enquanto a outra parte se escondeu nas moitas de mato ralo perto da ribanceira. E ficaram esperando o exército português, que, com certeza, tinha de passar por ali. De onde estavam dava para ver quando os portugueses se aproximassem do palco da luta porque o terreno era bem plano, com várzeas imensas, abertas sem amparo algum. O povo com espírito de tornar-se independente estava entrincheirado e sabiam que à frente deles havia uma estrada que se dividia em duas, uma pela direita e outra pela esquerda. Só que estavam em dúvidas em qual dos caminhos vinha Fidié. Logo após às oito horas, o capitão Rodrigues Chaves mandou uma patrulha sondar o lugar onde seria travada a batalha. Fidié ao chegar no local onde a estrada se dividia resolveu mandar uma metade do exército por um lado e outra metade pelo outro lado. Ele foi junto com uma das metades pela esquerda e a cavalaria foi pela direita. Os independentes, sem saber da divisão que Fidié tinha feito no seu contingente, foram pela estrada da direita encontrando-se com a cavalaria portuguesa, sendo surpreendidos. Os mesmos avançaram bravamente contra a cavalaria. Os portugueses espantaram-se com a coragem e com a bravura dos piauienses, onde eles acabaram recuando. Neste momento os piauienses perseguiram os portugueses estrada adentro.

Os combatentes piauienses, ouvindo o tiroteio, acharam que o confronto havia começado. Saíram das trincheiras na qual utilizavam como posição defensiva e precipitadamente foram pela estrada da direita atrás do inimigo, só que as tropas portuguesas não se encontravam mais ali.

Fidié ao saber do ocorrido atravessou o rio Jenipapo pela estrada da esquerda, construiu de forma apressada umas barricadas, distribuiu o

armamento pesado, organizou os atiradores em posição de frente de combate (em linha) nas trincheiras onde antes estavam os piauienses e esperou que eles voltassem para lá. Antes os piauienses estavam em posição favorável agora tudo se reverteu.

Quando os piauienses viram a situação adversa só encontraram uma alternativa, atacar Fidié ao mesmo tempo e em todas as direções ao longo das margens do rio. No primeiro instante do combate houve muitas baixas por parte dos piauienses. Dezenas de corpos caíram pelas balas do exercito português. Os poucos que conseguiram atravessar a linha de fogo deram o último suspiro à boca dos canhões, com grande destemor não temendo nada contra a vida e sim pela pátria em tremenda representação de amor pela mesma. Com essa demonstração de amor pela pátria e de bravura que os piauienses tinham, fez com que os portugueses ficassem assustados, devido eles nunca terem visto tanta audácia em nenhum lugar do mundo.

Os sucessivos ataques dos piauienses tinha como resultado muitos mortos pelo chão. A fuzilaria e os tiros de canhão dos portugueses varriam o campo de luta de um lado para o outro. Os que conseguiam passar pelo bloqueio de fogo conseguiam lutar corpo a corpo com os portugueses.

No meio-dia, os piauienses estavam cansados e certos de que não venceriam os portugueses, neste momento já não lutavam mais se rastejavam ao encontro com a morte.

Às duas horas da tarde, depois de cinco horas de combate, os libertadores retiraram-se em desordem, deixando 542 prisioneiros, 200 mortos e feridos, Fidié, que cujas perdas foram estimadas em 116 mortos e 60 feridos, estacionou na fazenda Tombador, à cerca de um quilômetro de Campo Maior. Fidié e seu exército caíam de cansaço. O sol

escaldante e o medo da valentia dos piauienses não permitiram que as tropas portuguesas os perseguissem, mesmo sabendo que já tinham derrotado a eles. Os cearenses do Capitão Nereu na hora da retirada levaram a maior parte da bagagem dos portugueses, composta de comida, água, algumas armas e até mesmo um pequeno tesouro que Fidié trazia do saque que havia feito na cidade de Parnaíba.

Fidié passou dois dias na cidade de Campo Maior enterrando os seus mortos. No dia 16 de março de 1823, saiu da cidade indo para o Estanhado.

Meses depois Fidié foi preso em Caxias, no Maranhão, de lá levado para Oeiras de onde foi mandado para o Rio de Janeiro. Do Rio ele foi mandado de volta para Portugal, onde foi recebido com honras militares pelos serviços prestados à Coroa Portuguesa. Entre os títulos recebeu o de comendador da Ordem de Avis, a mais antiga condecoração militar portuguesa, fundada por Afonso Henriques em 1162. Só recebia essa comenda o soldado que demonstrasse extrema valentia, ousadia e coragem. No local onde houve a Batalha foi erguido um Monumento em memória aos piauienses que ali morreram pela independência de nosso país. Situado à margem esquerda do rio é, na verdade, um grande atrativo turístico e no local também se encontra uma parte do acervo bélico usado pelos combatentes. Essas peças pertenciam ao antigo Museu do Couro que para lá foi transferido.

Consequências da batalha

A luta no Piauí decidiria a unidade brasileira. A iniciativa coube ao Coronel Simplicio Dias da Silva, rico e viajado. Sobre os destroços da sua riqueza, edifica-se a unidade da pátria. A obra de Simplicio foi gigantesca. O Norte era autêntico satélite de Portugal. No Sul, a Independência foi aplausos e festas. No norte, fome e peste, sangue e morticínio. Jenipapo foi o retrato da bravura de um povo em luta pela sua liberdade.

O poeta Carlos Drummond de Andrade, em reconhecimento à bravura dos combatentes independentes, imortalizou-os no poema "Cemitérios" (In Fazendeiro do Ar. item II. Campo Maior): "No cemitério de Batalhão os mortos do Jenipapo / Não sofrem chuva nem solo telheiro os protege / Asa imóvel na ruína campeira".

Independência do Brasil

Denomina-se **Independência do Brasil** o processo que culminou com a emancipação política do território brasileiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), no início do século XIX, e a instituição do

Império do Brasil (1822-1889), no mesmo ano. Oficialmente, a data comemorada é a de 7 de setembro de 1822, em que ocorreu o chamado "Grito do Ipiranga". De acordo com a historiografia clássica do país, nesta data, às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo), o Príncipe Regente do Brasil, então D. Pedro de Alcântara de Bragança (futuro imperador Dom Pedro I do Brasil), terá bradado perante a sua comitiva: "Independência ou Morte". Determinados aspectos dessa versão, no entanto, são contestados por alguns historiadores em nossos dias.

A moderna historiografia em história do Brasil remete o início do processo de independência à transferência da corte portuguesa para o Brasil, no contexto da Guerra Peninsular, a partir de 1808.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil (1807-1821)

A partir de 15 de julho de 1799, o Príncipe do Brasil, D. João Maria de Bragança, tornou-se Príncipe-regente de Portugal, pois sua mãe, a Rainha D. Maria I, foi declarada louca pelos médicos. Os acontecimentos na Europa, onde Napoleão Bonaparte se afirmava, sucederam-se com velocidade crescente.

Desde 1801 que se considerava a ideia da transferência da corte portuguesa para o Brasil. As facções no governo português, entretanto, se dividiam:

- a facção anglófila, partidária de uma política de preservação do Império Colonial Português e do próprio Reino, através do mar, apoiados na antiga aliança Luso-Britânica; e
- a facção francófila, que considerava que a neutralidade só poderia ser obtida através de uma política de aproximação com a França.

Ambas eram apoiadas pelas lojas maçônicas quer de origem inglesa, quer de origem francesa. Considere-se ainda que as ideias iluministas francesas circulavam clandestinamente em livros, cada vez mais abundantes.

A decretação do Bloqueio Continental em Berlim (1806) tornou mais difícil a neutralidade Portuguesa. Em 1807, o Tratado de Fontainebleau dividiu arbitrariamente Portugal em três reinos. Desde Outubro desse ano, Jean-Andoché Junot, antigo embaixador francês em Lisboa, preparava-se para invadir Portugal. Foi nesse contexto que D. João pactuou com a Grã-Bretanha a transferência do governo para o Rio de Janeiro, sob a proteção dos últimos.

Com a invasão francesa de Portugal em progresso, a 29 de novembro de 1807 iniciou-se a viagem da Família Real e da Corte Portuguesa. Dezoito navios de guerra portugueses e treze ingleses escoltaram mais de vinte e cinco navios mercantes de Lisboa até à costa do Brasil. A bordo seguiam mais de quinze mil portugueses. O Reino ficava a ser governado por uma Junta de Regência que Junot logo dissolveu.

Com a presença da Família Real Portuguesa no Brasil a partir de 1808, registrou-se o que alguns historiadores brasileiros denominam de "inversão metropolitana", ou seja, o aparelho de Estado Português passou a operar a partir do Brasil, que desse modo deixou de ser uma "colônia" e assumiu efetivamente as funções de metrópole.

A Revolução liberal do Porto (1820)

O passo seguinte, que conduziu à independência do Brasil, ocorreu com a eclosão da Revolução liberal do Porto (24 de agosto de 1820), que impôs o regresso de D. João VI a seu país, visando forçar o retorno do chamado Pacto Colonial. A notícia do movimento chegou ao Rio de Janeiro em 12 de outubro, causando intensa comoção.

Reflexos no Pará

O movimento liberal do Porto já havia sido acolhido com entusiasmo na Ilha da Madeira e no arquipélago dos Açores quando a notícia chegou, a 1 de dezembro, a Belém do Pará. Como a província estava entregue a uma Junta interina, essa circunstância facilitou um pronunciamento de apoio entusiástico à causa constitucional. A bordo da mesma embarcação que trouxe a notícia, as Novas Amazonas, veio o estudante Filipe Patroni, que desafrontado e ardente, "*logo alcançou o concurso dos chefes militares, coronéis João Pereira Vilaça e Francisco José Rodrigues Barata*"[carece de fontes?]. Este último, no dia 1 de janeiro de 1821, em nome do povo e da tropa proclamou a Constituição que iria ser elaborada pelas Cortes

portuguesas. Desse modo, foi eleita por aclamação uma Junta Constitucional provisória de nove membros, dando-se comunicação ao Rio de Janeiro. Filipe Patroni e Domingos Simões Cunha foram eleitos procuradores da província e encarregados de representar, perante as Cortes e a Junta Suprema, os interesses da Província do Pará.[carece de fontes?]

Reflexos na província da Bahia

Incitada por Cipriano José Barata de Almeida e José Lino Coutinho, um levante registrou-se na Bahia a 21 de fevereiro de 1821. O presidente da província, o conde da Palma, ordenou ao marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, inspetor das tropas, que reunisse as tropas fiéis. Desse modo, enfrentou os rebeldes com apenas cento e sessenta homens, pois a maior parte da tropa o abandonara. Não houve meio de os demover de constituir na Bahia uma Junta Constitucional Provisória, a exemplo de Belém, pela qual se manifestasse completa obediência às Cortes de Lisboa, jurando-se desde logo a Constituição. Palma cedeu, propondo ele mesmo os nomes das pessoas que formariam a Junta. E a Junta foi mais longe, dirigindo-se a Lisboa como se tal governo fosse já o único legítimo da monarquia e pedindo tropas portuguesas. Foram-lhe enviados 1.184 homens, a chamada *Legião Constitucional Lusitana*. A Junta nomeou ainda o marechal Luís Paulino de Oliveira Pinto de França para o cargo de Governador das Armas e o coronel Inácio Luís Madeira de Melo para o de inspetor das tropas, uma vez que Caldeira Brant acompanhara o conde da Palma ao Rio de Janeiro.

Reflexos na província de Pernambuco

O presidente da província de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, tinha um cenário difícil desde a Revolução de 1817, pois a terra ainda gemia com o *"depravado e estúrdio despotismo"*, como refere Rocha Pombo em sua *História do Brasil*. Animado com as mensagens de Lisboa e a convite da Junta da Bahia, mas temeroso de desaforos, conservou toda a plenitude da autoridade e dirigiu um manifesto ao povo, expondo as bases da Constituição que iria ser promulgada e convocando eleitores de todas as paróquias. Os pernambucanos receberam com desconfiança as promessas e votaram com independência, elegendo as pessoas que lhes pareceram mais dignas, as quais *"quase todas pertenciam mais ou menos ostensivamente aos vencidos de 1817"*.

A 29 de agosto de 1821 nomeou-se por aclamação uma Junta Provisional Temporária em Goiana, para contrabalançar outra, do partido português, em Recife. Mesmo pedindo reforços à Paraíba, Rego Barreto foi cercado, assinando a capitulação a 5 de outubro, junto à povoação do Beberibe.

Reflexos na província da Paraíba

A vitória dos pernambucanos ecoou na vizinha Paraíba, onde a 25 de outubro foi eleita uma Junta Governativa para administrar a província em nome da Constituição portuguesa.

Reflexos na província do Maranhão

A província do Maranhão era governada desde 1819 pelo marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Este, sem poder deixar de admitir a autoridade de um *Conselho Consultivo*, conseguiu transformar em farsa a eleição da Junta no dia 13 de abril, sendo ele próprio proclamado Governador provisório. Mandou, em seguida, deportar diversos patriotas, procedendo à eleição de dois deputados às Cortes de Lisboa. Posteriormente, no dia 15 de fevereiro de 1822 foi eleita uma Junta Provisória e o marechal embarcou de volta para Portugal.

A partida da família real

Pressionado pelo triunfo da revolução constitucionalista, o soberano retornou com a família real para Portugal, deixando como príncipe regente no Brasil o seu primogênito, D. Pedro de Alcântara.

As divergências

Não se pode compreender o processo de independência sem pensar no projeto recolonizador das Cortes portuguesas, a verdadeira origem da definição dos diversos grupos no Brasil. Embora o rompimento político com Portugal fosse o desejo da maioria dos brasileiros, havia muitas divergências. No movimento emancipacionista havia grupos sociais distintos: a aristocracia rural do Sudeste brasileiro, as camadas populares

urbanas liberais radicais, e, por fim, a aristocracia rural do Norte e Nordeste, que defendiam o federalismo e até o separatismo.

A aristocracia rural do Sudeste, a mais poderosa, era conservadora, lutando pela independência, defendendo a unidade territorial, a escravidão e seus privilégios de classe. Os liberais radicais queriam a independência e a democratização da sociedade, mas seus chefes, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, permaneceram atrelados à aristocracia rural, sem revelar vocação revolucionária. A aristocracia rural do norte e nordeste enfrentava a forte resistência dos comerciantes e militares portugueses, fortes no Pará, Maranhão e Bahia. Além disso, desconfiavam da política centralizadora de José Bonifácio.

O partido português no Brasil chamado por vezes de "os pés de chumbo", estava do lado das Cortes; o partido brasileiro e os liberais radicais eram contra elas, mas divergiam quanto aos objetivos. Para o partido brasileiro, o ideal era a criação de uma monarquia dual (Brasil e Portugal) para preservar a autonomia administrativa e a liberdade de comércio. Mas a intransigência das Cortes Portuguesas, que nada tinham de liberais, fez o partido inclinar-se pela emancipação, sem alterar a ordem social vigente e os seus privilégios adquiridos. Já os liberais radicais formavam um agrupamento quase revolucionário, bem próximo das camadas populares urbanas, sendo alguns de seus membros republicanos. No conjunto, tratava-se do grupo mais receptivo às mudanças mais profundas e democráticas da sociedade.

A concretização das aspirações de cada um desses agrupamentos era distinta. Os grandes proprietários rurais ligados ao partido brasileiro dispunham dos meios efetivos para a realização de seus objetivos. O anseio por um comércio livre de entraves mercantilistas encontrava apoio em forças internacionais, lideradas pela burguesia britânica. A sólida base econômica e social escravista garantia ainda os recursos materiais para resistir com êxito à provável ameaça recolonizadora de Lisboa.

Na disputa contra os conservadores, os radicais cometeram o erro de reduzir a questão à luta pela influência sobre o Príncipe Regente. Era inevitável que este preferisse os conservadores. Ademais, os conservadores encontraram em José Bonifácio de Andrada e Silva um líder bem preparado para dar à independência a forma que convinha às camadas dominantes.

O "Fico" e o "Cumpra-se"

A situação do Brasil permaneceu indefinida durante o ano de 1821. Em 9 de dezembro, chegaram ao Rio de Janeiro os decretos das Cortes que determinavam a abolição da Regência e o imediato retorno de D. Pedro de Alcântara a Portugal, a obediência das províncias a Lisboa (e não mais ao Rio de Janeiro), a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro. O Príncipe Regente começou a fazer os preparativos para o seu regresso, mas estava instaurada uma enorme inquietação. O partido brasileiro ficou alarmado com a recolonização e com a possibilidade de uma explosão revolucionária. A nova conjuntura favoreceu a polarização: de um lado o partido português e do outro, o partido brasileiro com os liberais radicais, que passaram a agir pela independência.

Sondado, o Príncipe Regente mostrou-se receptivo. Foram então enviados emissários às províncias de Minas Gerais e de São Paulo para obter a adesão à causa emancipacionista, com resultados positivos.

A decisão do príncipe de desafiar as Cortes decorreu de um amplo movimento, no qual se destacou José Bonifácio. Membro do governo provisório de São Paulo, escrevera em 24 de dezembro de 1821 uma carta a D. Pedro, na qual criticava a decisão das Cortes de Lisboa e chamava a atenção para o papel reservado ao Príncipe na crise. D. Pedro divulgou a carta, publicada na Gazeta do Rio de Janeiro de 8 de janeiro de 1822 com grande repercussão. Dez dias depois, chegou ao Rio uma comitiva paulista, integrada pelo próprio José Bonifácio, para entregar ao Príncipe a representação paulista. No mesmo dia, D. Pedro nomeou José Bonifácio ministro do Reino e dos Estrangeiros, cargo de forte significado simbólico: pela primeira vez na História o cargo era ocupado por um brasileiro.

No Rio de Janeiro também havia sido elaborada uma representação (com coleta de assinaturas) em que se pedia a permanência de D. Pedro de Alcântara no Brasil. O documento foi entregue ao Príncipe em 9 de janeiro de 1822 pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Em resposta, o Príncipe Regente decidiu desobedecer às ordens das Cortes e permanecer

no Brasil, pronunciando a célebre frase *"Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Digam ao povo que fico!"*. O episódio tornou-se conhecido como "Dia do Fico".

D. Pedro ganhou forte apoio popular com a decisão do "Fico". Para resistir às ameaças de recolonização foi decretada, em 16 de fevereiro de 1822, a convocação de um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Teoricamente, este órgão tinha por finalidade auxiliar o Príncipe mas, na prática, tratava-se de uma manobra dos conservadores, liderados por José Bonifácio, contra os radicais, representados por Joaquim Gonçalves Ledo, um funcionário público para quem a preservação da unidade político-territorial do Brasil deveria ser feita convocando-se uma Assembléia Constituinte eleita pelo povo. A finalidade do Conselho era, na prática, a de manter a unidade sob controle do poder central e dos conservadores.

Em maio, a cisão entre D. Pedro e as Cortes aprofundou-se: o Regente determinou que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o "Cumpra-se" assinado por ele, o que equivalia a conferir plena soberania ao Brasil. A medida teve imediato apoio: quando dos festejos pelo aniversário de João VI de Portugal, a 13 de maio, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro pediu ao Príncipe Regente que aceitasse para si e para seus descendentes o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

Neste contexto, houve uma investida militar da Divisão Auxiliadora, unidade de linha do Exército Português estacionada na cidade do Rio de Janeiro, sob o comando do Tenente-general Jorge de Avilez, que acabou sendo expulso do Brasil com as suas tropas, após ter se confrontado com as tropas da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (embrião da atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), leais a D. Pedro.

Em maio, a cisão entre D. Pedro e as Cortes aprofundou-se: o Regente determinou que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o "Cumpra-se" assinado por ele, o que equivalia a conferir plena soberania ao Brasil. A medida teve imediato apoio: quando dos festejos pelo aniversário de João VI de Portugal, a 13 de maio, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro pediu ao Príncipe Regente que aceitasse para si e para seus descendentes o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

Neste contexto, houve uma investida militar da Divisão Auxiliadora, unidade de linha do Exército Português estacionada na cidade do Rio de Janeiro, sob o comando do Tenente-general Jorge de Avilez, que acabou sendo expulso do Brasil com as suas tropas, após ter se confrontado com as tropas da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (embrião da atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), leais a D. Pedro.

Os liberais radicais mantinham-se ativos: por iniciativa de Gonçalves Ledo, uma representação foi dirigida a D. Pedro para expor a conveniência de se convocar uma Assembléia Constituinte. O Príncipe decretou a convocação em 13 de junho de 1822. A pressão popular levaria a convocação adiante, dando continuidade ao processo.

José Bonifácio resistiu à ideia de convocar a Constituinte, mas foi obrigado a aceitá-la. Procurou descaracterizá-la, propondo a eleição indireta, que acabou prevalecendo contra a vontade dos liberais radicais, que defendiam a eleição direta. Embora os conservadores tenham obtido o controle da situação e o texto da convocação da Constituinte apresentasse declarações favoráveis à permanência da união entre Brasil e Portugal, as Cortes de Lisboa insistiam: o Príncipe Regente deveria retornar imediatamente.

A declaração de Independência

No final de agosto de 1822, D. Pedro deslocou-se à província de São Paulo para acalmar a situação depois de uma rebelião contra José Bonifácio. Apesar de ter servido de instrumento dos interesses da aristocracia rural, à qual convinha a solução monárquica para a independência, não se deve desprezar os seus próprios interesses. O Príncipe tinha formação absolutista e por isso se opusera à Revolução do Porto, de caráter liberal. Da mesma forma, a política recolonizadora das Cortes desagradou à opinião pública brasileira. E foi nisso que se baseou a aliança entre D. Pedro e o "partido brasileiro". Assim, embora a independência do Brasil possa ser vista, objetivamente, como obra da aristocracia rural, é preciso considerar que teve início como compromisso entre o conservadorismo da aristocracia rural e o absolutismo do Príncipe.

Em 7 de setembro, ao voltar de Santos, parado às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro recebeu uma carta com ordens de seu pai para que voltasse para Portugal, se submetendo ao rei e às Cortes. Vieram juntas outras duas cartas, uma de José Bonifácio, que aconselhava D. Pedro a romper com Portugal, e a outra da esposa, Maria Leopoldina de Áustria, apoiando a decisão do ministro e advertindo: *"O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece"*.

Impelido pelas circunstâncias, D. Pedro pronunciou a famosa frase *"Independência ou Morte!"*, rompendo os laços de união política com Portugal.

Culminando o longo processo da emancipação, a 12 de outubro de 1822, o Príncipe foi aclamado Imperador com o título de D. Pedro I, sendo coroado em 1 de dezembro na capital.

A guerra da Independência



Príncipe Pedro (direita) ordena o oficial português Jorge Avilez (esquerda) retornar a Portugal após sua rebelião malsucedida. José Bonifácio (em roupas civis) pode ser visto ao lado do príncipe.

Consolidado o processo na região Sudeste do Brasil, a independência das demais regiões da América Portuguesa foi conquistada com relativa rapidez. Contribuiu para isso o apoio diplomático e financeiro da Grã-Bretanha. Sem um Exército e sem uma Marinha de Guerra, tornou-se necessário recrutar mercenários e oficiais estrangeiros para comandá-los, do mesmo modo que adquirir meios.

Desse modo, foi sufocada a resistência portuguesa na província da Bahia, na do Maranhão, na do Piauí e na do Pará.

O processo militar estava concluído já em 1823, restando encaminhar a negociação diplomática do reconhecimento da independência com as monarquias européias.

Consequências

À semelhança do processo de independência de outros países latino-americanos, o de independência do Brasil preservou o *status quo* das elites agroexportadoras, que conservaram e ampliaram os seus privilégios políticos, econômicos e sociais.

Ao contrário do ideário do Iluminismo, e do que desejava, por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva, a escravidão foi mantida, assim como os latifúndios, a produção de gêneros primários voltada para a exportação e o modelo de governo monárquico.

O Brasil negociou com a Grã-Bretanha e aceitou pagar indenizações de 2 milhões de libras esterlinas a Portugal. A Grã-Bretanha saiu lucrando, tendo início o endividamento externo do Brasil. Quando D. João VI retornou a Lisboa, por ordem das Cortes, levou todo o dinheiro que podia — calcula-se que 50 milhões de cruzados, apesar de ter deixado no Brasil a sua prataria e a enorme biblioteca, com obras raras que compõem hoje o acervo da Biblioteca Nacional. Em consequência da leva deste dinheiro para Portugal, o Banco do Brasil, fundado por D. João ainda 1808, veio a falir em 1829.

Considerações historiográficas

A data comemorada oficialmente para a Independência do Brasil é 7 de setembro de 1822, dia em que, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, o Príncipe Regente D. Pedro, ao receber a correspondência da Corte, teria proclamado o chamado "grito da Independência", à frente da sua escolta: "*Independência ou Morte!*"

Outras datas consideradas historiograficamente para o evento, embora menos populares, são a data da coroação do Imperador (1 de dezembro de 1822) ou mesmo a do reconhecimento da Independência por Portugal e pela Grã-Bretanha (29 de agosto de 1825). À época, em 1822, a data tomada como marco da Independência foi o 12 de outubro, dia do aniversário de Pedro I e de sua aclamação como imperador, conforme registrado pela historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicadas em 1995. A conclusão de seu estudo indica que o "grito" foi uma construção "*a posteriori*" e que acabou consolidado no quadro encomendado a Pedro Américo, produto da fértil imaginação do pintor, onde, entre outras incoerências, mostra D. Pedro cercado pela Guarda Imperial (os hoje chamados de Dragões da Independência), antes dele ser proclamado Imperador.

Guerra da independência do Brasil

A chamada **Guerra da Independência** estendeu-se de 1822 a 1824, no contexto do processo de Independência do Brasil, entre 1808 e 1825, quando esta foi formalmente reconhecida por Portugal e pelo Reino Unido. A Guerra da Independência acabou por ser uma guerra civil Luso-Brasileira, já que Portugueses e Brasileiros combateram em ambos os lados.

O que inicialmente começou como uma rebelião anti-lusitana em Salvador em 18 de fevereiro de 1822, se transformou após a proclamação da independência, às margens do riacho Ipiranga a 7 de setembro de 1822, em lutas mais encarniçadas nas regiões onde, por razões estratégicas, se registrava maior concentração de tropas do Exército Português, a saber, nas então Províncias Cisplatina, da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará.

Recorde-se que a maior parte da oficialidade era de origem portuguesa. Desse modo, o governo brasileiro, através do Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, adotou as providências para eliminar a resistência portuguesa. Para esse fim providenciou a compra de armas e navios, o recrutamento de tropas nacionais e o contrato de estrangeiros (mercenários), bem como medidas repressivas como o confisco de bens e a expulsão daqueles que não aceitassem a emancipação política do Brasil. No plano econômico, proibiu-se o comércio, e, no diplomático, autorizou-se a guerra de corso, contra Portugal.

A campanha do Maranhão

A adesão de Caxias à independência do Brasil.

Também na Província do Maranhão, as elites agrícolas e pecuaristas eram muito ligadas à Metrópole. À época, o Maranhão era uma das mais ricas províncias do Brasil. O intenso tráfego marítimo com a Metrópole, justificado pela maior proximidade com a Europa, tornava mais fácil o acesso e as trocas comerciais com Lisboa do que com o sul do país. Os filhos das comerciantes ricas estudavam em Portugal. A região era conservadora e avessa aos comandados vindos do Rio de Janeiro. Foi da Junta Governativa da Capital, São Luís, que partiu a iniciativa da repressão ao movimento da Independência no Piauí. A Junta controlava ainda a região produtora do vale do rio Itapecuru, onde o principal centro era a vila de Caxias. Esta foi a localidade escolhida pelo major Fidié para se fortificar após a derrota definitiva na Batalha do Jenipapo, no Piauí, imposta pelas tropas brasileiras, compostas por contingentes oriundos do Piauí e do Ceará. Fidié teve que capitular, sendo preso em Caxias e depois mandado para Portugal, onde foi recebido como herói.

São Luís, a capital provincial e tradicional reduto português, foi finalmente bloqueada por mar e ameaçada de bombardeio pela esquadra de Thomas Cochrane, sendo obrigada a aderir à Independência em 28 de julho de 1823.

Lord Cochrane em São Luís e a Adesão do Maranhão à Independência



Lord Thomas Alexander Cochrane, 10.º conde de Dundonald, foi um almirante escocês da Real Marinha Britânica. Nascido em Annsfield (1775), ingressou na Armada Britânica com apenas 17 anos de idade, chegando, posteriormente, a combater contra o próprio Napoleão Bonaparte, que o apelidou de *Loup de Mer* (Lobo do Mar), tamanha era sua ousadia e vivacidade no campo de batalha. Virou membro do Parlamento Inglês e, acusado de envolvimento com atividades fraudulentas, em 1814 foi preso e obrigado a deixar a carreira naval.

Após este período nebuloso, acabou se refugiando na América Latina, onde seus serviços foram novamente requisitados em prol das lutas independentistas deste continente contra Espanha e Portugal. O que pouca gente sabe, entretanto, é que este famoso militar teve intensa participação na Adesão Maranhense à Independência do Brasil, senão decisiva.

É sabido que a forte influência e dominação lusitana que sempre aqui existiu, aliada à nossa antiga aristocracia extremamente escravocrata e conservadora, de estreitas ligações com a Metrópole e alheia aos comandados vindos do Rio de Janeiro, fez com que o Maranhão aderisse à Independência do Brasil somente em 1823, sob forte resistência dos lusos.

Foi da Junta Governativa de São Luís, sob a liderança do Major Fidié, a intenção de reprimir os atos independentistas no Piauí. Após derrota na Batalha do Jenipapo neste Estado, Fidié foge das tropas brasileiras e se refugia em Caxias. Depois de preso, foi enviado a Portugal, onde foi recebido como herói.

Os portugueses começam, então, a perder força pela falta de apoio em diversas cidades e povoados do interior; os atos independentistas eram um caminho sem volta. Restava o recôncavo luso mais bem consolidado e resistente: a Capital!

Neste momento surge a figura de Lord Cochrane que, sob ordens do Rio de Janeiro, foi enviado para cá, afim de sufocar a resistência com uma poderosa força militar. Sua esquadra foi recebida na costa ludovicense sob o pretexto de que seria um reforço português. Foi um golpe de mestre; conseguiu de forma "tranquila" desembarcar seus homens e aprisionar alguns líderes militares lusos. Tomou o controle da cidade obrigando-a a aderir, a 28 de Julho de 1823, à Independência do Brasil. No final de Agosto, o Maranhão já se encontrava devidamente incorporado ao Império, pagando caro, a partir daí, com alguns embargos imperiais por conta de sua "teimosia".

Acredito que a memória dos lusos de São Luís para o fato foi bem curta; no mesmo período da tomada da cidade, ofereceram prontamente jantar e baile a Lord Cochrane. O local onde ocorreu a homenagem é mostrado na foto; é o Solar Cesário Veras, o sobradão à direita, ao fundo, na intersecção do Beco do Couto com a Rua do Egito.

Ao que parece é que a transição foi absorvida pelos portugueses muito mais rapidamente do que se pensa...

Foto: Guia de São Luís do Maranhão, Jomar Moraes, 1995. Postado por Ramssés Silva

Balaiada

Dentre os numerosos levantes populares ocorridos no Brasil durante o período imperial, oriundos da opressão econômica das classes dominantes, um dos mais importantes foi a Balaiada.

Balaiada foi como ficou conhecida a rebelião popular que assolou as províncias do Maranhão, Ceará e Piauí de 1838 a 1841. A denominação provém da alcunha Balaio, dada a um de seus líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de cestos. A revolta eclodiu em sucessivos e ininterruptos motins, iniciados com o levante ocorrido em Vila do Manga do Iguará, no Maranhão, em 13 de dezembro de 1838, quando o vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutai, o Cara Preta, libertou os presos da cadeia.

Sem objetivos políticos definidos no início, o levante transformou-se numa vingança coletiva contra fazendeiros e proprietários, quando ocorreu a adesão de Balaio ao movimento. A princípio, a revolta obteve o apoio da ala exaltada do Partido Liberal, por meio do jornal Bem-te-vi, editado em São Luís, cujo redator era Estêvão Rafael de Carvalho. Depois passou a prevalecer a opinião dos moderados, que condenaram os excessos da caudilhagem, as depredações e assassinios praticados pelos revoltosos. Entre os caudilhos, destacaram-se Ruivo, Mulungueta, Pedregulho, Milhomens, Gavião, Macambira, Coco e Tempestade e, especialmente, o preto Cosme Bento das Chagas, o "Dom Cosme tutor e imperador das liberdades bem-te-vis", que conseguira aliciar apreciável contingente de escravos fugitivos. A adesão destes mostrou claramente o aspecto não apenas social e econômico, mas também racial da Balaiada, já que reuniu pretos e mulatos, os chamados "bodes", que, aliados a índios e cafuzos, sem terra e sem direitos, uniram-se contra os portugueses e seus descendentes, que constituíam a classe dominante.

Para dominar o levante, que se estendera ao Ceará e ao Piauí, o regente do império, Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, enviou ao Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, nomeado presidente e comandante de armas em 7 de fevereiro de 1840. Após um ano de guerrilhas, anunciou-se a pacificação das províncias conflagradas, em 19 de janeiro de 1841, o que valeu ao comandante a promoção ao generalato e o título de barão de Caxias. ©Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.

A Balaiada foi uma revolta de caráter popular, ocorrida entre 1838 e 1841 no interior da então Província do Maranhão, no Brasil, e que após a tentativa de invasão de São Luís, dispersou-se e estendeu-se para a vizinha província do Piauí. Foi feita por pobres da região, escravos, fugitivos e prisioneiros. O motivo era a disputa pelo controle do poder local. A definitiva pacificação só foi conseguida com a anistia concedida pelo imperador aos revoltosos sobreviventes. A causa foi a miséria promovida pela crise do algodão.

Antecedentes

Durante o Período regencial brasileiro o Maranhão, região exportadora de algodão, passava por uma grave crise econômica, devido à concorrência com os Estados Unidos da América. Em paralelo, a atividade pecuária absorvia grande parte da mão-de-obra livre nessa região. Esses fatores explicam o envolvimento de escravos e de homens livres de baixa renda no movimento.

No campo político ocorria uma disputa no seio da classe dominante pelo poder, que se refletia no Maranhão opondo, por um lado, os liberais (bem-te-vis) e os conservadores (cabanos). D. Pedro II, a época da Regência de Pedro de Araújo Lima, provocando o chamado regresso conservador, os cabanos maranhenses aproveitaram a oportunidade para aliar-se aos bem-te-vis, tentando, ao mesmo tempo, debilitar ainda mais estes últimos pela contratação dos serviços de vaqueiros, tradicional apoio dos bem-te-vis. À mesma época, no Piauí dominava Manuel de Sousa Martins, conservador, que saiu fortalecido com a Lei dos Prefeitos e estimulou a revolta de seus contrários liberais que almejavam ganhar mais poder político, como ocorreu quando da promulgação do Código de Processo Criminal de 1832 e do Ato Adicional de 1834.

O movimento

O evento que deu início à revolta foi a detenção do irmão do vaqueiro Raimundo Gomes, da fazenda do padre Inácio Mendes (bem-te-vi), por determinação do sub-prefeito da Vila do Manga (atual Nina Rodrigues), José Egito (cabanos). Contestando a detenção do irmão, Raimundo Gomes, com o apoio de um contingente da Guarda Nacional, invadiu o edifício da

cadeia pública da povoação e libertou-o, em dezembro de 1838. Em seguida, Raimundo Gomes conseguiu o apoio de Cosme Bento, ex-escravo à frente de três mil africanos evadidos, e de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira. Para combatê-los foi nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província o coronel Luís Alves de Lima e Silva, que venceu os revoltosos na Vila de Caxias. Por isso foi promovido a General e recebeu o seu primeiro título de nobreza, Barão de Caxias, e inicia aí a sua fase de O Pacificador.

A repressão

Apesar das tentativas de manipulação por parte dos bem-te-vis, o movimento adquiriu feição própria, saindo de controle. Diante da proporção alcançada, envolvendo as camadas populares, as elites locais se aproximaram em busca de estratégias para derrotar os revoltosos. O movimento, após uma tentativa frustrada de invasão da capital da província, São Luís, dispersou-se após repressão sofrida de um destacamento da Guarda Nacional, e alcançou a vizinha província do Piauí.

Diante desse esforço, o governo regencial enviou tropas sob o comando do então Coronel Luís Alves de Lima e Silva, nomeado Presidente da Província. Conjugando a pacificação política com uma bem sucedida ofensiva militar, em uma sucessão de confrontos vitoriosos obtida pela concessão de anistia aos chefes revoltosos que auxiliassem a repressão aos rebeldes, obteve a pacificação da Província em 1841. Foi auxiliado no Piauí por Manuel de Sousa Martins, líder conservador, Presidente da Província, e conhecido repressor de movimentos liberais ocorridos em toda a província, destacando-se por sua excepcional ajuda em reprimir a adesão à Balaiada na província.

Os líderes balaio foram mortos em batalha ou capturados. Destes últimos, alguns foram julgados e executados, como Cosme Bento, por enforcamento. Pela sua atuação na Província do Maranhão, Lima e Silva recebeu o título de Barão de Caxias. Pouco após o fim da revolta, também Sousa Martins recebeu um título, o de Visconde da Parnaíba.

No ano de 1838 surgiu um movimento popular no Maranhão. Este era contrário ao poder e aos aristocratas rurais que, até então, dominavam aquela região.

Em dezembro de 1838, Raimundo Gomes (líder do movimento), com objetivo de libertar seu irmão que se encontrava preso em vila Manga, invadiu a prisão libertando não só seu irmão, mas também todos os outros que se encontravam presos.

Após algumas conquistas dos balaio, como a tomada de Caxias e a organização de uma Junta Provisória, o governo uniu tropas de diferentes províncias para atacá-los. Contudo, Os balaio venceram alguns combates.

Outros líderes, como, por exemplo, o coronel Luís Alves de Lima e Silva também entrou em combate com os revoltosos. Entretanto, o comandante dos balaio, Raimundo Gomes, rendeu-se.

Após a morte de Balaio, Cosme (ex-escravo e um dos principais chefes dos balaio) assumiu a liderança do movimento e partiu em fuga para o sertão. Daí em diante, a força dos balaio começou a diminuir, até que, em 1840, um grande número de balaio rendeu-se diante da concessão da anistia. Pouco tempo depois, todos os outros igualmente se renderam. Com a completa queda dos balaio, Cosme foi enforcado.

Fonte: www.historiadosbrasil.net

A Balaiada no Maranhão 1838-1840

Generalidades

O movimento dos cabanos no Pará teve similares nos chamados "cabanos" de Alagoas e de Pernambuco e nos balaio do Maranhão, Piauí e Ceará. Isto pelas semelhanças dos revoltosos cabanos, homens incultos e despossuídos do interior, sem, motivações políticas a não ser tumultos, saques, pilhagens e crimes nas zonas sobre seus domínios, onde o poder público se fazia ausente.

Lembra de certa forma o que se tem passado nos morros do Rio de Janeiro em que a ausência do poder público foi substituída pela autoridade de traficantes, cuja repressão tem se constituído num desafio permanente, acreditam alguns de difícil solução.

Ali sob o estímulo do Ato Adicional que proporcionou maior autonomia às províncias, os partidos disputavam em tom violento o poder.

De um lado os conservadores integrados por portugueses e chamados bentevis, contrários a situação em poder do partido liberal ou "cabano", que os bentevis comparavam aos cabanos do Pará, Pernambuco e Alagoas.

O nome bentevi derivava do jornal da oposição o **Bentevi**.

No interior finda a luta pela Independência vagavam sem trabalho certo e seguro centenas de antigos combatentes.

A revolução no Maranhão tomou o nome de Balaiada derivada do apelido Balaio de um de seus maiores líderes Francisco dos Anjos Ferreira. Este, fabricante de balaio, tipo bem acabado de sertanejo nordestino típico, alto, robusto, cabeça achatada denunciando sua raiz índia e cor escura. Ele fora vítima de violência de parte de autoridade policial que violentou duas filhas suas. Violência impune. Antes pacato e ordeiro, o absolutismo das autoridades do Maranhão e sedento de justiça que não encontrou, tornou-se um vingador sanguinário e feroz que encheu de terror as cidades do interior maranhense, matando, violentando, e devastando para satisfazer a sua sede de justiça que procurava saciar com vinganças. E a ele se juntaram homens do mesmo padrão.

Segundo Paulo Matos Peixoto em **Caxias num tutelar**, no Maranhão o grupo dominante do poder assim atuava:

"Os desmandos do poder eram a norma de todos os dias. Prisões sem justificativa, humilhação aos bentevis de destaque social, que eram forçados a realizar trabalho braçal em público, violências de toda a ordem, abuso do poder, homicídios, extorsões através do fisco, recrutamento militar dirigido, como arma de coação, arbitrariedades, tudo era usado contra os adversários liberais- os bentevis."

Desenvolvimento da Balaiada.

Em dezembro 1838 em Vila Manga, distante 10 léguas de São Luiz, ocorreram desordens sem grandes repercussões. Mas, exploradas politicamente pelos bentevis em seu jornal, serviria de estopim a eclosão da Balaiada, iniciada por cabras sertanejos ligados à causa bentevi.

Raimundo Gomes, empregado de fazendeiro bentevi, o padre Inácio Mendes de Moraes Silva, no Arari, ao passar por Vila Manga, teve companheiros seus presos injustamente pelo subprefeito José do Egito do partido "cabano" local. E entre eles um irmão seu acusado de homicídio.

Tentou em vão Raimundo Gomes libertar seus amigos e irmão. E retirou-se!

Em 13 dezembro retornou à Vila Manga com nove outros cabras. Arrombou a prisão e conseguiu aliciar para seu grupo reforçado com os prisioneiros soltos, os 22 soldados encarregados da segurança policial da vila. E como este feito repercutisse nos meios maranhenses revoltados com as arbitrariedades dos donos do poder, ele foi recebendo adesões crescentes. E inclusive de outros líderes inescrupulosos como Lívio Pedro Moura, Miloni de tal, Mulungueta e o Manuel Francisco- o Balaio, que daria o nome de Balaiada como a revolta entrou para a História.

Raimundo Gomes, líder dos revoltosos, sem lei e sem rei, e sem outros objetivos agora que não o saque e vantagens pessoais, tornou-se com seu bando uma ameaça à segurança, a ordem e a tranquilidade públicas no interior maranhense.

Reunidos decidiram investir a cidade de Caxias onde ali foram precedidos da má fama de que em ações isoladas vinham destruindo e saqueando fazendas e vilas que encontravam em caminho.

Em Caxias, sob a liderança civil de João Paulo Dias, líder naquela comarca e, a militar do cap Ricardo Leão Sabino que participara da Guerra na Península Ibérica para libertar Portugal do jugo napoleônico, foi organizada uma força denominada Corpo de Exército.

Corpo de Exército que atingiu um efetivo de cerca de 1000 homens mobilizado na população caxiense. Foi constituído de 8 companhias dispondo cada de 1 capitão, 16 tenentes e 32 alferes nomeados por João Paulo, líder civil da resistência.

O cap Sabino organizou sob o seu direto comando uma bateria de Artilharia e um esquadrão de Cavalaria.

E esta organização popular protegida por trincheiras então construídas e contando com o concurso de mulheres, preparando munições de boca e de guerra, os caxienses resistiram 46 dias ao sítio do bando de Raimundo Gomes.

Sítio que teve a mesma duração do de Bagé em 1893-1894, em que tropas do Exército sob o comando do cel Carlos Teles resistiram ao sítio liderado pelo gen revolucionário Joca Tavares que foi obrigado a reinternar suas forças no Uruguai, base de partida de seu ataque conforme artigo do cel Cláudio Moreira Bento, Comparação dos sítios federalistas de Bagé e da Lapa na Guerra Civil 1893-95. **A Defesa Nacional**. 767, 1995.

Quando a defesa de Caxias tornou-se crítica, o experimentado cap Sabino usou um ardil. Este consistiu em simular haver aderido à revolta e pedindo que os rebeldes se aproximassem com ele tocando com uma flauta o Hino Nacional.

Após haver provocado a aproximação balaia fez disparar um canhão, cujo estrondo enorme provocou pânico e desordem entre os rebeldes que correndo deixaram o local na certeza de que outros disparos seriam feitos.

Esta confusão foi a oportunidade para a evacuação de Caxias a sua triste sorte.

Esta vitória animou o partido Bentevi. Os balaio chegaram a enviar a São Luiz emissários propondo ao presidente do Maranhão rendição sem resistência.

O líderes balaio não possuíam Unidade de Comando, esta impossível, face as vaidades e ambições de cada líder. O próprio Balaio numa incursão em fazenda foi atingido por bala disparada por um integrante de seu bando e veio a falecer de gangrena.

Depois que eles esgotaram e saquearam os recursos de sua sustentação em Caxias, a evacuaram e partiram a procura de outras vilas e cidades etc mais rentáveis para pilharem.

E espalharam-se os bandos pelo Maranhão levando o medo, a insegurança e a desordem por onde passavam, chegando mais uma vez a ameaçar São Luiz.

E foi nesta altura que a Regência decidiu enviar ao Maranhão, como seu Presidente e Comandante das Armas, o cel Luis Alves de Lima e Silva - o futuro Duque de Caxias, para pacificar a província.

Seu talento aliado a boa estrela militar que havia revelado na Guerra da Independência da Bahia, na Guerra da Cisplatina em 1825-1828, no subcomando do Batalhão Sagrado e na organização e comando por cerca de 9 anos do que se constitui hoje na Polícia Militar do Rio de Janeiro, com a qual superou ameaças ao Poder Central e a população carioca, por certo influíram na sua escolha pela Regência.

Ao futuro Caxias foi dada a missão de pacificar o Maranhão ficando a ele subordinadas todas as tropas em operações do Maranhão e mais as do Piauí e Ceará. Nestes lhe foi concedida licença prévia de neles conduzir operações militares, se necessárias a sua missão.

Em 7 fev 1840 ele assumiu suas funções em meio a euforia geral. E dirigiu sua 1ª proclamação aos maranhenses dizendo-lhes a que vinha, E ela foi lida em todos os recantos:

"....Maranhenses venho partilhar de vossas fadigas e concorrer quanto em min couber para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império.

Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, conseguiu encher de consternação, de luto e de sangue, vossas cidades e vilas!

O terror que necessariamente deviam infundir-vos esses bandidos, concorreu para que eles tivessem engrossadas suas hordas.

Contudo, graças à Providência, as vitórias até hoje por eles alcançadas, começam a diminuir diante de vossas armas.

Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil.....Maranhenses, mais militar do que político, quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós

existam. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da riqueza e da prosperidade dos povos.

E confiando na Divina Providência que por tantas vezes nos tem salvado ,espero encontrar em vos maranhenses ,tudo o que for necessário para o triunfo de nossa causa....."

Esta proclamação espalhada e meditada em todos os recantos do Maranhão terminou resultando na aceitação de Caxias pelos partidos e povo maranhense.

Como era de seu feitio Caxias passou a organizar suas forças sem descurar da estrutura de apoio logístico as mesmas. Colocou o pagamento da tropa em dia e a instruiu.

E assim Caxias encontrou as tropas postas a sua disposição segundo Vilhena de Moraes:

"As companhias inteiras vinham só com calças rotas ou de camisas e com o correame de couro cru sobre a pele. Uns só com espadas e outros com armas de caça. E a disciplina que apresentavam condizia com o grotesco de seus uniformes."

Caxias deparou no Maranhão com o jovem, honrado e severo oficial maj Feliciano Antônio Falcão, envolvido num desastre militar de Areias e vítima de uma intriga de seu chefe inepto e seus pares e motivada por inexperience do que resultou não se sair bem num combate.

Caxias não aceitou o que se dizia do major eleito bode expiatório!. E deu-lhe uma chance.O colocou no comando de coluna de 500 homens num ataque importante.E o major não o decepcionou.E pelo contrário, cresceu operacionalmente ao ponto de Caxias premiá-lo por incluí-lo na comitiva que despachou do Maranhão para cumprimentar D.Pedro II pela Maioridade.

Criou então a Divisão Pacificadora dividida em três colunas operacionais:

A 1a coluna ocupou as comarcas de Caxias e Pastos Bons, ao comando do ten cel Sérgio de Oliveira. A 2a coluna ao comando do ten cel João Thomaz Henrique atuaria nas regiões de Vargem Grande e Brejo e, a 3a coluna ao comando do cel Souza Pinto Magalhães atuou ocupando a vila Icatu e margens do rio Mearim.

Os revoltosos maranhenses ligados aos bentevis eram estimados em 2.000 na comarca de Brejo e cerca de igual efetivo na comarca de Pastos Bons, além de grupos esparsos em torno da cidade de Caxias.

Os revoltosos não possuíam bases fixas .Sua estratégia era de guerrilha rural .Atacavam só pontos fracos das defesas do governo.A resposta a esta estratégia foi manter suficientemente guarnecidas as vilas e cidades mais importantes para os revoltosos.

E foi a partir desses pontos fortes criados que Caxias passou a combater a Balaiada usando com freqüência o cerco de contingentes rebeldes localizados.

Colocando o governo do Maranhão a funcionar a contento com freqüência Caxias deixou São Luis para dirigir pessoalmente as operações.

Uso como Posto de Comando o edificio da Câmara e Cadeia e a Casa da Pólvora .Prédios até hoje existentes e tombados pelo Patrimônio Histórico .

Com esta estratégia de sempre ser mais forte em todas as partes estratégicas para os balaaios, aos poucos ele foi minando suas forças.

Engrossaram as hordas balaiais escravos que as centenas fugiram de fazendas do vale do Itapicuru.Estes inicialmente se aquilombaram e depois passaram a atuar sob a liderança do negro Cosme Bento das Chagas ,em número estimado de 3.000 escravos.

Caxias com apoio do futuro Alte Tamandaré ,chefe das forças navais, pessoalmente reprimiram em Itapicuru - Mirim um levante da guarnição local por atraso de soldos .Foi um confronto sangrento ,mas terminou por restaurar a disciplina e punir e afastar os responsáveis.

Em 23 ago 1840 ao ser conhecida no Maranhão a Maioridade de D.Pedro II, Caxias achou o momento ideal para espalhar aos 4 ventos do

Maranhão a seguinte proclamação antológica de que se reproduz aqui o seu cerne:

"Maranhenses ! Uma nova época abriu-se aos destinos da grande família brasileira. Sua majestade o Imperador empunhou o cetro da governança e assumiu os direitos que pela Constituição do Estado do Brasil lhe competem.

Declarado maior, ei-lo enfim como símbolo da paz, de união e de justiça colocado à frente da nação que o reclamava.

No interior da Província no meio dos bravos que defendem vossos bens e vidas, encontrou-me tão lisonjeira novidade.E se deixei aqueles bravos ,pois por eles daqui me havia ausentado,é para confirmar o que sabeis ,para participar do geral regozijo geral e aumentá-lo, se for possível, com a notícia da quase extinção da guerra civil. restando apenas da terrível tempestade uma nuvem negra ,que apesar de carancuda breve será dissipada.

Maranhenses ! Um sublime pensamento deve agora inflamar o coração brasileiro. Aspérrima foi a longa experiência. Aproveitai-a. Amor ao Imperador, respeito às leis e esquecimento das vergonhosas intrigas que só tem servido para enfraquecer-. Um só partido enfim, o do Imperador.E no vosso entusiasmo repitam mil vezes. Viva sua Majestade o Senhor D.Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil .Viva a nossa Santa Releição. Viva a Constituição do Governo .

Na cidade de São Luiz do Maranhão, 27 agosto 1840 ."

Caxias exultava com a continuidade da Monarquia que fora posta em jogo em 7 abri 1831 e durante toda a agitada Regência. Dois dias antes fizera 37 anos.

A partir daí priorizou ações diplomáticas ou de relações públicas em nome do Imperador e da Igreja, E acenou aos rebeldes com concessões. Mas nem todos se sensibilizaram e continuaram as operações de rescaldo por quase 5 meses até 19 janeiro 1841 ,quando conseguiu a pacificação do Maranhão ,concedendo anistia a cerca de 2.000 revoltosos balaaios com base em ato de D.Pedro II ,de 22 ago1840.

Curioso foi o líder balaia Matroá ,em Muritiba ,com 120 anos e que alardeava haver participado de todas as revoltas no Norte. Com ele Caxias falou e morreria um mês mais tarde após haver se entregue.

Ao passar o governo do Maranhão ao Dr Antônio Miranda Caxias lançou esta proclamação:

"Não existe hoje um só grupo de rebeldes armados. Todos os seus chefes foram mortos presos ou enviados para fora do Maranhão. Restabeleceu-se a ordem. Fui sempre respeitado e odedecido. Todos os empregados e chefes de repartição desvelaram-se em cumprir os seus deveres durante o tempo de meu governo..Não me ufano de haver mudado corações e sufocado antigos ódios de partidos ,ou antes de famílias ,os quais se por um tempo se acalmam, tal como a peste, se desenvolvem por motivos que não podemos prever ou não nos é dado dissipar."

Pacificado o Maranhão foi promovido a oficial general como brigadeiro(atual general de Brigada) e o título de Barão de Caxias em razão da cidade de Caxias que se tornou símbolo da autodefesa popular à desordem e a anarquia, resistindo por 46 dias ao sítio dos balaaios.

Raimundo Gomes rendeu-se em 15 jan 1841.Foi anistiado e enviado para São Paulo tendo morrido em caminho. Seu substituto ,o negro Cosme ,chefe de escravos ,continuou na luta. Preso foi julgado e condenado à forca em setembro de 1842.

Caxias segundo Vilhena de Moraes trouxe do Maranhão um índiozinho órfão filho de um cacique ao qual de seu nome Luis Alves. Nome que daria também ao seu filho nascido em 1847.A este índio de toda a confiança e estima da família ele deixaria em testamento toda a roupa de seu uso.

No combate a Balaiada houve muitos bravos . Entre eles se destacou o pernambucano filho de Goiana, ten Conrado José de Lorena Figueiredo que havia se assinalado em ações contra os balaaios no Maranhão Piauí em

Cajueiros, Mutuns, Brejo, Matas de Curimatã, Egito, Curral Velho, Lagoa do Meio, Remanso, Cristais, Cabeceiras, Cajazeiras, Santa Rosa, Bananeiras, Boqueirão, Curiaca, Baixa Fria, Brejinho etc.

Este herói tombou morto em ação em 25 set 1840, na comarca de Passos Bons aos primeiros tiros com um punhado de balaços. Caxias ao saber do fato ficou muito sentido e dedicou uma Ordem do Dia a exaltar os feitos do ten Conrado.

E então escreveu ao ten cel José Thomaz comandante da coluna integrada pelo tenente:

"Muito penalizado fiquei com a notícia que me deu da morte do bravo Conrado. Eu não cheguei pessoalmente a conhecê-lo. Porém por ele nutria grande simpatia por tratar-se de um bravo e me informem de que não era cruel para com os vencidos, nem dos que deixam o inimigo fugir quando acham boa bagagem (quando fazem bom saque)."

Si ele não tivesse morrido, em breve seus serviços não seriam por mim jamais esquecidos. Se ele é casado e V.Excia sabe o nome da mulher e filhos, mande-me dizer. Pois tomarei desde já sob minha responsabilidade mandar-lhes pagar o soldo com todas as vantagens da campanha, como pensão, até obter do Governo a sua confirmação, pois tenho certeza de que o conseguirei."

Esta qualidade de chefia é eloquente e dispensa comentários. Depois Caxias soube que Conrado era solteiro, conforme Vilhena de Moraes em **Novos aspectos da vida de Caxias**.

Ai lutou também o então alferes Antônio de Sampaio e atual patrono da Infantaria, onde comandou o destacamento de Passagem Franca. <http://www.ahimtb.org.br/c3i.htm>

1889 – O Maranhão adere (18/11) à República e São Luís passa a ser a capital de um estado federado.

Revolução de 1930

Sob a liderança civil de Getúlio Vargas e a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, a revolução de 1930 marcou o fim do ciclo da revolta dos tenentes e pôs termo à República Velha.

A revolução de 1930 foi o movimento armado iniciado em Porto Alegre RS com o objetivo imediato de derrubar o governo Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente em março daquele ano, em pleito não reconhecido pela oposição, reunida na Aliança Liberal. O candidato derrotado era Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, que tinha como companheiro de chapa João Pessoa, governador da Paraíba.

Antecedentes. Na década de 1920, a política brasileira caracterizava-se pelo domínio das oligarquias rurais, sob a hegemonia dos cafeicultores. Regionalmente, o poder era exercido pelos "coronéis", chefes políticos locais que controlavam os votos de seus parentes e agregados e dividiam entre si os cargos estaduais. Contra esse estado de coisas levantou-se desde meados da década de 1920 o tenentismo, movimento surgido entre jovens oficiais, ao qual mais tarde aderiram militares de patente superior e civis oriundos da burguesia.

Além disso, dentro da própria oligarquia começaram a surgir contestações ao sistema excludente, que privilegiava as forças políticas e econômicas paulistas e mineiras. Até então, dos oito presidentes eleitos desde a proclamação da república, só Epitácio Pessoa, paraibano, não era de São Paulo ou Minas Gerais. Washington Luís, nascido em Macaé RJ, fez toda sua carreira política em São Paulo.

A partir de 1928, o presidente Washington Luís passou a apoiar, para a sucessão, Júlio Prestes, membro de seu próprio partido, o que contrariava o acordo com os políticos mineiros. Em oposição ao presidente, Minas Gerais articulou-se em 1929 com o Rio Grande do Sul, que teria direito, pelo novo acordo, a indicar um candidato. Em julho, o Partido Republicano Mineiro (PRM) lançou a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e João Pessoa, presidente da Paraíba.

Formou-se então a Aliança Liberal, coligação dos partidos de oposição. Já nessa época, a corrente mais radical da coligação passou a admitir a

hipótese de desencadear um movimento armado em caso de derrota nas urnas. O próprio Getúlio não partilhava esse ponto de vista e chegou, à revelia de Minas Gerais e da Paraíba, a entrar em acordo com o presidente em exercício. Segundo esse acordo, caso perdesse as eleições, Getúlio apoiaria o governo constituído, em troca de privilégios na política estadual.

Em setembro de 1929, houve um encontro entre Getúlio e Luís Carlos Prestes, líder tenentista então exilado em Buenos Aires e que se tornara adepto do marxismo. Embora fizesse restrições ao movimento, que não lhe parecia capaz de implantar reformas significativas para toda a população brasileira, Prestes compareceu ao encontro, instado pelos companheiros militares. Expôs suas intenções quanto a uma possível revolução e recebeu de Getúlio promessas de recursos que não chegaram a ser cumpridas.

As eleições de março de 1930, fraudadas por ambas as partes, deram a vitória a Júlio Prestes. Com o aval cauteloso de Getúlio, começou a efetiva articulação da revolução depois que se decidiu uma ação integrada de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Luís Carlos Prestes foi convidado a assumir a chefia militar do movimento, ao lado de Getúlio, chefe civil. O envio de recursos financeiros continuou sendo protelado, no entanto, e Prestes redigiu, em abril de 1930, um manifesto em que criticava o movimento, do qual se desligou.

O assassinato de João Pessoa em 26 de julho, em Recife, motivado por questões políticas e também de natureza pessoal, levou o povo pernambucano às ruas e deu maior ímpeto à oposição. O mesmo ocorreu na capital da república, para onde o corpo foi transportado, e no Rio Grande do Sul, onde setores da Aliança Liberal passaram a responsabilizar Washington Luís pelo crime. O episódio converteu-se no estímulo que faltava para levar ao acordo as várias partes que deveriam em conjunto deflagrar a luta armada. As constantes desavenças e recuos, que vinham até então enfraquecendo o movimento, haviam contribuído também para que este fosse desacreditado pelo governo central, que não tomou atitudes criteriosas para impedir os preparativos revolucionários.

Revolução. Com a adesão dos militares gaúchos, a revolução perdeu o caráter conspiratório e passou a ser abertamente comentada. Eclodiu em 3 de outubro, com o assalto ao quartel-general do Exército na capital gaúcha, comandando por Osvaldo Aranha. A cidade foi tomada sem grandes tropeços e de lá as forças revolucionárias partiram rumo ao Rio de Janeiro, então capital da república, tendo à frente Getúlio Vargas, Góis Monteiro, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues, João Alberto Lins de Barros e Flores da Cunha.

Em poucas horas, o movimento irrompeu também na Paraíba e em Pernambuco. Em Minas Gerais, o comando do 12º Regimento de Infantaria resistiu durante quatro dias ao ataque rebelde, antes de capitular. No Nordeste, Juarez Távora, Juraci Magalhães e outros jovens militares assumiram o comando do movimento a partir da Paraíba e, com a adesão de companhias piauienses, maranhenses e potiguares, controlaram rapidamente a situação e desceram para Alagoas, Sergipe e Bahia.

Diante do avanço rebelde, o governo de Washington Luís viu-se impotente. Na noite de 23 para 24 de outubro, o ministério reunido constatou a inexistência de condições para a resistência e, horas mais tarde, a adesão da Vila Militar do Rio de Janeiro sagrou a vitória do movimento. Ainda assim, o presidente não concordou com a renúncia que lhe era proposta e só deixou o cargo na condição de prisioneiro. Acompanhado do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, às 17 horas do dia 24 o presidente deposto deixou o palácio Guanabara, então sede do governo federal, e foi levado para o forte de Copacabana, de onde mais tarde seguiu para o exílio.

Ao receberem a notícia da deposição de Washington Luís, aderiram à revolução as guarnições militares estaduais que ainda se mantinham fiéis ao governo. Imediatamente, uma junta pacificadora formada pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso e pelo almirante José Isaías de Noronha, assumiu o poder e ordenou a cessação das hostilidades em todas as frentes. Houve ainda vários dias de inquietação, pois Góis Monteiro ordenou que os destacamentos sob seu comando continuassem avançando em direção ao Rio de Janeiro, por temor de que a junta usurpasse o poder aos revolucionários. Só quando teve sua posse como presidente da república definitivamente assegurada é que Getúlio partiu para a capital federal.

Desembarcou no Rio de Janeiro em 31 de outubro em uniforme militar, precedido por três mil soldados gaúchos, sob grande aclamação popular. Em 3 de novembro assumiu a chefia do governo provisório, que logo nas primeiras semanas foi reconhecido pelas principais potências estrangeiras. As mudanças de ordem econômica, política e social que ocorreram a seguir no país fizeram com que a revolução de 1930 fosse considerada o marco inicial da segunda república no Brasil.

O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A REVOLUÇÃO DE 1930

Paulo Victorino

O presidente Washington Luís (1926-1930) tinha tudo para ser um monarca. Fosse ele nascido de uma daquelas dinastias que dominavam a Europa do Século 18, por certo faria boa figura entre os déspotas esclarecidos. Tinha a finura de um nobre, a inteligência viva e o raciocínio límpido. Mas era também inflexível em suas decisões. Uma vez determinado o caminho a seguir para a equação de um problema, não vacilava, não admitia interferências, não negociava.

Foi com esse personalismo, próprio de seu temperamento, que ele, no momento em que julgou oportuno, assumiu a decisão de apresentar, como candidato à sucessão presidencial, o governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. Por achá-lo em condições de prosseguir a política econômica iniciada em seu governo, que vinha corrigindo distorções deixadas pelos governos anteriores.

A manutenção do plano econômico precisava ser feita com todo rigor para não por a perder todos os sacrifícios já feitos. Isso tornava-se ainda mais importante, naquele momento, porque a crise mundial, desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, atingiu o Brasil de forma dramática, fechando as portas dos Bancos estrangeiros para novos empréstimos e paralisando os embarques de café, nosso produto básico de exportação.

Todavia, sua insistência em considerar questão fechada o nome de Julio Prestes causou descontentamentos e ocasionou o surgimento de uma candidatura de oposição, que apresentou, para Presidente, o nome de Getúlio Dorneles Vargas, governador gaúcho, e para vice, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, governador paraibano, ambos contando com o apoio de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador de Minas Gerais. Esse movimento de oposição tomou o nome de Aliança Liberal e os aliancistas se tornaram a base civil do futuro movimento revolucionário.

A partir daí, o ambiente torna-se tenso. Os partidários de uma e outra candidatura fustigam uns aos outros, gerando violentas discussões que, não raro, descambam para o enfrentamento físico. Sendo a Câmara Federal uma caixa de ressonância do que acontece nas ruas, não é de estranhar que tais lutas repercutam no plenário e nos corredores do parlamento, com acusações mútuas e pedidos de satisfações pela parte que se sente atingida. A paixão leva ao descontrole, e o descontrole leva à tragédia.

O problema do quorum na Câmara Federal

Hoje, a facilidade do transporte aéreo permite que deputados e senadores viajem semanalmente aos seus Estados de origem para um contato com as bases, retornando à capital federal no início de cada semana. Naquele tempo, isso não era possível, pois o transporte se fazia principalmente por trem, raramente por rodovia, e, nos Estados mais longínquos, até por navio. Assim, por razões de ordem prática, o período legislativo se iniciava somente no mês de maio, para encerrar-se em 31 de dezembro.

Outro detalhe característico de nossos parlamentos: no mundo inteiro, a obstrução dos trabalhos é uma arma das minorias, que se valem desse recurso para retardar a ação da maioria, geralmente governista, obrigando-a buscar um entendimento com a parte mais fraca. No Brasil é diferente. É a maioria que, pelas mais diversas razões, usa o recurso da obstrução.

O final de 1929 veio encontrar o Congresso, sobretudo a Câmara Federal, na efervescência de uma campanha eleitoral exaltada, que era levada ao plenário na forma de inflamados discursos. Para evitar que a oposição usasse a tribuna como palanque eleitoral, os governistas obstruíam a abertura das sessões, negando o quorum para a realização dos trabalhos. Era comum estar o plenário cheio, mas a contagem de votos atingir apenas 20 ou 30 deputados, aqueles que responderam a chamada.

Os populares que acompanhavam a campanha de Getúlio Vargas logo se aperceberam disso e passaram a ir, todas as tardes, à Câmara. Como as galerias estavam interditadas ao público, a oposição vinha, então, às escadarias, onde realizava comícios, atingindo, com sua retórica, os candidatos governistas. Era a rotina. A oposição falava, o povo aplaudia os mocinhos e viajava os bandidos. Não faltavam os agitadores de plantão, que, no meio da plateia, provocavam confusão e desordem. Na sacada, em tom de deboche, alguns deputados governistas sempre acompanhavam o ato.

Assassinato do deputado Sousa Filho

No dia 26 de dezembro de 1929, num desses comícios, o filho do deputado Luís Simões Lopes, em inflamado discurso, fez algumas referências irônicas e desairosas sobre o deputado governista Sousa Filho, arrancando aplausos do público. O parlamentar, que se achava na sacada, ouviu e não gostou.

Mais tarde, quando os oposicionistas se recolhiam ao interior do prédio, Souza Filho interpelou o moço, agressivamente, dirigindo-lhe uma série de impropérios. No ardor da mocidade, Simões Lopes (filho) rebentou sua bengala nas costas do agressor que, em revide, sacou de um punhal.

Numa reação instintiva, Simões Lopes (filho) deu alguns passos atrás mas, tendo sido interceptado em seu caminho, sabe-se lá por quem, caiu, ficando à mercê do agressor, pronto para fincar-lhe o punhal. Nesse momento, então, o velho deputado Simões Lopes, acorrendo ao socorro do filho, sacou de um revólver e deu um tiro certeiro e fulminante no desafeto. Na confusão, os deputados aliancistas Plínio Casado e Adolfo Bergamini retiraram do local o agressor e o levaram para lugar seguro.

No dia seguinte, pela primeira vez em muito tempo, houve quorum na Câmara Federal, para a sessão de homenagem ao deputado assassinado, cujo velório acontecia no salão nobre. Apesar de ameaçados, os aliancistas também compareceram, já que Souza Filho era um grande adversário, mas um bom amigo de todos eles. Em nome da Aliança Liberal, discursou o deputado Lindolfo Collor, lamentando o acontecimento e enaltecendo a personalidade do falecido.

O trágico acontecimento arrefeceu os ânimos da campanha no edifício da Câmara Federal, mas não diminuiu as atividades de um e outro lado para fazer de seu candidato o escolhido das urnas. Cinco dias depois, encerra-se o período legislativo e cada um viaja ao seu Estado para acompanhar as eleições, que ocorreriam em 1º de março de 1930.

O episódio que mudou a História

Realizadas as eleições, ganha o candidato governista, sem que houvesse maior contestação pelos adversários. Pelo contrário, Getúlio aceitara a derrota como normal no jogo do poder e até reconhecera a vitória de Júlio Prestes. Aparentemente, tudo se encaminhava para a posse, em 15 de novembro de 1930, até que um incidente da maior gravidade veio tumultuar o processo e desencadear uma série de acontecimentos, que culminaram com a queda de Washington Luís e o fim da República Velha.

No dia 26 de julho de 1930, é assassinado o governador da Paraíba e ex-candidato à vice-Presidência da República, João Pessoa. O mandante era seu desafeto, João Dantas, um dos caciques da política paraibana. Sua morte trouxe um forte abalo nos meios políticos e junto ao povo, em todo o país. Cresceu, então, um sentimento de ódio e revolta contra o governo federal, por se imaginar tratar-se de um crime ligado às recentes eleições presidenciais. Em realidade, esse desenlace, que já era previsto, tinha motivos passionais e, também, raízes na política regional, contrariada pela administração estadual.

A República de Princesa (Paraíba)

Ao término do mandato do governador paraibano, João Suassuna, em 1926, João Pessoa assume o cargo e constata que os cofres do Estado estão vazios, o pagamento a fornecedores não vem sendo feito, o funcionalismo não recebe seus proventos há algum tempo e o Estado se encontra-se em situação pré-falimentar.

Com energia e determinação, o novo governador começa um processo de saneamento financeiro, combatendo a sonegação e obtendo, assim, de imediato, um desafogo que lhe permitiu cobrir parte dos salários atrasados e programar o início do pagamento dos fornecedores. Todavia, essa fúria arrecadadora desagradou aos caciques políticos do Estado que, como

os marajás da antiga Índia, não se achavam na obrigação de recolher impostos ou, pelo menos, não pretendiam fazê-lo com tamanha religiosidade.

Com isso, o clima de tensão entre o governador e as forças político-econômicas do Estado manteve-se tenso durante todo o governo. O ponto de explosão foi atingido em 1929, quando João Pessoa, já candidato à vice-presidência da República, baixou um decreto que impedia, no Estado, a reeleição de deputados federais, limitando, assim, a ação de seus opositores. Como se tal não bastasse, abriu uma odiosa exceção ao seu primo, Carlos Pessoa, que, este sim, poderia recandidatar-se.

A sudoeste da Paraíba ficava a pequena cidade de Princesa, feudo do coronel José Pereira, que controlava, com seu poder e seus jagunços, todo o oeste do Estado, de cima a baixo. Fraudando o resultado das urnas, mantinha ele não só um elenco de deputados estaduais como, também, controlava uma pequena bancada na Câmara Federal, conhecida como os deputados de Princesa. Atingido frontalmente em seus interesses, o chefe político protesta junto ao governador, sem resultado.

Sentindo-se prejudicado com o resultado das eleições, João Pereira se rebela e, em 1º de junho de 1930, assina o Decreto nº1, proclamando a Independência de Princesa, que se considera, a partir de então, separada da Paraíba. Por consequência, inicia-se uma guerra civil dentro do Estado, que o governo legal tinha dificuldades de reprimir, pois o ministério da Guerra lhe recusava a compra legal do material bélico necessário, enquanto seu opositor conseguia armas e munições no mercado do contrabando.

Enfrentando João Dantas

Outro chefe político de prestígio, era João Dantas, que dominava parte do sertão paraibano e tinha parentesco com o ex-Governador João Suassuna. João Dantas se sentia agastado e diminuído, e o governador João Pessoa nada fazia para melhorar seu relacionamento com este poderoso adversário, pelo contrário, não perdia oportunidade para atingi-lo. Foi assim que, em uma diligência policial, sob um pretexto qualquer, mandou prender familiares de Dantas, entre eles várias mulheres, provocando indignação, ódio e um sentimento de vingança.

Algum tempo depois, a polícia recebeu um comunicado de suposto assalto no escritório de João Dantas e, comparecendo ao local, constatou que não havia ninguém. Mesmo assim, arrombou a porta e apreendeu livros, armas e documentos. Muitos dos papéis recolhidos eram particulares e confidenciais e, entre eles, haviam algumas cartas denunciadoras de um romance entre João Dantas e a poetisa Anaíde Beiriz, com uma linguagem bastante escandalosa para a época.

Melhor é ter bons inimigos do que maus amigos. Pois não é que pessoas ligadas ao Governador, desejando agradá-lo, fizeram publicar uma dessas cartas na primeira página do Jornal Oficial do Estado? O romance, até então velado, passou a ser do conhecimento geral, causando transtornos a João Dantas e obrigando Anaídes a mudar-se para Pernambuco, onde a repercussão, imaginava-se, seria menor. Mesmo assim, para João Dantas, tratava-se de uma questão de honra, e como tal tinha que ser tratada. Era só esperar o momento, que não tardaria.

Confronto com o governo federal

Voltemos, outra vez, à campanha eleitoral. Sendo candidato a vice-Presidente pela oposição, João Pessoa não teve escrúpulos em barrar a propaganda do candidato governista, Julio Prestes, dentro do Estado da Paraíba. Assumiu a direção dessa campanha o desembargador Heráclito Cavalcanti. Em represália, o governador baixou um decreto afastando-o de suas funções públicas, sob a alegação de que, ao adotar uma corrente política, deixou ele de ter a isenção requerida a um juiz. O Presidente da República, então, manda um telegrama ao desembargador, transmitindo-lhe sua solidariedade, sendo rebatido pelo governador.

Houve então as eleições federais, em 1º de março de 1930 e, como se esperava, João Pessoa conseguiu reverter a seu favor a nova bancada paraibana, graças ao artifício já mencionado em tópico anterior. Pelo menos aparentemente ele tinha ganho, porque, dentro do sistema montado pelo presidente Afonso Pena (1906-1910), a votação de cada candidato deveria ser submetida logo após a uma Comissão de Verificadora de Poderes, para analisar cada nome, antes de confirmá-lo eleito.

Essa comissão, formada pelo Presidente da antiga legislatura, mais dois de seus deputados, analisou com especial carinho os deputados

eleitos pelos três Estados que comandaram a oposição ao governo federal, ou seja, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Foram, então, cortados e substituídos todos aqueles nomes que o governo federal considerou inconvenientes, alterando a seu favor as bancadas dos três Estados.

Coube à Paraíba uma atenção maior, dado as provocações havidas durante a campanha. Desse Estado foram cortados praticamente todos os aliados de João Pessoa, enquanto se considerava legitimamente eleitos os deputados da República de Princesa. João Pessoa estava duplamente derrotado: perdera a eleição presidencial, na qual formava a chapa com Getúlio Vargas, e perdera sua bancada na Câmara Federal, com o corte de todos os seus correligionários.

O assassinato de João Pessoa

Foi nesse clima que, em 26 de junho de 1930, João Pessoa viajou a Recife, ao que se sabe, para visitar um amigo doente e, ao mesmo tempo, manter alguns contatos políticos. Ao fim da tarde, encontrava-se na Confeitaria Glória, tomando sorvete em companhia do jornalista Caio de Lima Cavalcanti, quando um desconhecido pára à sua frente e descarrega uma arma a queima-roupa, fulminando-o instantaneamente.

O desconhecido, bem como um acompanhante, foram prontamente dominados e presos. O crime, soube-se depois, teve como mandante João Dantas, que foi recolhido à prisão, onde, meses depois, apareceu morto. Estava completada a tragédia, em que um crime de natureza passionai se misturava a todo um emaranhado político, envolvendo tramas, violência, fraude, muita esperteza e, por fim, a justiça feita com as próprias mãos.

Pela precariedade do telégrafo, a notícia levou algumas horas para se espalhar pelo país, mas, ao chegar a cada ponto, causava comoção e revolta, criando sempre a idéia de crime político, ligado às eleições presidenciais. Especialmente na Paraíba, o povo foi às ruas à caça de adversários de João Pessoa. Muitos tiveram tempo de fugir, outros foram duramente atingidos. Quase todos tiveram suas casas saqueadas e, depois, incendiadas.

Em São Borja, no outro extremo do país, conta Alzira Vargas, filha de Getúlio, então com 15 anos: "Uma noite, fomos ao cinema com papai e mamãe, como de costume. Noite de 26 de julho. Mal havia começado o filme, acenderam-se as luzes e, do palco, alguém comunicou ao público a dolorosa notícia: 'João Pessoa foi assassinado!' (...) A indignação foi geral. Nada mais podia impedir a marcha da Revolução. Toda a nação estava chocada."

A questão da Presidência já tinha se encerrado, a partir do momento em que Getúlio Vargas reconheceu sua derrota e a eleição de Júlio Prestes. Agora, reacendiam-se os ânimos. Os cronômetros eram novamente ajustados e recomeçava, pela última vez, a contagem regressiva para o início da Revolução.

A marcha da Revolução

Verdade seja dita, se o assassinato de João Pessoa trouxe novo alento aos revolucionários, na realidade a conspiração já vinha sendo desenvolvida há bom tempo, antes mesmo de se realizarem as eleições, cujos resultados, já se sabia, seriam, como sempre foram, favoráveis ao governo. A derrota nas eleições, com as fraudes do sistema, seria apenas uma bandeira da oposição, pretextando a renovação dos costumes políticos.

Vejam como andava a conspiração. Durante o trajeto da Coluna Prestes (1924-1927) Juarez Távora, que fazia parte de seu Estado Maior, foi detido no Piauí e, em seguida, remetido ao Rio de Janeiro, onde ficou prisioneiro, primeiro na ilha de Trindade e, depois, na ilha das Cobras, de onde conseguiu fugir, viajando incógnito para Montevidéu onde devia encontrar-se com exilados da Coluna. Nessa ocasião, obteve do general Isidoro Dias Lopes um comissionamento na patente de general e, nessa condição, tratou de chegar ao nordeste, onde começou as articulações com as forças políticas e militares da região. Seria ele o comandante da operação no nordeste.

Em Minas Gerais, havia o apoio furtivo do governador Antônio Carlos, que não queria se comprometer com um movimento de contestação ao governo federal, antes de ter segurança de que a ação pudesse trazer um resultado eficaz. Em 7 de setembro de 1930, Antônio Carlos transfere o governo de Minas a Olegário Maciel, que havia sido eleito, ao mesmo tempo, presidente do Estado e senador da República. Assim, após assumir o

governo de Minas, Olegário Maciel viaja para o Rio de Janeiro para tomar posse no Senado e, nessa ocasião, mantém contato com um dos articuladores da revolução, o gaúcho João Neves da Fontoura, ao qual empenha a palavra de que dará, em seu Estado, toda a cobertura que se fizer necessária.

No Rio Grande do Sul estava o núcleo principal da sublevação. Primeiro, porque ali o governador continuava sendo Getúlio Dornelles Vargas; depois, porque o Estado contava com um bom número de revolucionários de movimentos anteriores; por fim, porque nos países limítrofes, Argentina e Uruguai, se encontravam asilados os participantes do movimento de 1924 e da Coluna Prestes. Aliás, próprio Luís Carlos Prestes continuava vinha sendo cogitado para assumir o comando da nova revolução, caso em que seria comissionado, também, na patente de general.

Imprevistos enfraquecem o comando

No decorrer da conspiração, que, como dissemos, começara bem antes da morte de João Pessoa, dois acontecimentos inesperados surpreendem os tenentistas e vem enfraquecer as articulações na área militar. Embora sem comprometer o movimento em seu conjunto, esses fatos trouxeram um enfraquecimento na liderança e um abalo junto aos tenentes comprometidos com a revolta.

No início de maio, ainda exilado na Argentina, Luís Carlos Prestes comunica sua intenção de aderir ao comunismo, partindo para a luta revolucionária contra todo o sistema capitalista e não apenas ao governo Washington Luís. Segundo seu próprio depoimento, a longa marcha pelo Brasil, comandando a Coluna Prestes, trouxe-lhe a convicção de que não era possível montar um novo governo, apoiado nas mesmas oligarquias que controlam cada parte do país.

Preocupados com o rumo em que seguiam as coisas, os tenentes Siqueira Campos e João Alberto viajam para Buenos Aires e, no dia 7 de maio de 1930, participam, eles e outros exilados, de uma reunião com Luís Carlos Prestes, em que este apresenta seu Manifesto Socialista, que iria divulgar nos próximos dias. Em vão tentaram seus companheiros fazê-lo desistir de seu propósito e, como ninguém aderisse a suas idéias, a reunião tornou-se de todo inútil para ambos os lados.

No dia 9, pretendendo voltar rapidamente a Montevidéu, os dois tenentes conseguiram um espaço no avião do Correio Aéreo, que decolou perigosamente, à noite, sem instrumentos, com cinco pessoas a bordo, mais a carga normal de correio. Não se sabe qual a causa, o avião caiu nas águas geladas do mar, já em território uruguaio. Dos cinco passageiros, somente João Alberto conseguiu alcançar a praia. Siqueira Campos sentiu o choque térmico provocado pela água gelada, teve câibras e não conseguiu se movimentar, morrendo afogado.

Perderam-se, pois, de uma só vez, dois elementos de proa na causa revolucionária, um por deserção e outro por acidente. Prestes foi o artífice da Coluna que percorreu o Brasil. Siqueira Campos participara de quase todos os movimentos, desde a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, a qual comandou, em companhia de Eduardo Gomes.

O levante no Rio Grande do Sul

Depois de várias datas marcadas e desmarcadas, ficou finalmente decidido que o movimento se iniciaria no dia 3 de outubro de 1930 às 5h30 da tarde, após o fechamento das repartições civis e militares, quando o movimento nesses locais se tornava insignificante. Por uma falha de comunicação, Juarez Távora, no nordeste, entendeu que a marcha se iniciaria à zero hora do dia 4 e esse mal entendido quase pôs a perder a revolução.

Neste ponto, entra em cena um revolucionário de última hora, o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, cuja biografia assinala uma constante mudança de posições, segundo suas próprias conveniências. Em 1930, sentindo a fraqueza do governo Washington Luís, aderiu aos revolucionários; Em 1932, lutou contra a Revolução Constitucionalista, em São Paulo; Em 1937 aderiu ao golpe de Estado que restabeleceu plenos poderes ao ditador Getúlio Vargas; em 1945, aderiu a outro golpe, que derrubou o mesmo Getúlio. Neste momento, porém, em que o movimento revolucionário ia ter início, sua presença era indispensável, pela patente militar, que lhe dava supremacia de comando.

De sua parte, o governador Getúlio Vargas cuidava de manter um jogo duplo. No palácio, mantinha o ritmo de trabalho normal, fazendo com que

a rotina parecesse inalterada, tanto no gabinete, quanto nos quartéis das polícias estaduais. Paralelamente, utilizava seus auxiliares diretos na articulação do movimento, entre eles, o próprio vice-Governador, Osvaldo Aranha. E, para completar, dava ao comandante da 3ª Região Militar, general Gil de Almeida, a segurança de estar cuidando da ordem, não havendo qualquer fundamento os boatos sobre uma possível revolução.

No dia 3 de outubro de 1930, a data fatal para o levante, um acontecimento inesperado facilitou os preparativos finais. No dia anterior, falecera o grande herói das revoluções de 1893 e 1923, o general Honório de Lemes. Como era de se esperar, os jornais deram destaque e repercussão a esse fato, desviando, assim, a atenção da população e das autoridades. Não houve sequer desconfianças quando os alunos das escolas de Porto Alegre foram dispensados das aulas mais cedo que de costume.

No palácio, Getúlio despachava como se fosse mais um dia de trabalho. Nos bastidores, tudo estava preparado para o levante. A não ser que surgisse algum outro fato novo e inesperado, a articulação, muito bem cuidada, oferecia todas as condições de sucesso.

O Cavalo de Tróia

Já há algum tempo, para iludir a vigilância militar, a Guarda Civil do Estado, todas as tardes, ao encerrar seu expediente, entrava em forma, desfilar em frente ao Quartel General e prestando continência ao comandante da 3ª Região Militar, general Gil de Almeida.

Diariamente, repetia-se a mesma rotina. Por volta das cinco horas, encerrava-se o expediente. Às cinco e quinze, pontualmente, o general, de sua janela, acompanhava a passagem do desfile e se tranquilizava. Se algum movimento estivesse sendo articulado em Porto Alegre, por certo que não teria a colaboração do governo estadual.

Naquele dia 3 de outubro de 1930, no mesmo horário de sempre, as tropas passaram em frente ao QG, só que, enquanto o primeiro grupo continuava o desfile, o segundo saiu de forma, tomou de assalto a portaria e invadiu o quartel, aprisionando o General-Comandante.

Em seguida, ao sinal dado por um foguete, ocorreu o levante nos demais quartéis, que foram tomados sem maiores dificuldades. Por todo o Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina e no Paraná, a revolução obedeceu o horário determinado. Isso só não aconteceu no nordeste, onde o comando estava nas mãos de Juarez Távora.

Relógios fora de sincronia

Como no sul, a articulação também seguia seu curso no norte e nordeste. Ao aproximar-se a data fatal, já havia um comprometimento, maior ou menor, de quartéis na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Toda a região estava, pois fechada e parecia não haver maiores problemas.

Em 25 de setembro de 1930, Juarez Távora recebeu um telegrama cifrado de Osvaldo Aranha (Rio Grande do Sul), informando que o início do levante estava marcado para 3 de outubro, às 5h30 da tarde. A data era ótima, pois nesse dia estavam escalados para o serviço em suas unidades militares os tenentes Agildo Barata e Juraci Magalhães, ambos comprometidos, e elementos importantes do esquema na Paraíba, onde se achavam Juarez e o comando revolucionário.

O problema estava no horário, pois dificilmente se conseguiria sublevar os quartéis em plena luz do dia, sendo conveniente que o início acontecesse na calada da noite. Juarez pretendia iniciar o levante na madrugada do dia 4 e propôs que a data fosse mudada também no sul do país, todavia foi infeliz na redação do telegrama, que saiu nos seguintes termos: "ciente pt peço licença iniciar marcha dia 4". Aí estava o erro. Iniciar o levante é uma coisa, iniciar a marcha é outra totalmente diferente. A autorização do sul veio, mas referindo-se à alteração do horário para a movimentação das tropas, que já deveriam estar sublevadas no final da tarde!

Ao fim do dia 3, havendo chegado ao Recife, onde pretendia acompanhar o início das operações, Juarez Távora foi surpreendido com a notícia de que o levante já se iniciara no sul e que o governo federal expediu um alerta a todos os Estados para se prevenir contra qualquer alteração de ordem, colocando as tropas em prontidão.

Daí por diante, tudo correu mais por conta da capacidade de avaliação e iniciativa de cada comandante. Por sorte, as reações se fizeram

atropeladas, mas a tempo certo. Em Recife, foi destruída a Central Telefônica cortando as comunicações. Depois, retornando a Paraíba, Juarez encontrou as tropas rebeladas e o povo às ruas. Dos outros Estados, foram chegando, aos poucos, notícias animadoras sobre o resultado das operações. A primeira batalha estava vencida.

Do sul, a marcha para o Rio de Janeiro

No sul, como vimos, tudo caminhou como o previsto e as praças foram tomadas sem resistência. Em seguida, formaram-se comboios ferroviários, que subiam em direção a São Paulo e, depois, seguiriam ao Rio de Janeiro, para a tomada do poder. De Porto Alegre, as tropas saíram com o tenente-coronel Góis Monteiro, o governador Getúlio Vargas e o vice-governador, João Neves da Fontoura. Somente Osvaldo Aranha, teve de ficar, assumindo o Governo estadual.

De Uruguiana, divisa com a Argentina, parte o Destacamento Batista Luzardo. Como a cidade fica a sudoeste do Rio Grande do Sul, o comboio fez um itinerário diverso, sem passar em Porto Alegre, ficando de encontrar-se com os demais num entroncamento ferroviário, já no Estado de São Paulo. O trem seguiu, pois, por Alegrete, São Gabriel, Santa Maria, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, e Cruz Alta, até atravessar a fronteira com o Paraná, por Irai.

Parando na estação em Santa Maria, segundo conta Luzardo, houve uma invasão ao trem pela entusiasta garotada do Colégio Santa Maria, que queria participar da guerra. Foi um custo para retirar os alunos e convencê-los de que sua missão, naquele momento era estudar. Ainda assim, reiniciado o trajeto, descobriu-se mais alguns clandestinos, que foram deixados na próxima estação, para repatriamento. O trajeto das duas caravanas, tanto a de Getúlio quanto a de Luzardo, era interrompido, em cada parada, por multidões que se postavam nas estações, de lenço vermelho ao pescoço, saudando os revolucionários.

Em Santa Catarina, no próprio dia 3 de outubro, o general Felipe Portinho havia dominado a situação a favor dos rebeldes. Blumenau foi instituída capital provisória do Estado, assumindo, como interventor, o tenente-coronel Arnoldo Mancebo. No Paraná, a luta foi vencida sob o comando do major (agora comissionado como general) Plínio Tourinho, que há meses vinha cuidando da articulação e, em 3 de outubro, colocou-se à frente dos revoltosos. Assumiu o governo o seu irmão, general (da reserva) Mário Alves Monteiro Tourinho.

Restava, pois, a grande batalha que deveria ocorrer em São Paulo, no entroncamento de Itararé, onde o governo federal concentrara a maior parte de suas tropas, para barrar o avanço da frente revolucionária. A Batalha de Itararé, todos já sabiam, seria a mais dura e sangrenta dentre todas aquelas de que já participaram os tenentistas, já diremos por que.

Do nordeste, a marcha para o sudeste

Voltemos ao nordeste, onde a situação já era de quase completo domínio, após a perigosa oscilação causada pela desinteligência quanto aos horários de início do levante. A esta altura, as notícias que chegavam ao comando indicavam que os revolucionários dominavam a maior parte da região, devendo-se partir, assim, para o trabalho de consolidação.

Juarez Távora, no comando geral do nordeste, nomeia o dr. José Américo de Almeida como interventor da Paraíba e Chefe do Governo Provisório no norte e nordeste, estabelecendo, assim, as bases civis do movimento. Isto posto, passaram a ser nomeados os interventores nos Estados onde a luta estava encerrada, quais sejam: Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os interventores, à falta de normas definidas em lei, passaram a governar discricionariamente. A única orientação, de caráter geral, estava no telegrama enviado pelo comandante militar, Juarez Távora, ao comandante civil, José Américo, nestes termos: "(...) Desaconselho dissolução imediata do poder judiciário que, nesta fase transitória, deverá continuar funcionando normalmente, apenas se reservando o Executivo Revolucionário o direito de discutir suas decisões contrárias ao espírito da revolução. Todo Poder Legislativo deve ser considerado inexistente, desde a data do início da Revolução, como dupla medida, de moralização e economia. Saudações. General Távora."

Mais coerente, o interventor do Maranhão, de uma vez, extinguiu o Poder Judiciário, já que, na prática, ele deixa de existir se as suas decisões tiverem de ser submetidas à aprovação ou não do interventor.

O beijo contido por trinta anos

Um registro à margem da História. Juarez Távora e José Américo seguiriam, por trem, de Recife para Maceió, a fim de resolver problemas surgidos, e, como o tempo era curto, havia ordem para manter a estrada de ferro desobstruída, a fim de que o carro-de-linha pudesse transitar sem paradas.

Todavia, ao aproximar-se da estação de Quipapá, na zona da mata, divisa de Pernambuco com Alagoas, uma pequena multidão se aglomerava sobre o leito ferroviário, obrigando o carro-de-linha a parar, para não ocasionar um múltiplo atropelamento. Irritado, Juarez desce do veículo mas, antes de qualquer reação, uma jovem professorinha, sai da multidão e diz: "General Juarez, como prova de gratidão do povo desta terra ao libertador do norte, quero somente dar-lhe um beijo!"

Beijo? Aquilo era uma revolução, não era uma maratona! Imediatamente o comandante revolucionário mandou que a linha fosse desobstruída, retomou seu lugar no carro e prosseguiu a viagem, deixando para trás toda uma população desapontada.

O incidente ficou martelando em sua cabeça por um longo tempo. Trinta anos depois, tendo de fazer uma viagem oficial ao nordeste, procurou saber se a professorinha de Quipapá ainda existia. Existia, sim, morava na mesma cidade e ainda lecionava numa escola primária.

Foi assim que, no dia 16 de agosto de 1971, o general Juarez Távora compareceu ao Grupo Escolar de São Benedito, distrito de Quipapá e, na presença de todos os professores e alunos da escola, prestou uma homenagem à professora Maria José Ramos, entregando-lhe uma "Rosa de Prata", condecoração oferecida pelo comando da Escola Superior de Guerra. A homenagem, na pessoa da professorinha, era estendida "a todas as professoras primárias que se dedicam à benemérita tarefa de abrir os primeiros caminhos à inteligência de nossas crianças, no interior do Brasil".

A Batalha de Itararé

No sul, os comboios prosseguiram em direção ao Estado de São Paulo, com encontro previsto no entroncamento de Itararé, divisa entre São Paulo e Paraná, onde a paisagem muda bruscamente, e a terra fértil cede lugar a um grande penhasco, às margens do rio, formando uma fortaleza natural, de onde um exército dificilmente seria desalojado. Era ali, em Itararé, que o governo federal mandara concentrar o maior peso de suas tropas, esperando a chegada dos rebeldes para o ataque fatal.

Já no dia 3 de outubro de 1930, na hora marcada para o início do levante, a vanguarda revolucionária, estacionada naquelas imediações, iniciou o ataque, obrigando o delegado de polícia a pedir reforços nas cidades vizinhas, tanto de São Paulo como do Paraná. A luta se desenvolveu na forma de guerrilha, enquanto, do lado inimigo, tropas legalistas iam chegando e tomando posição na fortaleza, sob o comando do general Pais de Andrade. Ao final, juntaram-se cerca de 2.400 soldados, bem armados e municiados.

A ação revolucionária tinha de ser muito bem planejada. Os revolucionários possuíam um efetivo de 4.200 homens, mas faltava armamento leve (armas automáticas), necessário para uma operação de deslocamento ligeiro. Havia apenas uma arma para cada quinze homens, o que diminuía consideravelmente seu poder de ataque.

Formaram-se, então, quatro destacamentos, sob o comando geral do general Miguel Costa, com missões bem definidas. O coronel Silva Junior, bem como Batista Luzardo (1º e 2º Destacamentos) fariam o ataque pela vanguarda; Flores da Cunha e Alexandrino Bitencourt (2º e 3º Destacamentos) dariam a cobertura de retaguarda.

O ataque estava programado para as 12 horas do dia 25 de outubro. Porém, logo ao raiar desse dia, soa o toque de um clarim e um mensageiro atravessa a linha de combate, com uma bandeira branca nas mãos levando mensagem para ser entregue ao general Pais de Andrade. Não era rendição dos revolucionários, pelo contrário, estes é que ordenavam a rendição incondicional das tropas legalistas.

O mensageiro era o deputado federal Glicério Alves e a mensagem, logo a seguir confirmada, dava conta de que Washington Luís renunciara à

presidência da República na noite do dia 24. Estava terminada assim, de forma decepcionante, a Batalha de Itararé, o grande embate que não chegou a acontecer.

Minas Gerais na Revolução

A missão de Minas Gerais, dentro do plano global, se restringia ao próprio Estado e os Estados limítrofes. Como o governador Olegário Maciel era já um ancião de 75 anos de idade, essa condição transmitia ao presidente Washington Luís um sentimento de tranquilidade, todavia, nos bastidores, a conspiração prosseguia intensa.

Ao cair da tarde de 3 de outubro, iniciou-se o levante, com a prisão do comandante interino da guarnição federal, que era o tenente-coronel José Joaquim de Andrada, mas a rendição das tropas não se fez senão depois de uma resistência que durou vários dias e ocasionou inúmeras baixas de ambos os lados.

Tomada a praça de Belo Horizonte, o restante do Estado foi sendo rapidamente dominado. Paralelamente, outros contingentes seguiram para a Bahia, o Espírito Santo e Estado do Rio de Janeiro, saindo vitoriosos em suas investidas, inclusive pelo fato de que o governo federal concentrava suas tropas em Itararé, faltando reforços para outros pontos de luta. Mesmo assim, a renúncia do presidente Washington Luís ainda colheu os revolucionários de Minas em plena luta.

Epílogo

No nordeste, um teco-teco revolucionário, comandado pelo aviador naval Djalma Petit, desde o início do levante, vinha sendo usado para jogar folhetos sobre as capitais, anunciando a tomada da praça e pedindo ao governador que entregasse o cargo. Foi este o único avião da frota revolucionária.

O mesmo teco-teco levantou voo, em 27 de outubro de 1930, partindo de Salvador, e levando Djalma Petit, Juarez Távora, seu secretário, tenente Mirocem Navarro, e o comandante da Vanguarda Revolucionária, tenente Agildo Barata Ribeiro (que, mais tarde, a exemplo de Prestes, bandeou-se para o comunismo). Chegaram estes ao Rio de Janeiro no meio de aplausos de populares.

No dia 30, desembarcam no Rio, também, os revolucionários vindos do sul, tendo à frente seu líder, Getúlio Dornelles Vargas, que seria empossado como Chefe do Governo Provisório.

Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão, na segunda metade do século XX.

Século XX. O primeiro governador do século XX foi João Gualberto Torreão da Costa. Em 1906, no governo de Benedito Pereira Leite, o presidente da república eleito, Afonso Pena, visitou o estado. Em 1930, a revolução que irromperia no sul do país estendeu-se ao Maranhão e o governador José Pires Sexto foi deposto. Em 16 de outubro de 1934 foi promulgada uma nova constituição estadual, no governo de Antônio Martins de Almeida. Em 1936, a constituição foi emendada e assumiu o governo Paulo Martins de Souza Ramos, que com o golpe de 10 de novembro de 1937 foi nomeado interventor.

Em 28 de julho de 1947, com a redemocratização do país, a Assembleia Constituinte do estado promulgou nova carta constitucional. Em 1966 assumiu o governo José Sarney da Costa, que iniciou o período de modernização "Maranhão Novo", cujos destaques foram a construção do porto de Itaqui e a pavimentação da estrada São Luís-Teresina. Mas somente nas décadas seguintes, com os recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sobreveio a mudança do perfil econômico do estado, com fundas repercussões no Maranhão: em 1970 entrou em operação a usina de Boa Esperança e três anos depois foi inaugurada a fábrica de celulose e papéis (cepalma), que utiliza matéria-prima local; em 1984, inaugurou-se a primeira etapa da fábrica de alumínio do consórcio Alumar, primeiro projeto do programa Grande Carajás; e em 1987 começou a ser construído o centro de lançamento de foguetes de Alcântara.

Desafios da modernização

A partir dos anos 1960 e 1970, a economia do Maranhão ganha impulso. São feitos investimentos nos setores de agropecuária e de extrativismo

vegetal e mineral, estimulados pelos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Grandes projetos de criação de gado, de plantação de soja e arroz e de extração de minério de ferro, como o Projeto Carajás, trazem riqueza mas aumentam a concentração fundiária e, por consequência, as migrações, além de provocar devastação florestal. No fim dos anos 1970, quase a metade da formação original das matas de transição maranhense entre o cerrado e a floresta Amazônica já havia se perdido. Esses projetos econômicos também impulsionam disputas de terra e conflitos com a população indígena, causando tensão e violência. <http://www.brasilturbo.com.br/maranhao/historia.htm>

Economia



São Luís, centro financeiro do estado

A economia maranhense foi uma das mais prósperas do país até a metade do século XIX. Mas após o fim da Guerra Civil Americana, quando perdeu espaço na exportação de algodão, o estado entrou em colapso, agravado pelo abandono gerado pelos governos imperial e republicano; somente após o final da década de 1960 no século XX o estado passou a receber incentivos e saiu do isolamento, com ligações férreas e rodoviárias com outras regiões. A inauguração do Porto do Itaqui, em São Luís, um dos mais profundos e movimentados do país, serviu para escoar a produção industrial e de minério de ferro vinda de trem da Serra dos Carajás, atividade explorada pela Vale. A estratégica proximidade com os mercados europeus e norte-americanos fez do Porto uma atraente opção de exportação, mas padece de maior navegação de cabotagem. A economia estadual atualmente se baseia na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, mandioca, arroz, milho), na pecuária e nos serviços.

São Luís concentra grande parte do produto interno bruto do estado; a capital passa por um processo marcante de crescimento econômico, sediando mais de três universidades (duas públicas e uma privada), além de uma dezena de centros de ensino e faculdades particulares. A expansão imobiliária é visível, mas o custo de vida ainda é bastante elevado e a exclusão social acentuada. Há grande dependência de empregos públicos.

Setor primário

A agricultura e a pecuária são atividades importantes na economia do Maranhão, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do país. Afinal, o estado possui 640 km de litoral, o segundo maior do Brasil, que fornece produtos bastante utilizados na culinária regional, como o camarão, caranguejo e sururu.

O Maranhão aumentou a produção de grãos, em 2000, e teve significativo crescimento industrial, de acordo com a Sudene. Apesar disso, o estado está entre os mais pobres do país.

Setor terciário

O Maranhão, por ser localizado em um bioma de transição entre o sertão nordestino e a Amazônia, apresenta ao visitante uma mescla de ecossistemas somente comparada, no Brasil, com a do Pantanal Mato-Grossense. Possui mais de 640 km de litoral, sendo, portanto, o estado com o segundo maior litoral brasileiro, superado apenas pela Bahia. O

turismo praticado nele pode ser classificado em dois tipos: turismo ecológico e turismo cultural/religioso.

O Maranhão tem o privilégio de possuir, devido a exuberante mistura de aspectos da geografia, a maior diversidade de ecossistemas de todo o País. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

O Polo turístico de São Luís, localizado na ilha Upaon-Açu, que abrange os municípios que compõem a Ilha, a capital São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, e a cidade Monumento de Alcântara.

O Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão, envolve os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Seu maior atrativo é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, belo e intrigante fenômeno da natureza, um paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma área de 160 046 hectares de cerrado localizado no Sudoeste Maranhense. Possui cachoeiras, trilhas ecológicas em cavernas e desfiladeiros, *rappel*, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e rios de águas cristalinas. As principais cidades do polo são Imperatriz, Carolina e Riachão.



Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, em Imperatriz

O Delta do Parnaíba é o terceiro maior delta oceânico do mundo. Raro fenômeno da natureza que ocorre também no rio Nilo, na África, e Mekong, no Vietnã. Sua configuração se assemelha a uma mão aberta, onde os dedos representariam os principais afluentes do Parnaíba, que se ramificam formando um grandioso santuário ecológico. Rios, flora, fauna, dunas de areias alvas, banhos em lagoas e de mar são alguns atrativos que o lugar oferece. Localizado a nordeste do estado, na divisa com o Piauí. Envolve a região sob influência do Delta do Rio Parnaíba, que tem setenta por cento da sua área no Maranhão. Tutoia, Paulino Neves e Araisos são os principais municípios. Deste último, partem excursões turísticas para o delta.

O polo da Floresta dos Guarás fica na parte amazônica do Maranhão, no litoral ocidental do estado. Incluído como Pólo ecoturístico por excelência, envolve os municípios de Cedral, Mirinzal, Cururupu, Guimarães e Porto Rico do Maranhão, entre outros. Seu nome deve-se à bela ave de plumagem vermelha, comum na região. O lugar, que conta com incríveis atrativos naturais e culturais, destaca-se como um santuário ecológico, formado por baías e estuários onde os rios deságuam em meio a manguezais. Entre os maiores atrativos turísticos deste polo, está a Ilha dos Lençóis, em Cururupu. Outros atrativos: praias de Caçacueira, São Lucas e Mangunça; Parcel de Manuel Luís, um banco de corais ao alcance

apenas de mergulhadores profissionais; estaleiros, onde os mestres constroem embarcações típicas do Maranhão, inteiramente artesanais; pássaros como guarás, garças, colhereiros e marrecos.

Demografia

O Maranhão possui 217 municípios distribuídos em uma área de 331.983,293 km², sendo o oitavo maior estado do Brasil, um pouco menor que a Alemanha. Sua população estimada em 2007 é de 6.118.995 habitantes, sendo o décimo estado mais populoso do país, com população superior à da Jordânia.

Cerca de setenta por cento dos maranhenses vivem em áreas urbanas. O Maranhão possui 18,43 habitantes por km², sendo o décimo sexto na lista de estados brasileiros por densidade demográfica.

Indicadores sociais

O Maranhão é um dos estados mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,683, comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao de Alagoas na lista dos estados brasileiros por IDH. O estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil, também superior apenas à de Alagoas.

Segundo o livro *Honoráveis Bandidos*, a família Sarney, através do seu envolvimento na política, fez com que o estado empobrecesse e as pessoas migrassem da região.

Deficit habitacional

De acordo com um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2007, o Maranhão é o estado com o maior *deficit* habitacional relativo do país. O Maranhão apresenta um índice de 38,1 por cento (que equivale ao número de imóveis existentes, dividido pelo de moradias necessárias para suprir a demanda da população). Em termos absolutos, o *deficit* no estado chega a 570 606 unidades, o quinto maior do país. O *deficit* maranhense representa 7,14 por cento do *deficit* absoluto total brasileiro, estimado em 7 984 057. A média maranhense é quase três vezes maior do que a nacional, de 14,6 por cento. Para a Fundação Getúlio Vargas, as causas do *deficit* no estado estariam relacionadas à má distribuição de renda, à inadimplência do estado e Municípios e à política aplicada no setor. O então secretário-adjunto da Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura, Heraldo Marinelli, contestou parte dessas causas. Para ele, o *deficit* "não tem correlação com a falta de políticas ao setor e com a inadimplência de estado e municípios" e também influenciaria o "processo histórico de concentração de renda" no estado.

Educação

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009, o Maranhão possui o maior número de crianças entre oito e nove anos de idade analfabetas no país. Quase quarenta por cento das crianças do estado nessa faixa etária não sabem ler e escrever, enquanto que a média nacional é de 11,5 por cento. Os dados do instituto, porém, não oferecem um diagnóstico completo da situação, pois se baseiam somente na informação de pais sobre se seus filhos sabem ler e escrever um bilhete simples. Em 2006, os alunos do Maranhão obtiveram a quarta pior nota na prova do Exame Nacional do Ensino Médio de língua portuguesa. Em 2007, obtiveram a sétima pior, que foi mantida na avaliação de 2008. Na redação, os alunos se saíram um pouco melhor, apresentando a sexta pior nota em 2006 e subindo seis posições em 2007.

Mortalidade infantil

O Maranhão apresenta o segundo maior índice de mortalidade infantil do Brasil, inferior apenas ao de Alagoas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de cada mil nascidos no Maranhão por ano, 39 não sobreviverão ao primeiro ano de vida. Vários fatores contribuem para o alto índice de mortalidade infantil no estado: dentre eles, o fato de que apenas metade da população tem acesso à rede de esgoto e o de que quase quarenta por cento da população não tem acesso a água tratada.

Etnias

O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do país, o que pode ser demonstrado pelo número de 68,8% de pardos autodeclarados ao

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resultado da grande concentração de escravos indígenas e africanos nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão; os grupos indígenas remanescentes e predominantes são dos grupos linguísticos macro-jê e macro-tupi. No tronco macro-Jê, destaca-se a família jê, com povos falantes da língua Timbira (Mehim), Kanela (Apanyekra e Ramkokamekra), Krikati, Gavião (Pukobyê), Kokuiregatejê, Timbira do Pindaré e Krejê. No Tronco macro-tupi, a família tupi-guarani, com os povos falantes das línguas tenetehára: Guajajara, Tembê e Urubu-Kaapor, além dos Awá-Guajá e de um pequeno grupo guarani, concentrados principalmente na pré-Amazônia, no Alto Mearim e na região de Barra do Corda e Grajaú.

Houve forte tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX, que trouxe milhares de negros da Costa da Mina e da Guiné, mais precisamente do Benin, antigo Daomé, Gana e Togo, mas também em levadas não menos importantes de africanos do Congo, Cabinda e Angola. Muitas das tradições maranhenses têm a forte marca das culturas africanas: culinária (Arroz de Cuxá), religião (Tambor de Mina e Terecô), festas (Bumba-Meu-Boi e Tambor de Crioula) e músicas (Reggae). Atualmente, o Maranhão conta muitas comunidades quilombolas em toda região da Baixada, rio Itapecuru e Mearim.

A população branca, 24,9 por cento, é quase exclusivamente composta de descendentes de portugueses, dada a pequena migração de outros europeus para a região. Ainda no início do século XX a maior parte dos imigrantes portugueses era oriunda dos Açores e da região de Trás-os-Montes. Também no século XX, vieram contingentes significativos de sírios e libaneses, refugiados do desmonte do Império Otomano e que hoje têm grande e tradicional presença no estado. A proximidade com a cultura portuguesa e o isolamento do estado até a metade do século XX gerou aqui um sotaque próprio e ainda bastante similar ao português falado em Portugal, praticando os maranhenses uma conjugação verbal e pronominal vizinha àquela lusitana.

Infraestrutura

A população de grande parte do estado ainda sofre com problemas de saneamento básico e de desnutrição infantil. O Maranhão apresenta altos índices de desnutrição entre as crianças de zero a cinco anos, de acordo com levantamento do Fundo da Nações Unidas para a Infância feito em 1999.

Energia

O estado conta com um eficiente sistema de abastecimento de energia, através da Subestação da Eletronorte instalada no Distrito Industrial do Município de Imperatriz, além de estar bastante próxima das hidroelétricas de Estreito (1 328 megawatts) e de Serra Quebrada.

A concessionária de energia elétrica que cobre o Maranhão é a Companhia Energética do Maranhão.

Transporte



Aeroporto Internacional de São Luís

Aeroportos

- Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado (São Luís)

- Base Aérea de Alcântara
- Aeroporto Prefeito Renato Moreira (Imperatriz)
- Aeroporto de Bacabal (Bacabal)
- Aeroporto Regional João Silva (Santa Inês)

Portos

- Porto do Itaqui
- Terminal Marítimo Ponta da Madeira
- Cajupe (Terminal de ferry-boat)
- Porto da Alumar

Terminal Rodoviário

- Terminal Rodoviário de São Luís

Rodovias

- Rodovia Belém-Brasília
- Rodovia Transamazônica (BR-230)
- BR-135
- BR-316
- BR-222

Ferrovias

- Estrada de Ferro Carajás (EFC)
- Superintendência Reg. Recife (SR 1)

Cultura

- Pindaré Mirim: o município de Pindaré é um município rico em cultura, conhecido como berço da cultura maranhense. Traz, no período junino, a festividade dos seus arraiais, com apresentações de várias atrações folclóricas. O principal foco dos pindareenses é o bumba meu boi: durante esse período, nos quatro cantos da cidade ouvem-se as batucadas dos tambores que aquecem-se até amanhecer o dia. Em Pindaré, existe um grupo folclórico que faz alusão a essa cultura oriunda do bumba meu boi. O Grupo Upaon-Açú é o principal grupo da região que exerce essa cultura no estado. São muito conhecidos pelo figurino apresentado durante suas danças, com roupas total e artesanalmente confeccionadas e cheias de riquezas nas suas combinações. O fundador do grupo, o Senhor Lobo da Cultura, como é conhecido, é um dos principais artesãos do grupo e cantor e compositor das toadas do bumba meu boi.

Culinária

A cozinha maranhense sofreu influência francesa.[carece fontes?] portuguesa, africana e indígena. O tempero é diferenciado fazendo uso de ingredientes como cheiro-verde (coentro e cebolinha verde), cominho em pó e pimenta-do-reino. No Maranhão, é marcante a presença de peixes e frutos do mar como camarão, sururu, caranguejo, siris, pescada, robalo, tainha, curimatá, mero, surubim e outros peixes de água doce e salgada. Além de consumir outros pratos como sarabulho, dobradinha, mocotó, carne-de-sol, galinha ao molho pardo, todos acompanhados de farinha d'água. Da farta cozinha maranhense, destaca-se o arroz de cuxá, símbolo da culinária do Maranhão, feito com uma mistura de gergelim, farinha seca, camarão seco, pimenta-de-cheiro e o ingrediente especial - a vinagreira (hortaliça de origem africana muito comum no Maranhão).

Dentre os bolos consumidos pelos maranhenses, podem ser destacados o bolo de macaxeira e o de tapioca. As sobremesas típicas da mesa maranhense são os doces portugueses e uma infinidade de doces, pudins e sorvetes feitos de frutas nativas como bacuri, buriti, murici, jenipapo, tamarindo, caju, cupuaçu, jaca etc.

A juçara (ou açai) é muito apreciada pelos maranhenses, consumida com farinha, camarão, peixe, carne-de-sol ou mesmo na forma de suco, sorvete e pudim. Dada a importância da juçara na cultura maranhense, é realizada anualmente a Festa da Juçara.

A panelada, um cozido preparado a partir das vísceras da vaca, é popular em Imperatriz, segunda maior cidade no interior do estado, é oferecida em diversos pontos da cidade.

Pontos turísticos

Na capital maranhense, patrimônio cultural da humanidade, encontramos a maior parte dos valores históricos do estado. Com mais de 3 500 imóveis dos séculos XVIII e XIX, é referência no Brasil em termos de arquitetura colonial brasileira, principalmente nas fachadas das casas do

Centro Histórico de São Luís. A uma hora de barco, saindo da capital, podemos encontrar Alcântara, outro ponto de referência histórico/arquitetônico do estado.



Prefeitura e Câmara Municipal de Alcântara

No que se refere a turismo religioso, o Maranhão possui três eventos importantes. Um deles acontece em Junho, na capital maranhense, onde são feitas festas em homenagem a Santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal. Já em Alcântara, no segundo domingo de agosto, acontece a festa de São Benedito. Também lá, em maio, acontece a Festa do Divino, o mais badalado evento profano-religioso do Estado.

Principais municípios turísticos

O Centro Histórico de São Luís foi tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

- São Luís. É rica em manifestações culturais, como: o bumba meu boi, tambor de crioula, caxiá, dança portuguesa, quadrilhas juninas, reggae e outras. Possui o maior conjunto arquitetônico de azulejos portugueses da América Latina. Possui uma vasta área de praias de água salgada. Possui uma culinária peculiar da cidade, como: o cuxá, o arroz de cuxá, o peixe frito e a famosa torta de camarão. A cidade possui uma vida noturna muito movimentada, possuindo muitos bares, restaurantes, clubes de festas, teatros, cinemas e muitos shows de artistas locais, nacionais e internacionais. A vida noturna ocorre todos os dias da semana. É uma cidade com muitas opções de lazer e divertimentos.

- Alcântara. É uma cidade histórica. Tem como principal atração a festa do Divino Espírito Santo no mês de maio. A base de lançamento de foguetes está localizada nesse município. Possui muitos prédios em ruínas que foram tombados pelo Patrimônio Histórico Estadual.

- Barreirinhas. É o município portal dos lençóis maranhenses. Possui um grande rio chamado Preguiças que é uma das atrações do município. Possui vários bares, restaurantes e hotéis de ótimas qualidades que recebem os milhares de turistas que vêm conhecer os lençóis.

- Pindaré Mirim. Conhecido como berço da cultura maranhense, Pindaré Mirim traz, no período junino, a festividade dos seus arraiais, com apresentações de várias atrações folclóricas, mas o principal foco dos pindarenses e turistas é o bumba meu boi. Durante esse período, nos quatro cantos da cidade ouvem-se as batucadas dos tambores que aquecem-se até o amanhecer o dia com as danças.

- Carolina. Tem, como atrações, as cachoeiras e o Parque Nacional da Chapada das Mesas. Está na região das Águas Maranhenses. As principais cachoeiras turísticas são Pedra Caída e Itapecuruzinho. A cidade possui, também, importância histórica, pois suas ruas são todas calçadas de pedra-sabão, possuindo também um conjunto de casario colonial.

- Caxias. É conhecida como a Princesa do Sertão Maranhense. No passado, concorria de perto com a capital São Luís em termos de economia. Atualmente, possui uma economia modesta. A principal atração turística é o balneário Veneza, que é um local de rio.

- São José de Ribamar. É um município da Ilha de São Luís. É uma cidade balneária de águas salgadas. Possui, como atrações: a Procissão de São José no mês de setembro, o lava-pratos (o carnaval fora de época mais antigo do Brasil), que acontece no domingo seguinte do domingo de carnaval e o lava-boi que acontece no mês de julho. A cidade é conhecida pela culinária do peixe frito nos bares e restaurantes.

- Raposa. É um município da Ilha de São Luís. Destaca-se por suas praias. Possui um comércio de rendas (toalhas, colchas, cobertores etc.) feitas por mulheres de ascendência cearense. Possui muitos bares que servem peixes. Ultimamente, o município tem se destacado nas pequenas dunas existentes, chamadas de fronhas maranhenses. Estas fronhas estão localizadas principalmente na Ilha de Carimã. A cidade oferece passeios de barcos, banhos em rios e passeio em trilhas.

- Pinheiro. É conhecida como a Princesa da Baixada Maranhense por ser a mais bonita dessa região. Possui, como atrações turísticas, os campos onde ficam os búfalos. Esses campos são pântanos, por essa razão é também conhecida como a Cidade do Pantanal Maranhense.

- São Bento. É conhecida por seus campos (regiões alagadas onde podem ser observadas inúmeras espécies de aves), pelo seu artesanato (redes e confecções feitas a partir do babaçu), pelas manifestações culturais nos períodos juninos, além dos festejos religiosos que acontecem durante o ano.

- São João dos Patos. Tem um dos melhores carnavais do estado. Cidade festeira, destacando eventos como Exposertão em maio, Festejos de São João e São Francisco e Patos Folia em julho (considerada a melhor micareta do interior).

Órgãos maranhenses

- Tribunal de Justiça do Maranhão
- Tribunal Regional do Trabalho da 16a Região
- Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Estadual do Maranhão
- Instituto Federal do Maranhão
- Centro Universitário do Maranhão
- CAEMA- Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
- CEMAR- Companhia Energética do Maranhão
- Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão- DETRAN-MA
- ETEMA- Escola Técnica Estadual do Maranhão

Deputado faz um alerta - 24/08/2009 às 19:46h

"Indicadores sociais do Maranhão é uma triste realidade", diz Dino

O deputado fez um alerta para indicadores sociais no Estado: "é uma ameaça ao nosso futuro

O deputado Flávio Dino (PCdoB) chamou hoje, na Câmara Federal, atenção para o levantamento feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) sobre o Desenvolvimento Municipal, em que o Maranhão aparece com os piores indicadores sociais brasileiros, à frente somente do estado de Alagoas.

"Essa triste realidade deve ser exposta, debatida e politicamente enfrentada, para que seus efeitos, já sofridos por várias gerações, não permaneçam pairando como uma ameaça ao nosso futuro, como se estivéssemos eternamente condenados a repetir o passado. Falei do futuro, e por isso inicio minha análise pela educação, requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável", disse Flávio Dino.

Ele lembrou que em 1982, há menos de três décadas, 47% das crianças brasileiras de 8 a 9 anos de idade eram analfabetas. Segundo o deputado, os esforços para mudar essa situação já deram resultados,

embora ainda se necessite de avanços, pois o Brasil chegou a 2007, com 11% das crianças de 8 e 9 anos analfabetas.

“No Nordeste, entretanto, o problema é ainda mais grave, atingindo 23% das crianças de 8 e 9 anos. No Maranhão está o pior índice do país, com 38% das crianças de 8 e 9 anos analfabetas. Sem razoável compreensão de textos simples, é claro, bastante claro, que essas crianças acabarão enfrentando enormes dificuldades no aprendizado e na futura inserção no mundo do trabalho”, complementou Flávio Dino.

Ele acrescentou que os dados sobre percentuais da população em idade escolar que frequenta a escola não são muito diferentes no Maranhão e na média nacional, mas ao examinar o percentual de alunos que aprenderam o que era esperado em cada série, o desequilíbrio assusta.

“Apenas a título de exemplo, na quarta série do ensino fundamental, 27% dos alunos em todo o país aprenderam o que era esperado em língua portuguesa — apenas 27%! No Maranhão o percentual é de 16%. Em matemática, 23% dos nossos meninos na quarta série aprenderam o que é esperado para esse nível de escolaridade. No Maranhão, apenas 12%. Isso significa que as estatísticas nacionais, que já são preocupantes, no Maranhão, chegam a ser 3 vezes piores que as verificadas no panorama nacional”, destacou o parlamentar.

Flávio Dino disse que em todo o Brasil, 45% dos jovens de 19 anos concluíram o ensino médio. No Maranhão, menos ainda, apenas 25%. “Quanto aos jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental, a taxa nacional é de 60%. A do Maranhão é de 40%. Os indicadores da educação básica, portanto, demonstram pouco aproveitamento da aprendizagem, baixa qualidade e baixíssimas taxas de conclusão, principalmente em face da defasagem idade/série”, pontuou.

Ele enfatizou que os problemas nessa área não são isolados, pois integram uma realidade econômica, social e cultural que transparece em diversos outros campos de análise. “O IDH do Maranhão em 2000 era o pior entre os estados brasileiros. Cinco anos mais tarde, havíamos avançado uma posição, superando o de Alagoas, uma pequena margem, resultado agora confirmado pelo índice medido”, declarou.

Com informações da Agência Câmara

MA avança nos indicadores sociais, mas continua com problemas de miséria

Publicação: 26/07/2011 19:18

Existe uma grande concentração de miseráveis nos estados do Nordeste. As últimas pesquisas apontam que o estado do Maranhão ainda é a federação que tem maior parcela da população vivendo com até R\$ 70 mensais. O dado veio através do último censo brasileiro e revela que 1,7 milhão de pessoas vivem na extrema pobreza, o que representa 25% dos 6,5 milhões de maranhenses.

Por outro lado, o estado trabalha para diminuir os índices. Na última década foram retiradas cerca de 600 mil pessoas da pobreza extrema. A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, revelou que está investindo em infraestrutura para desenvolver o estado.

Brasil Sem Miséria

O Governo Federal lançou nesta segunda-feira (25) o plano Brasil Sem Miséria - etapa Nordeste. O evento foi sediado em Arapiraca, Alagoas, e prevê a retirada de 9,6 milhões de nordestinos da extrema pobreza, inclusive no Maranhão.

Problemas

A pobreza é evidenciada pela infraestrutura deficiente. O esgotamento sanitário, por exemplo, cobre só 12% dos domicílios e a coleta de lixo alcança só 25% deles.

O desenvolvimento econômico do Maranhão se sustentou em atividades concentradoras de riqueza, por isso os baixos níveis de renda, avaliaram especialistas. As bases são o agronegócio (baseado na soja), a pecuária bovina e a indústria de ferro.

Os pesquisadores avaliam que a melhoria de renda obtida na última década deve-se, em boa parte, às políticas do Governo Federal, como as transferências de renda e os ganhos do salário mínimo.

A retomada do crescimento maranhense após uma estagnação na década de 90 também ajudou. O PIB estadual cresceu a altas taxas, mas a distribuição dessa riqueza é o principal gargalo.

Informalidade

Dados de 2009 do IBGE mostram que 45% dos trabalhadores maranhenses são informais ou não têm a carteira de trabalho assinada.

O agronegócio ocupa quase o dobro do espaço da agricultura familiar: 8,4 milhões de hectares contra 4,5 milhões de hectares, respectivamente, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006). No entanto, a agricultura familiar é a fonte de renda de 850 mil pessoas, enquanto o agronegócio emprega apenas 133 mil.

Tampouco a indústria é intensiva em mão de obra: são 332 mil empregados, de acordo com a Federação das Indústrias do Maranhão.

O resultado desse cenário todo é que, dos 20 municípios com menor renda média do Brasil, 14 são maranhenses. No Estado, o rendimento médio mensal domiciliar, por pessoa, é de R\$ 404,99, o menor do Brasil.

Herança

A pobreza também é uma herança histórica: existem 527 comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão, totalizando 1,3 milhão de pessoas, e 35 mil indígenas. Os quilombolas ainda lutam pela posse de seus territórios, mas é um processo demorado no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Selma

<http://www.oimparcial.com.br/>

Governo e União debatem integração de ações para o combate à pobreza extrema

A integração das ações de combate à pobreza extrema no Maranhão realizada pelo Governo do Estado, alinhado ao Governo Federal, prevista no Programa Brasil sem Miséria, foi discutida nesta terça-feira (23) em reunião, no Palácio dos Leões, com participação do secretário Nacional Extraordinário de Superação da Extrema Pobreza, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tiago Falcão. O encontro foi coordenado pelos secretários Luis Fernando Silva (Casa Civil) e Fernando Fialho (Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar).

Na pauta da reunião, o aprimoramento do Bolsa Família no estado, as questões relativas à inserção produtiva, qualificação profissional, apoio e atendimento à agricultura familiar e o acesso a serviços. Tiago Falcão elogiou as ações do governo estadual nessa área e contou que veio ao Maranhão conhecer a experiência do Estado, a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar e os programas do governo para poder aprofundar a integração com o Governo Federal.

“Esta reunião está sendo um momento muito interessante para alinharmos as nossas iniciativas e trabalharmos de forma conjunta para superar a extrema pobreza no estado do Maranhão. Há uma grande convergência dos programas dos governos estadual e federal. O Maranhão é um estado prioritário para o Governo Federal e sairemos daqui com as ações bem alinhadas”, disse Tiago Falcão.

O foco da reunião foram os três eixos do plano de combate à pobreza: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. Luis Fernando Silva disse estar muito satisfeito com o elogio feito pelo secretário Tiago Falcão sobre o programa elaborado pelo Governo do Estado. “A governadora Roseana Sarney criou uma secretaria que reúne todos os instrumentos e recursos que o Estado tem para focar diretamente na inclusão produtiva, ou seja, garantir vida mais digna a um milhão de pessoas que estão na zona rural precisando deste apoio e a 700 mil pessoas que estão na zona urbana também precisando deste apoio”, disse Luis Fernando.

Ele contou que o Maranhão tem reduzido em 3% ao ano a proporção da população extremamente pobre, mas que a governadora Roseana Sarney quer mais do que isso. “Ela quer uma taxa maior de redução para que em 2015 a gente tenha uma proporção de pelo menos um dígito. Vamos sair de 10% a 20%, para 9%”, completou o secretário.

Para alcançar esse objetivo o governo tem, segundo informou Luis Fernando Silva, também a mobilização dos prefeitos e lideranças comunitárias. Todos trabalhando para que o Maranhão seja uma referência na estratégia de redução da pobreza extrema e da inclusão produtiva de todos os maranhenses.

Eixos

Dentro do eixo de garantia de renda foram analisados os dados e as informações relativas ao Bolsa Família no estado e verificada a possibilidade de aprimoramento do programa. No eixo de inclusão produtiva, foram tratadas as questões relativas à qualificação profissional no âmbito urbano e da assistência técnica rural e as possibilidades de crédito tanto no campo quanto na cidade. No eixo de acesso a serviços, o aprimoramento de acesso aos programas de educação, saúde e assistência social.

O secretário Fernando Fialho disse que a integração das ações garantirá mais celeridade e melhores resultados ao programa no Maranhão. Ele observou que o Governo Federal enxergou que o Maranhão tomou uma providência efetiva no sentido de concentrar as ações e acelerar o processo de redução da pobreza extrema.

“Em função disso estamos recebendo a visita do doutor Tiago Falcão, que vem para observar e para trazer informações a respeito de todos os programas e de como podemos dar celeridade à captação de recursos que estão disponíveis dentro do Governo Federal para aplicarmos aqui e intensificarmos esse processo de combate à pobreza no Maranhão”, observou, Fernando Fialho.

Participaram ainda da reunião, que foi realizada durante toda a manhã, os assessores da Sedes, Jadson Lago, Maria do Socorro Haickel, Expedito Moraes e Paulo Roberto Lopes.

Fonte: <http://www.ma.gov.br>

São Luís (Maranhão)

São Luís é um município e a capital do estado do Maranhão, no Brasil. É a única cidade brasileira fundada por franceses, no dia 8 de setembro de 1612[8], tendo sido posteriormente invadida por holandeses[9]. Em seguida, foi colonizada pelos portugueses. Localiza-se na ilha de Upaon-Açu, no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar. Em 1621, quando o Brasil foi dividido em duas unidades administrativas — Estado do Maranhão e Estado do Brasil — São Luís foi a capital da primeira unidade administrativa.

A capital maranhense tem um desenvolvido setor industrial por conta de grandes corporações e empresas de diversos áreas que se instalaram na cidade pela sua privilegiada posição geográfica entre as regiões Norte e Nordeste do país, seu litoral estrategicamente localizado bem mais próximo de grandes centros importadores de produtos brasileiros como Europa e Estados Unidos, o que permite economia de combustíveis e redução no prazo de entrega de mercadorias provenientes do Brasil pelo Porto de Itaqui[10] que é o segundo mais profundo do mundo e um dos mais movimentados, sofisticados e bem estruturados para o comércio exterior no Brasil.[11]

A cidade está ligada ao interior do estado por meio de uma linha férrea e também aos estados vizinhos do Pará, Tocantins e Piauí o que facilita e barateia a escoação agrícola vinda do interior do país para o porto de Itaqui, sendo que, com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, a cidade vai estar interligada a todas as regiões brasileiras por ferrovias. Por rodovia, a ilha já é servida pela BR-135, que a liga ao continente e, por ar, conta com o Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado[12], com capacidade de atender mais de um milhão de passageiros por ano e que já opera com demanda quase saturada pelo movimento intenso de passageiros não somente da cidade de São Luís, mas também por servir como porta de entrada por ser o maior e mais movimentado aeroporto próximo ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses[13].[14]

O clima em São Luís é tropical e semiúmido. Isso se deve ao fato de a cidade estar localizada próxima a Zona de Convergência Intertropical. A cidade apresenta grande quantidade de coqueiros e muita vegetação litorânea. Há pequenas áreas de Floresta Amazônica que resistiram ao processo de urbanização da cidade, todas protegidas por parques

ambientais[15]. Pequenos rios nascem na cidade: entre eles, o Rio Bacanga é o mais importante pois é muito útil para a pesca[16].

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística contou a população em 1 014 837, o que a torna o décimo-quinto município mais populoso do Brasil entre os 5 565 municípios brasileiros, 13° entre as capitais, 4° da Região Nordeste do Brasil e 1° do Maranhão.[17]. Sua área é de 831,7 km², e desse total 157,5656 km² estão em perímetro urbano.[18]. O município faz parte da Mesorregião do Norte Maranhense e da Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, localizadas a norte do estado do Maranhão. O Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,778, alto se comparado ao índice de desenvolvimento humano do Maranhão.[19]

Etimologia

O nome da cidade é uma homenagem dada pelos franceses ao rei da França Luís IX, também chamado de "São Luís". O rei Luís IX ficou popular porque, durante seu reinado, a França teve um excepcional poder político, econômico, militar e cultural, no chamado "século de ouro de São Luís". Houve um grande desenvolvimento da justiça real, passando o monarca a representar o juiz supremo. Assim, os franceses, em homenagem a este rei, nomearam "São Luís" a nova cidade francesa.[20]

História

A capital maranhense, lembrada hoje pelo enorme casario de arquitetura portuguesa, no início abrigava apenas ocas de madeira e palha e uma paisagem quase intocada. Aqui, ficava a aldeia de Upaon-Açu, onde os índios tupinambás - entre 200 e 600, segundo cronistas franceses - viviam da agricultura de subsistência (pequenas plantações de mandioca e batata doce) e das ofertas da natureza, caçando, pescando, coletando frutas.[21] Nos arredores da atual cidade de São Luís, habitava a etnia indígena dos potiguaras[22].

Pré-história

Antes mesmo da chegada dos franceses, o lugar onde hoje está localizada a cidade de São Luís já era densamente habitado por povos indígenas. Atualmente, pesquisadores estão a procura de objetos arqueológicos provavelmente enterrados no Sambaqui do Bacanga, localizado no Parque Estadual do Bacanga. Os pesquisadores criaram trincheiras à procura de vestígios de novos artefatos que poderiam pertencer a populações pré-históricas. Querem também saber o perfil sócio-cultural dos humanos que habitaram essa região. Esses objetos provavelmente pertenciam a populações pescadoras-coletoras-caçadoras-ceramistas pré-históricas que viviam no sambaqui do Bacanga. A descoberta poderá ser muito importante, pois acredita-se que as populações que viviam na Amazônia migraram para a Região Nordeste do Brasil.[23]

O sambaqui do Bacanga localiza-se no Norte do Maranhão, na região centro-oeste da ilha de São Luís. Suas coordenadas geográficas: S 02°34'41.8" W 044°16'50.4" [23]

Primeira tentativa de povoamento português



São Luís Rei da França, pintura de El Greco

Em 1535, a divisão do país em capitanias hereditárias deu ao tesoureiro João de Barros a primeira oportunidade de colonizar a região.

Na década de 1550, foi fundada a cidade de Nazaré, provavelmente onde hoje é São Luís, que acabou sendo abandonada devido à resistência dos índios e a dificuldade de acesso à ilha.[21]

Invasão Francesa

Daniel de La Touche[24][25], conhecido como Senhor de La Ravardière, acompanhado de cerca de 500 homens vindos das cidades francesas de Cancale e Saint-Malo, chegou à região em 1612 para fundar a França Equinocial e realizar o sonho francês de se instalar na região dos trópicos. Uma missa rezada por capuchinhos e a construção de um forte nomeado de *Saint-Louis* ("São Luís"), em homenagem prestada a Luís IX patrono da França, e ao rei francês da época Luís XIII[26], marcaram a data de fundação da nova cidade: 8 de Setembro. Logo se aliaram aos índios, que foram fiéis companheiros na batalha contra portugueses vindos de Pernambuco decididos a reconquistar o território, o que acabou por acontecer alguns anos depois.[27][28]

Comandada por Alexandre de Moura, a tropa lusitana expulsou os franceses em 1615 e Jerônimo de Albuquerque foi destacado para comandar a cidade. Açorianos chegaram à cidade em 1620 e a plantação da cana para produção de açúcar e aguardente tornou-se então a principal atividade econômica na região. Os índios foram usados como mão-de-obra na lavoura. A produção foi pequena durante todo o século XVII e, como praticamente não circulava dinheiro na região, os excedentes eram trocados por produtos vindos do Pará, Amazônia e Portugal. Rolos de pano eram um dos objetos valorizados na época, constando inclusive nos testamentos dos senhores mais abastados.[27][28]

Invasão holandesa

Por volta de 1641, aportou em São Luís uma esquadra holandesa[29] formada por 18 embarcações, com mais de mil militares, sob o comando do almirante Jan Cornelizoon Lichtardt e pelo coronel Koin Handerson. O principal objetivo dos holandeses seria a expansão da indústria açucareira na região. Antes da invasão em São Luís, os holandeses já haviam invadido grande parte do nordeste brasileiro e tomado outras cidades como Salvador, Recife e Olinda.[29]

Os holandeses investiram contra São Luís, amedrotaram os moradores o que fez a cidade ficar deserta. Foi feito prisioneiro o governador da cidade o fidalgo português Bento Maciel Parente e também foi hasteada a bandeira holandesa. A cidade toda foi saqueada, igrejas de templos foram roubados, cerca de cinco mil arrobas de açúcar foram roubados. Isso tudo resultou numa paralisação da economia maranhense. A produção da capitania era baseada na comercialização de tabaco, cravo, algodão, aguardente, açúcar, sal, azeite, couro, farinha de mandioca, baunilha entre outros produtos.[29]

Fim da Invasão holandesa

Após a expansão dos holandeses para o interior além da ilha de São Luís, foram em busca de controle sobre outros engenhos maranhenses. Os portugueses estavam insatisfeitos, então iniciaram em 1642 os movimentos de revolta e de mobilização para tentar expulsar os holandeses das terras maranhenses. Começou então uma guerrilha que durou cerca de três anos e em consequência causou a destruição da cidade de São Luís. Finalmente após uma violenta batalha que levou a morte de muitas pessoas, em 1644 os holandeses desocupam a cidade de São Luís.[29][30]

Expansão econômica

A criação da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão[31], em 1682, integrou a região ao grande sistema comercial mantido por Portugal. As plantações de cana, cacau e tabaco eram agora voltadas para exportação, tornando viável a compra de escravos africanos. A Companhia, de gestão privada, passou a administrar os negócios na região em substituição à Câmara Municipal. O alto preço fixado para produtos importados e discordâncias quanto ao modelo de produção, geraram conflitos nas elites que culminaram na Revolta de Beckman[32], considerada a primeira insurreição da colônia contra Portugal. O movimento foi prontamente reprimido pelas forças governistas.

Na segunda metade do século XVIII, devido à Guerra de Independência, os Estados Unidos interrompem sua produção de algodão e abrem espaço para que o Maranhão passe a fornecer a matéria-prima demandada pela Inglaterra[33]. Em 1755, é fundada a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará[34] e o porto de São Luís ganha enorme movimento de chegada e saída de produtos. Com a proibição do uso de escravos indígenas e o aumento das plantações, sobe muito o número de escravos negros.

Em 1780, foi construída a Praça do Comércio[35], na Praia Grande, que se tornou centro da ebulição econômica e cultural de São Luís. Tecidos, móveis, livros e produtos alimentícios, como o azeite português e a cerveja da Inglaterra, eram algumas das novidades vindas do velho continente.

O grande fluxo comercial de algodão, que chegou a fazer da capital maranhense a terceira cidade mais populosa do país (atrás apenas do Rio de Janeiro e Salvador), entrou em decadência no fim do século XIX, devido à recuperação da produção norte-americana e a abolição da escravatura. A produção agrícola foi aos poucos sendo suplantada pela indústria têxtil que, além de matéria-prima, encontrou mão de obra e mercado consumidor na região. A nova atividade colaborou para a expansão geográfica da cidade e surgimento de novos bairros na periferia.

Com a decadência da indústria têxtil, São Luís ficou isolada do resto do país, só voltando a se recuperar após a primeira metade do século XX, com a aplicação de grandes investimentos, como a construção da Estrada de Ferro Carajás e dos portos do Itaqui e Ponta da Madeira. Este último, de propriedade da Vale é o segundo terminal portuário mais profundo do mundo e pode lidar com navios que possuem calado de mais de 20 metros.

Educação

Se desde o final do século XVII novos elementos da civilização europeia já chegavam a São Luís por vias marítimas (com destaque para os religiosos carmelitas, jesuítas e franciscanos, que também passaram a educar a população), este processo de modernização aumentou no novo ciclo econômico, trazendo benefícios urbanos para a cidade. Durante o período pombalino (1755-1777), acontece a canalização da rede de água e esgotos e a construção de fontes pela cidade.[36]

Os filhos dos senhores eram enviados para estudar no exterior, enquanto na periferia da cidade, longe da repressão da polícia e das elites, os escravos fermentavam uma das culturas negras mais ricas do país. Entre as abastadas famílias de comerciantes estava a senhora Ana Jansen [37], conhecida por maltratar, torturar e até matar seus escravos.

Além de dar nome a uma lagoa que fica na parte nova da cidade, Ana Jansen é também lembrada através de uma lenda [38]: sua carruagem, puxada por cavalos brancos sem cabeça, estaria circulando ainda hoje pelas ruas escuras de São Luís.

Cultura

Faz parte do seu patrimônio cultural a riqueza de poemas e romances dos seus grandes escritores, tais como Aluísio de Azevedo, Gonçalves Dias, Graça Aranha, dentre outros, o que tornou a cidade conhecida como a Atenas Maranhense[39]. Além da literatura, os ritmos cadenciados transbordam alegria e sensualidade, através do tambor-de-crioula[40], do reggae [41] e do bumba-meu-boi[42].

Política

Poder municipal

O poder político em São Luís é representado pelo prefeito, vice-prefeito e secretários municipais. Para o prefeito criar alguma lei, é preciso a aprovação do Poder Legislativo, sendo este composto pela Câmara dos Vereadores. São símbolos oficiais da cidade o brasão, a bandeira e o hino.

O Palácio La Ravardière[43], sede do governo municipal (prefeitura), foi construído originalmente por volta de 1689, tendo sido Casa da Câmara e Cadeia. De fachada simétrica, em dois pavimentos, centrada por uma caitela, decorada com concha e folhas de acanto estilizado, dando idéia de pequeno frontão, todo em estuque. À frente, calçada de cantaria exhibe busto de bronze de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, esculpido por Bibiano Silva[44].

Poder estadual

A cidade também é a sede política e institucional do Governo do Estado do Maranhão, sendo o Palácio dos Leões o edifício-sede do governo. O Palácio, com origens no forte que deu origem à cidade no século XVII, é um dos símbolos culturais mais importantes da cidade.[45]

Eleitorado

São Luís conta com o maior colégio eleitoral do estado do Maranhão, seguida por Imperatriz, Caxias, Timon e Codó. Seu eleitorado total é de 668 817 eleitores em 2010. Pertence à Comarca de São Luís [46].

Justiça

São Luís é sede do Tribunal de Justiça do Estado[47], fundado em 1813. Também é sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT), com jurisdição sobre o Estado do Maranhão. A Capital sedia também o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) [48] e Tribunal de Contas do Estado [49], que apesar de não pertencer ao Poder Judiciário, pois constitucionalmente é um órgão vinculado ao Poder Legislativo, possui autonomia administrativa e financeira. Sua função é auxiliar o Legislativo e fiscalizar a aplicação do dinheiro público. São Luís também é sede da Procuradoria Geral de Justiça, da Procuradoria Geral do Estado e da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA)[50].

Geografia

O município de São Luís ocupa uma área de 828,01 km²[4] e ocupa uma área que representa 0,2492 por cento do estado do Maranhão[51], 0.0532 % da Região Nordeste[51] e 0.0097 % do território nacional[51]. Perímetro urbano de 96,27 %[51] e rural de 3,73 %[51]. A 2º ao Sul do Equador, nas coordenadas geográficas latitude S 2°31' longitude W 44°16', estando à 24 metros acima do nível do mar. Segundo este Censo 2010, a população jovem chegava a 63,87 por cento (555 709 habitantes) com idade inferior a 29 anos, destacando-se que 375 624 (40,17 por cento) menores de 19 anos.

O município ocupa mais da metade da ilha (57 por cento) e, conforme registros da Fundação Nacional de Saúde (1996), a população está distribuída em centro urbano com 122 bairros (que constituem a região semiurbana) e 122 povoados (que formam a zona rural). A cidade está dividida em 15 setores fiscais e 233 bairros, loteamentos e conjuntos residenciais.

Região metropolitana e municípios limítrofes

Limita-se com os municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa e com o oceano Atlântico [52]. É a maior cidade de todo o estado. Esta localizada na ilha de Upaon-açu (palavra indígena que significa "Ilha Grande") com área de 1 455,1 km² que contém outros municípios que limitam-se com São Luís, São José de Ribamar com área de 436,1 km², Paço do Lumiar área de 121,4 km² e Raposa com área de 63,9 km².[53]

Quatro ilhas pequenas pertencem à cidade de São Luís. São elas:

Tauá-Mirim: Ilha localizada entre os estreito dos Coqueiros e a Baía de São Marcos.[53][54]

Ilha do Medo: É uma ilha localizada a noroeste de São Luís, próxima a Praia do Amor.[53]

Tauá-Redondo[53]

Duas irmãs[53]

Clima

O clima de São Luís é tropical, quente e úmido [57]. A temperatura mínima na maior parte do ano fica entre 20 e 23 graus[57] e a máxima geralmente fica entre 29 e 32 graus. Apresenta duas estações distintas: a estação seca, de agosto a dezembro, e a estação chuvosa, de janeiro a julho. A média pluviométrica é de 2325 mm (CPTEC). A menor temperatura já registrada na cidade foi de 16 °C no mês de maio, e a temperatura máxima já registrada foi de 35 °C no mês de novembro. Fonte: CPTEC[57]

A capital maranhense encontra-se a altitude de quatro metros acima do nível do mar. Existem baixadas alagadas, praias extensas e dunas que formam a planície litorânea.[59]

A bacia de São Luís é composta por rochas sedimentares com formação na era cenozoica e apresenta vários tipos de minerais, o calcário é um encontrado em abundância.[60]

Os principais rios que cortam São Luís são o Bacanga, que atravessa o Parque Estadual do Bacanga[61][62], e o Anil, que divide a cidade moderna e o centro histórico. O rio Itapecuru abastece[63] a cidade, embora não passe pela ilha.

A hidrografia da região é formada pelos rios de Anil, Bacanga, Tibiri, Paciência, Maracanã, Calhau, Pimenta, Coqueiro e Cachorros. São rios pequenos que deságuam em diversas direções abrangendo dunas e praias. Sendo que o rio Anil com 12.63 km de extensão, e Bacanga com 233,84 km fluem para a Baía de São Marcos tendo em seus estuários áreas cobertas de mangues.[16]

A laguna da Jansen[64] (laguna, por existir saídas para o mar) é a principal e maior laguna da ilha, com seis mil metros quadrados de área.[64]

Praias

As praias de São Luís são dos pontos turísticos mais procuradas pelos turistas que visitam a cidade. As principais praias da capital maranhense são:

Praia Ponta d'Areia: é a mais visitada pela população e pelos turistas, devido ao fácil acesso. Encontra-se a apenas três quilômetros do centro da cidade.[66]

Praia de São Marcos: destaca-se por suas fortes ondas, e é bastante procurada por surfistas.[66]

Praia do Calhau: é uma das praias mais conhecidas da capital maranhense. Apresenta ondas fracas e dunas cobertas por vegetação.[66]

Praia Olho d'Água: localiza-se a 13 quilômetros do centro da cidade. É cercada por dunas e vegetação rasteira.[66]

Praia do Meio: localizada entre as praias de Olho D'água e Araçagi, possui águas límpidas e próprias para prática de kitesurf.[67]

Com exceção de alguns trechos da praia do Araçagi, nenhuma outra - Ponta d'Areia, Calhau, São Marcos e Olho d'Água - está em condições para banho. Principal causa: lançamento de esgotos não tratados. Em junho de 2009 as praias que estavam impróprias para o banho foram marcadas com placas de alerta, avisando os banhistas sobre a condição da qualidade da água em cada trecho.[68][69]

Fauna e Flora

A cidade de São Luís está localizada numa área de encontro de duas floras: a flora da amazônia e a flora nordestina. Isso faz com que a ilha de São Luís tenha uma flora muito diversa e rica em espécies. Na região litorânea da cidade (compreendendo quase toda ela) foram catalogadas 260 espécies de plantas adentradas em 76 famílias sendo que a família das

fabaceae (leguminosas) possui o maior número de espécies, são mais de 26 catalogadas. Dentre todas as regiões pesquisadas do Brasil, 125 espécies são exclusivas de São Luís.[70]

A vegetação da cidade é diversificada e, em sua maior parte, litorânea. Com grande número de coqueiros, São Luís conta também com uma quantidade considerável de manguezais. A cobertura vegetal original do município é um misto de floresta latifoliada, babaçual, vegetação de dunas, restinga e manguezal. Encontram-se parques ambientais por toda a capital maranhense, entre os quais, o Parque Estadual do Bacanga que guarda restílios de vegetação da Floresta Amazônica, totalmente preservado.[15]

Uma recente pesquisa (2007) comprovou a existência de mais de 28 espécies de Flebotomíneos, que são mosquitos transmissores da Leishmaniose na região metropolitana de São Luís principalmente nas áreas de preservação ambiental. Com a ocupação desordenada da população na região podem ocorrer surtos de leishmaniose na população.[15]

No Parque Botânico de São Luís encontram-se muitas espécies de vegetais e alguns animais que vivem no parque. Aniamis como o bicho-preguiça, Macaco-prego, o Macaco-capijuba, o Gato-maracajá, a Cutia, o Tatupeba, a Paca e o Tamanduá-mirim podem ser encontrados no parque.[71] | autor = FREIRE, Maria; MONTEIRO, Reinaldo; LIMA, Valmir. | publicado = INPA | ano = 1993 | acessodata = 6 de maio de 2011}}</ref>

Composição étnica

Como o resto do Brasil, São Luís possui, em sua composição, ancestralidades europeia, indígena e africana. De acordo com um estudo genético de 2005, a contribuição europeia atinge 42 por cento; a indígena, 39 por cento; e a africana, 19 por cento.[72]

Economia

A economia maranhense foi uma das mais prósperas do país até a metade do século XIX[73][74]. Todavia, após o fim da Guerra Civil dos Estados Unidos da América[75], quando perdeu espaço na exportação de algodão, o estado entrou em colapso[73]; somente após o final da década de 1960 no século XX o estado passou a receber incentivos e saiu do isolamento, com ligações férreas e rodoviárias com outras regiões[76].

No fim do século XVIII, o aumento da demanda internacional por algodão para atender as industrial têxtil inglesa aliado à redução da produção estadunidense por causa da Guerra da Independência dos Estados Unidos forneceram o cenário ideal para o estímulo da produção algodoeira no Maranhão. As companhias de navegação Southampton & Maranhão Company e Maranhão Shipping Company, de transporte marítimo a vapor, que realizavam o transporte do algodão dos estados da Geórgia e do Alabama, passaram a operar no eixo São Luís – Londres, levando a produção de Caxias e da Baixada Maranhense. Até o início do século XX, São Luís ainda exportava algodão para a Inglaterra por via marítima, através das linhas Red Cross Line e Booth Line (cuja rota se estendia até Iquitos) e da companhia Liverpool-Maranhão Shipping Company.[77]

Nesse período, a fase de ouro da economia maranhense, São Luís passou a viver uma efervescência cultural. A cidade, que se relacionava mais com as capitais europeias que as outras cidades brasileiras, foi a primeira a receber uma companhia italiana de ópera. Possuía calçamento e iluminação como poucas do país. Recebia semanalmente as últimas novidades da literatura francesa. As grandes fortunas algodoeiras e os comerciais locais enviavam seus filhos para estudar em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e, principalmente, Europa.[77]

A inauguração do Porto do Itaqui[78], em São Luís, atualmente o segundo em profundidade no mundo[78], ficando atrás apenas do de Roterdã, na Holanda[78], e um dos mais movimentados do país, serviu para escoar a produção industrial e de minério de ferro vinda de trem da Serra dos Carajás[78], atividade explorada pela Companhia Vale do Rio Doce. A estratégica proximidade com os mercados europeus e norte americanos fez do Porto uma atraente opção de exportação, mas padece de maior navegação de cabotagem[78].

A economia ludovicense baseia-se na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, turismo e nos serviços. São Luís possui o maior PIB do estado[79], sediando duas universidades públicas(UFMA e UEMA) e

vários centros de ensino e faculdades particulares. Segundo o último levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade de São Luís possui o produto interno bruto de 9 340 944 000 reais, sendo, assim, a 29ª economia nacional entre os mais de 5 560 municípios brasileiros e ocupando a 14ª posição entre as capitais.[7]

Estrutura urbana

São Luís é destaque em iluminação pública: 100 por cento da cidade é coberta por redes de iluminação, a cidade tem 50 por cento das ruas pavimentadas com disponibilidade de serviços de energia elétrica e 30 por cento das ruas têm drenagem urbana. 79 por cento dos domicílios ludovicenses são atendidos pela rede de abastecimento de esgoto, 43 por cento da população tem escoadouro sanitário, 69 por cento dos domicílios tem o lixo coletado por serviços de limpeza e há 261 589 telefones residenciais instalados na cidade.[80] Dados de 2000 indicam que São Luís possuía 202 231 domicílios conferido entre casas, apartamentos e cômodos. Desse total, 168 284 eram imóveis próprios distribuídos entre 746 607 moradores.

São Luís também possui muitos problemas, como engarrafamentos de trânsito, filas enormes em hospitais, praias poluídas, esgotos a céu aberto e buracos nas ruas entre outros problemas.[81] Com o grande crescimento da população o transporte público não esta sendo eficaz o que traz grandes transtornos à população.[82]

Transporte

O município conta com cinco terminais de integração (Praia Grande, São Cristovão, Cohab/Cohatrac, Cohama e Distrito industrial) que permite que o passageiro percorra toda a região metropolitana de ônibus pagando apenas uma passagem. A rede de linhas do SIT São Luís - Sistema Integrado de Transporte de São Luís - é baseada em dois tipos de linhas: as que fazem a integração bairro-terminal e as que integram o terminal ao centro da cidade ou ainda a outro terminal. Existem 21 empresas de ônibus em atuação na cidade, que detêm, conjuntamente, uma frota de cerca de 1 084 veículos e utilizam sistema de bilhetagem eletrônica. Com a conclusão do projeto de terminais de integração na administração de Tadeu Palácio, iniciou-se a última fase da reformulação do transporte coletivo de São Luís, a ampliação das linhas e da frota de veículos.[83][84]

O Aeroporto Internacional de São Luís possui terminal com capacidade para atender um milhão de passageiros por ano. Localizado a apenas 14 quilômetros do centro da cidade, oferece aos passageiros um restaurante, duas lanchonetes e lojinhas de souvenir. É servido por quatro companhias aéreas brasileiras, Azul, TAM, TRIP e Gol, com voos diários, partindo das principais capitais brasileiras.[85] Frota de Veículos na capital maranhense (dados do ano de 2008[86]):

Saúde

O município de São Luís conta com três estabelecimentos de saúde federais, 16 estaduais, 52 municipais e 212 privados.[87] Dentre os hospitais da cidade, merecem destaque:

Hospitais públicos: Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I); Hospital Municipal Clementino Moura (Socorrão II); Hospital Universitário - Unidade Materno Infantil; Hospital Universitário - Unidade Presidente Dutra; Hospital da Criança; Hospital Presidente Vargas; Hospital Carlos Macieira (atende apenas funcionários públicos estaduais); Hospital Infantil Juvêncio Matos;

Santa Casa e Hospital do Coração; Hospital Sarah (antes chamado Hospital Sarah Kubitschek); Maternidade Marly Sarney; Maternidade Benedito Leite e Hospital da Mulher.

Hospitais particulares: Hospital São Domingos; Hospital UDI; Hospital Aliança; Centro Médico; Hospital São Marcos; Hospital Português; Hospital Aldenora Belo (possui convênio com o SUS).

Educação

A capital maranhense possui uma grande quantidade de escolas públicas e particulares, universidades e faculdades, além de institutos federais. Dados de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[88] mostram que a cidade de São Luís possui 474[88] escolas de ensino fundamental, 400[88] escolas pré-escolas e 133[88] instituições de ensino médio.

As instituições de ensino da capital que merecem destaque são:

Instituições públicas de ensino superior

Universidade Federal do Maranhão[89]

Universidade Estadual do Maranhão[90]

Universidade Virtual do Maranhão[91]

Instituto Federal do Maranhão[92].

Instituições particulares de ensino superior

Centro Universitário do Maranhão[93]

Faculdade Santa Fé[94]

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)[95]

Faculdade Pitágoras do Maranhão (FACPITAGORAS)[96]

Faculdade do Estado do Maranhão (FACEM)[97]

Faculdade São Luís[98]

Faculdade Atenas Maranhense (FAMA)[99]

Faculdade Santa Terezinha (CEST)[100]

Faculdade do Maranhão (FACAM)[101]

Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESEMA)[102]

Universidade Vale do Acaraú (UVA-IDEM)[103]

Centro Universitário UNISEB COC[104]

Fundação Getúlio Vargas (FGV)[105]

Subdivisão

Oficialmente, São Luís esta dividido em dois distritos: São Luís e Anil.[106] A cidade esta dividida em 38 bairros, mas se contar as subdivisões dos bairros, palafitas, favelas, chegam a 96 e em alguns casos, ultrapassam mais de 100 bairros.[107]

Lazer e cultura

São Luís tem manifestações muito fortes como o bumba-meu-boi, festa de tradição afro-indígena que aflora na cidade nas festas do mês de junho. Além disso, possui o Tambor de Crioula, o Cacuriá, o "Tambor de Mina" (religião afro-brasileira, que tem na Casa Grande das Minas Jeje - fundada em meados do século XIX - seu mais importante terreiro, ou Querebetan). Estas manifestações acontecem no período das festas juninas.

No carnaval, a tradição de São Luís é um forte carnaval de rua, onde os blocos populares se misturam aos brincantes e às bandinhas tradicionais.

No fim do século XVIII, o aumento da demanda internacional por algodão para atender as industrial têxtil inglesa aliado à redução da produção norte americana por causa da Guerra de Independência nos Estados Unidos forneceram o cenário ideal para o estímulo da produção algodoeira no Maranhão.



Rua no Centro Histórico

Nesse período, a fase de ouro da economia maranhense, São Luís passou a viver uma efervescência cultural. A cidade, que se relacionava mais com as capitais europeias que as outras cidades brasileiras, foi a primeira a receber uma companhia italiana de ópera. Recebia semanalmente as últimas novidades da literatura francesa. As grandes fortunas algodoeiras e os comerciais locais enviavam seus filhos para estudar em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e, principalmente, Europa.

É nessa fase que São Luís passa a ser conhecida por "Atenas Brasileira". A denominação decorre do número de escritores locais que exerceram papel importante nos movimentos literários brasileiros a partir do romantismo. Surgiu, assim, a imagem do Maranhão como o estado que fala o melhor português do país.

A primeira gramática do Brasil foi escrita e editada na cidade por Sotero dos Reis. Mesmo nos dias atuais a cidade ainda tem uma grande vocação natural para a literatura e poesia.

Turismo

Os principais pontos turísticos[108][109] abertos a visitação da cidade de São Luís são:

Teatro Artur Azevedo:

Segundo teatro mais antigo do Brasil, foi fundado com o nome de Teatro da União por dois comerciantes portugueses em 1817. No projeto original, o teatro se estenderia até o Largo do Carmo, mas acabou reduzido por um veto da Igreja. Baseado no chamado teatro de plateia italiano, em formato ferradura, apenas em 1922 ganhou o nome atual. Funcionou como cinema entre 1940 e 1966 e, abandonado, acabou em ruínas.[108][110]



Praça Gonçalves Dias e Igreja de Nossa Senhora dos Remédios

Em 1989, quando apenas a fachada original ainda resistia, foi demolido e reconstruído de acordo como o projeto original. Atualmente tem capacidade para 750 espectadores, distribuídos por quatro andares. Os espetáculos são gravados por um circuito profissional de vídeo instalado no teatro e retransmitidos pela TV Senado.[108][110]

Palácio dos Leões:

Aqui foi erguida, pelos franceses, uma fortificação em homenagem ao rei Luís XIII em 1612. A estrutura do atual prédio foi construída no final do século XVIII e passou por inúmeras reformas, até assumir o estilo neoclássico. Hoje, é a sede do Governo do Estado.[45]

Museu de Artes Visuais:

Seu acervo é composto por azulejos coloniais, murais, fotografias e obras de artistas maranhenses. Um de seus destaques é a coleção de gravuras do escritor Arthur Azevedo.[111]

Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho:

Sediado num sobrado colonial de 3 pavimentos, mantém um grande acervo com peças das diversas manifestações culturais (bumba-meu-boi, tambor de crioula, carnaval, dança do coco etc) e religiosas (tambor de

mina, Festa do Divino etc) do estado. Além disto, possui objetos da cultura indígena e artesanatos.[112]

Museu Histórico e Artístico do Maranhão:

Funcionando no Solar Gomes de Souza, o museu foi inaugurado em 1973 e se destaca pela reconstituição da decoração típica dos sobrados do século XIX com móveis, objetos e obras de arte.[113]



Catedral de São Luís do Maranhão

Igreja da Sé Nossa Senhora da Vitória:

Erguida por ordem do terceiro capitão-mor Diogo Machado da Costa em 1629, quando a cidade passava por um surto de varíola. É uma homenagem à protetora dos portugueses na Batalha de Guaxenduba (vitória sobre os franceses). Foi reconstruída várias vezes até 1922, quando assumiu o aspecto neoclássico. No interior destaca-se o altar-mor talhado em ouro.[114]

Convento das Mercês - Fundação da Memória Republicana:

Construído em 1654 e inaugurado pelo padre Antônio Vieira, aqui funcionava a sede do antigo Convento da Ordem dos Mercedários. Hoje é a Fundação da Memória Republicana (Fundação José Sarney), que reúne obras únicas da história do país, relíquias do tempo de presidência do maranhense José Sarney, presentes oferecidos por outros presidentes, além de um museu que conta sua trajetória de vida.[115]

Fonte das Pedras:

Serviu de base para a tropa de Jerônimo de Albuquerque durante a expulsão dos fundadores franceses em 1615. É cercada de árvores e bancos.[109]

Solar São Luís:

Considerado o maior prédio em azulejos da país (tem três pavimentos), foi construído na segunda metade do século XIX. Teve seu interior destruído por um incêndio e ficou abandonado até ser adquirido e restaurado pela Caixa Econômica Federal, que nele instalou uma agência.[116]

Museu de Arte Sacra:

Anexo ao Museu Histórico, funciona no Solar do Barão de Grajaú. Seu acervo, que pertence em parte à Arquidiocese de São Luís, é composto por peças dos séculos XVIII e século XIX nos estilos mareirista, rococó, barroco e neoclássico.[108][117]

Cafua das Mercês (Museu do Negro):

Pequeno sobrado onde funcionava o mercado de escravos que chegavam a São Luís, hoje abriga um museu de referência da cultura negra, com peças de arte de origem africana e instrumentos musicais.[108][117][118]

Centro de Atividades Odylo Costa:

Antigo armazém reformado, abriga um espaço cultural com cinema, teatro, galeria de arte, cursos e outras atividades.[119]

Palácio de La Ravardière:

Construído originalmente em 1689 como Casa da Câmara, é a atual sede da prefeitura municipal. No largo do palácio há um busto de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, fundador da cidade.[43]

Fonte do Riberão:

Construída em 1796 para abastecer a cidade, tem o pátio revestido com pedras de cantaria. Suas janelas gradeadas dão acesso às galerias subterrâneas (antigas redes de esgoto) que passam pelo centro histórico.[109]

Parque Estadual do Bacanga:

Formado por uma área de 3 075 hectares, um dos principais objetivos de sua construção foi preservar o pedaço da floresta Amazônica existente no local.

Cais da Sagração (Rampa Campos Melo):

Até o início da construção do Porto do Itaqui na década de 1960, foi o principal porto da cidade de São Luís. Foi construído no início da década de 1860 em alvenaria e no projeto original, iria até o Convento das Mercês, mas por falta de recursos, foi limitado a onde hoje fica o cais da Praia Grande. O cais se estende até próximo à Praça Maria Aragão.[120]

Laguna da Jansen:

Lago ou laguna mais famosa da cidade, destaca-se pela infraestrutura adaptada à prática de esportes e pela noite agitada e animada, contendo uma grande quantidade de bares e restaurantes para todos os tipos e gostos.[64][121]

Vida noturna:

A cidade tem uma das noites mais variadas do Brasil, possuindo diversidade de gosto e estilos musicais, assim como toda uma infraestrutura de bares, boites, restaurantes e casas de shows, que agradam as mais diversas classes; outro ponto forte são as lanchonetes e hamburguerias que renderem à cidade o título de Capital das Hamburguerias de Luxo, são redes Americanas, Brasileiras e Europeias que a cada dia que passa vão se instalando na Ilha.[122][123]

Shopping Centers:



Rio Anil Shopping

Os principais *shopping centers* de São Luís são o São Luís Shopping, Rio Anil e Shopping da Ilha. Outros centros comerciais importantes são o Colonial, Jaracati, Monumental e Tropical.

Esporte

Como em todo o Brasil, o futebol é o esporte mais praticado em toda a cidade de São Luís. Em 1981 foi construído o Estádio Governador João Castelo. É o maior estádio de toda a região nordeste. Na época, o governador do Maranhão era João Castelo e em sua homenagem pôs seu nome no Estádio.

Notas e referências

1. ↑ **a b** João Castelo é eleito prefeito de São Luís com 55,84%. Terra Notícia (26 de Outubro de 2008). Página visitada em 2 de Março de 2011.

2. ↑ **a b** *Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 11 de outubro de 2008.
3. ↑ *Capitais dos estados*. Atlas Geográfico do Brasil. Página visitada em 1 de janeiro de 2011.
4. ↑ **a b** IBGE (10 out. 2002). *Área territorial oficial*. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Página visitada em 5 dez. 2010.
5. ↑ *Censo Populacional 2010. Censo Populacional 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010). Página visitada em 11 de dezembro de 2010.
6. ↑ *Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Página visitada em 11 de outubro de 2008.
7. ↑ **a b c** *Produto Interno Bruto dos Municípios 2005-2009*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página visitada em 14 abr. 2012.
8. ↑ *Invasões francesas em São Luís*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
9. ↑ *Invasão Holandesa*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
10. ↑ *Histórico do Porto do Itaqui*. Página visitada em 2 de Março de 2011.
11. ↑ *Porto do Itaqui, em São Luís, está entre os sete mais estratégicos do Brasil*. Página visitada em 2 de Março de 2011.
12. ↑ *Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado*. Página visitada em 2 de Março de 2011.
13. ↑ *Parque dos Lençóis. O único deserto do mundo com milhares de lagoas*. turismo.ma.gov.br. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
14. ↑ Gustavo Martins Marques (1996). *[www.gmarques.com.br/.../Dissertacao%20DES-SLMA%20-%20revisao%20definitiva%20-%20final.pdf Uma estratégia de desenvolvimento para São Luís - MA / Brasil]* (PDF). Página visitada em 8 de Março de 2011.
15. ↑ **a b c** *[www.scielo.br/pdf/rbent/v52n1/19.pdf Flebotomíneos (Diptera, Psychodidae) em reservas florestais da Marinho et al. área metropolitana de São Luís, Maranhão, Brasil]*. sciELO.br (2007). Página visitada em 5 de Março de 2011.
16. ↑ **a b** *Cademo da Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental* (PDF). Departamento de Recursos Hídricos. Página visitada em 4 de Março de 2010.
17. ↑ *São Luís tem mais de 1 milhão de habitantes, aponta IBGE*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
18. ↑ Embrapa Monitoramento por Satélite. *Maranhão*. Página visitada em 8 de Março de 2011.
19. ↑ PNUD. *Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000*. Página visitada em 8 de Março de 2011.
20. ↑ Radio Pagode FM (2010). *Origem dos nomes das capitais do Brasil*. Página visitada em 8 de Março de 2010.
21. ↑ **a b** *História de São Luís, cidade de Nazaré (segunda parágrafo)*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
22. ↑ BUENO, E. *Brasil: uma história*. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003. p. 18,19.
23. ↑ **a b** *Povoamento Pré-histórico da Ilha de São Luís - Maranhão* (2006). Página visitada em 3 de Março de 2011.
24. ↑ Alberto Vasconcelos. *DANIEL DE LA TOUCHE*. recantodasletras.uol.com.br. Página visitada em 4 de Março de 2011.
25. ↑ Jean-Claude Raymond (2008). *Daniel de la Touche de La Ravardière Fondateur de São Luís do Maranhão au Brésil* (em francês). jcraymond.free.fr. Página visitada em 4 de Março de 2011.
26. ↑ *Luís XIII Biographie* (em francês). Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
27. ↑ **a b** *Os franceses no Maranhão*. pitoresco.com. Página visitada em 5 de Março de 2011.
28. ↑ **a b** *Invasões francesas em São Luís do Maranhão*. portalsaofrancisco.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
29. ↑ **a b c d** Janaina Amado (2000). *Viajante involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial* (PDF). Página visitada em 4 de Março de 2011.
30. ↑ *Invasão holandesa no Brasil*. educação.uol.com.br (2008). Página visitada em 4 de Março de 2011.
31. ↑ *companhias de comércio*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
32. ↑ *Revolta de Beckman*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
33. ↑ *Guerra de Sucessão*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
34. ↑ *Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
35. ↑ *Largos e Praças de São Luís*. turismo-ma.com.br. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
36. ↑ *Período Pombalino*. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
37. ↑ *Ana Jansen*. Shvoong. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
38. ↑ *Lenda: Carruagem de Ana Jansen..*. turismo-ma.com.br. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
39. ↑ *Como São Luís virou a Atenas Brasileira*. O Imparcial Online. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
40. ↑ *Tambor de Crioula*. Tambor de Croula. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
41. ↑ *São Luís - Maranhão - A Capital brasileira do Reggae*. EcoViagem. Página visitada em 7 de fevereiro de 2011.
42. ↑ *Bumba-meu-boi - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*. cnfcp.gov.br. Página visitada em 4 de Março de 2011.
43. ↑ **a b** *Palácio de La Ravardière / Palácio do Governo Municipal..* Prefeitura de São Luís. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
44. ↑ *Esculpiando a Vida*. ProFolio of Bibiano Silva. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2010.
45. ↑ **a b** *Um templo de beleza e história*. Governo do Estado do Maranhão. Página visitada em 29 de Julho de 2009.
46. ↑ *São Luís possui 615 977 eleitores, totalizando 15,71 por cento do eleitorado maranhense*. Badaué Online. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
47. ↑ *História do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)*. Poder Judiciário do Maranhão. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
48. ↑ *Breve Histórico do Tribunal Eleitoral do Maranhão*. TRE-MA. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
49. ↑ *Hitórico do TCE*. TCE-MA. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
50. ↑ *História - OAB/MA*. OAB-MA. Página visitada em 7 de Fevereiro de 2011.
51. ↑ **a b c d e** CNM. *Confederação Nacional de Municípios*. Página visitada em 3 de Março de 2011.
52. ↑ Badaué Online. *Limites territoriais de São Luís serão definidos após acordo entre prefeitos*. Página visitada em 8 fevereiro 2011.
53. ↑ **a b c d e** Luiz Eduardo Neves dos Santos (2010). *Território Geográfico Online - Problemas ambientais urbanos: uma radiografia do espaço ludovicense*. territoriogeograficoonline.com.br. Página visitada em 3 de Março de 2011.
54. ↑ *Ilha de Tauá Mirim*. wikimapia.org. Página visitada em 3 de Março de 2011.
55. ↑ **a b** IBGE, *Área Territorial Oficial*, Resolução nº 5 de 10 de outubro de 2002. Acessado em 3 de Março de 2011.
56. ↑ IBGE, *População residente, em 30 de Novembro de 2010*, Publicação Completa. Acessado em 3 de Março de 2011.
57. ↑ **a b c** Universidade Federal do Maranhão. *Comportamento térmico no centro histórico e comercial de São Luís-MA*. Página visitada em 8 fevereiro 2011.
58. ↑ *Meteorologia em São Luís* (em inglês). Página visitada em 4 de março de 2011.
59. ↑ CPRM Serviço geológico do Maranhão. *Maranhão - Quadro Natural*. Página visitada em 8 fevereiro 2011.
60. ↑ *Projeto São Luís NE/SE*. Serviço Geológico do Brasil. Página visitada em 4 de Março de 2011.
61. ↑ *Análise temporal da paisagem do Parque Estadual do Bacanga* (PDF). marte.dpi.inpe.br. Página visitada em 4 de Março de 2011.
62. ↑ *Parque Estadual do Bacanga* (PDF). amavida.org.br.
63. ↑ Imirante (2008). *Seminário para revitalizar o Rio Itapecuru*. imirante.globo.com. Página visitada em 3 de Março de 2011.
64. ↑ **a b c** turismo.ma.gov.br. *Lagoa da Jansen*. Página visitada em 8 fevereiro 2011.
65. ↑ **a b c d** INPE, *Área Territorial Oficial*. Acessado em 4 de Março de 2011.
66. ↑ **a b c d** *Praias de São Luís*. Página visitada em 3 de Março de 2011.
67. ↑ turismo.ma.gov.br. *Praias*. Página visitada em 8 fevereiro 2011.
68. ↑ *Praias poluídas de São Luís do Maranhão recebem placa de alerta* (2009). Página visitada em 3 de Março de 2011.
69. ↑ *Praias de São Luís podem ser interditadas*. Página visitada em 10 de junho de 2009.

70. ↑ FREIRE, Maria; MONTEIRO, Reinaldo; LIMA, Valmir. (1993). *Florística das praias da ilha de São Luís: Diversidade de Espécies e suas ocorrências no Litoral brasileiro*. INPA. Página visitada em 06/05/2011.
71. ↑ Vale - Parque Botânico Vale em São Luís. vale.com (2010). Página visitada em 5 de Março de 2011.
72. ↑ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47572005000100004
73. ↑ **a b** www.vestibular1.com.br/revisao/maranhao.doc Estado do Maranhão (seção Economia pag. 1)] (DOC). Vestibular1.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
74. ↑ Francisco Benedito da Costa Barbosa (2005). [\webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n3p587.pdf Contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e de São Paulo] (PDF). webnotes.sct.embrapa.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
75. ↑ Guerra da Sucessão. texbr.com. Página visitada em 5 de Março de 2010.
76. ↑ O projeto Grande Carajás - PGC e consequências. tempo.tempopresente.org. Página visitada em 5 de Março de 2011.
77. ↑ **a b** Francisco Benedito da Costa Barbosa (2005). - *RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)* (PDF). ftp.sp.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
78. ↑ **a b c d e** Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP. [\www.antaq.gov.br/portal/pdf/Portos/Itaqui.pdf Título não preenchido, favor adicionar] (PDF). antaq.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
79. ↑ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). *Tabela PIB dos Municípios* (PDF). ibge.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
80. ↑ Secretaria de Extraordinária de Projetos Especiais. *Mapa Socioeconômico de São Luís*. Página visitada em 8 de Março de 2011.
81. ↑ O Imparcial. [\http://www.oimparcialonline.com.br/noticias.php?id=30301 São Luís: Ano novo, velhos Problemas]. oimparcialonline.com.br. Página visitada em 8 de Março de 2011.
82. ↑ Jornal Pequeno (2004). *O louco trânsito de São Luís*. jornalpequeno.com.br. Página visitada em 8 de Março de 2011.
83. ↑ Roberta Gomes / Imirante (2011). *Transporte Público de São Luís é destaque na internet*. imirante.globo.com. Página visitada em 5 de Março de 2011.
84. ↑ José Linhares Jr. (2007). *ciudadesVistoria do transporte coletivo de São Luís tem início tímido*. jornalpequeno.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
85. ↑ *Título não preenchido, favor adicionar*. aviaçãobrasil.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2010.
86. ↑ **a b c d e f g h i j** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2008). *Frota Municipal de Veículos (São Luís)*. ibge.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
87. ↑ Cidades@ - IBGE (2008). *Outros Temas - Saúde*. ibge.gov.br. Página visitada em 9 de Março de 2011.
88. ↑ **a b c d** *Escolas de São Luís*. ibge.gov.br (2008). Página visitada em 6 de Março de 2011.
89. ↑ *A história da UFMA*. Universidade Federal do Maranhão. Página visitada em 8 de fevereiro de 2011.
90. ↑ *Histórico da UEMA*. ZOOTECHNIA - UEMA. Página visitada em 8 de fevereiro de 2011.
91. ↑ *Universidade Virtual do Estado do Maranhão*. UNIVIMA. Página visitada em 8 de fevereiro de 2011.
92. ↑ *Histórico do IFMA*. IFMA. Página visitada em 8 de fevereiro de 2011.
93. ↑ *Histórico do UNICEUMA*. Centro Universitário do Maranhão. Página visitada em 8 de fevereiro de 2011.
94. ↑ Grupo Santa Fé. *Histórico da Faculdade Santa Fé*. santafe.edu.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
95. ↑ *Histórico da Unidade de ensino superior Dom Bosco*. undb.com.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
96. ↑ *Faculdade Pitágoras*. facultadepitagoras.com.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
97. ↑ *Historico da Faculdade do Estado do Maranhão*. unilist.com.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
98. ↑ *Histórico da Faculdade São Luís*. facsaoluis.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
99. ↑ *a FAMA Histórico da Faculdade Atenas Maranhenses*. famaitz.edu.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
100. ↑ *Histórico da Faculdade Santa Terezinha*. cest.edu.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
101. ↑ *Faculdade do Maranhão*. facam-ma.com.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
102. ↑ *Instituto de Estudos Superiores do Maranhão*. iesma.com.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
103. ↑ *História da Universidade Estadual Vale do Acaraú*. unanet.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
104. ↑ *Histórico do Centro Universitário UNISEB COC*. unisebcoc.com.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
105. ↑ *Histórico da Fundação Getúlio Vargas*. fgv.br. Página visitada em 6 de Março de 2011.
106. ↑ IBGE. *São Luís - MA Histórico* (PDF). biblioteca.ibge.gov.br. Página visitada em 8 de Março de 2011.
107. ↑ Nossa São Luís (2008). *Histórico*. Página visitada em 8 de Março de 2011.
108. ↑ **a b c d e** *Museus e Casas de Cultura*. setres.ma.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
109. ↑ **a b c** *Fontes de São Luís*. turismo.ma.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
110. ↑ **a b** Turismo São Luís. *Tetro Arthur Azevedo*. turismo.ma.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
111. ↑ *Museu de Artes Visuais*. feriasbrasil.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
112. ↑ *Folclore e Cultura no Maranhão*. educarede.org.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
113. ↑ *Museu Histórico e Artístico do Maranhão*. cultura.ma.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
114. ↑ *Igreja da Sé*. turismo.ma.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
115. ↑ *Convento das Mercês*. nordestebrazil.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
116. ↑ *Solar São Luís*. cidadeshistoricas.art.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
117. ↑ **a b** *Museu de Arte Sacra*. imirante.globo.com. Página visitada em 5 de Março de 2011.
118. ↑ [\www.interjornal.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=8476870 Cafua das Mercês] (PDF). interjornal.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
119. ↑ *Centro de Criatividade Odylo Costa*. cultura.ma.gov.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
120. ↑ *Cais da Sagração*. citybrazil.uol.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
121. ↑ *Parque Ecológico da Lagoa da Jansen*. guiasasemana.com.br. Página visitada em 5 de Março de 2011.
122. ↑ *Fim de férias com muita música na noite de São Luís*. badaueonline.com.br (2007). Página visitada em 5 de Março de 2011.
123. ↑ *Reggae: a expressão do Maranhão*. visitasaluis.com (2008). Página visitada em 5 de Março de 2011.
124. ↑ **a b** CAC - ACC (2010). *La ciudad brasileña de São Luís será la Capital Americana de la Cultura en 2012 coincidiendo con el 400 aniversario de su fundación*. cac-acc.org. Página visitada em 9 de Março de 2011.
125. ↑ Equipe Jornal Pequeno (2010). *São Luís é leita Capital Americana da Cultura 2012*. jornalpequeno.com.br. Página visitada em 4 de Março de 2011.
126. ↑ UNESCO = publicado = unesco.org. *Historic Centre of São Luís* (em inglês). Página visitada em 9 de Março de 2011.

Bibliografia

- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. 2007. *O Pantheon Encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense (1937-65)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: PÓS-AFRO/CEAO/UFBA.

O DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO

O Maranhão é conhecido por uma notória capacidade de se manter entre os dois ou três estados brasileiros com os piores indicadores sociais – geralmente é o pior.

Nem sempre foi assim.

Vamos avaliar a trajetória do Maranhão desde o século XIX com vistas a perceber os processos econômicos que nos levaram a esta condição inglória.

Guerras e Glórias – o século da Atenas Brasileira.

De um modo geral no século XIX a sociedade brasileira assiste a uma luta política dura todo o século. Era o processo político em que os brasileiros substituíam a elite portuguesa que dominava o país na ocasião da independência.

No Maranhão este conflito entre brasileiros e portugueses tem o seu momento mais intenso em 1831, quando maranhenses fazem um levante violento contra os portugueses que dominavam a província.

A tensão entre os maranhenses e portugueses se reproduz embora sem a mesma violência. Estes grupos encontram uma ocasião para uma aliança política frente a um perigo maior para ambos. Era a Balaiada.

Em 1838, por acontecimentos mais ou menos simples, é deflagrada no Maranhão uma verdadeira guerra civil. Vários grupos de pessoas pobres e excluídas na sociedade colonial se levantam contra as autoridades políticas e criam um ambiente de terror no interior do Estado.

A revolta vai até 1841, quando o agora Duque de Caxias foi enviado pelo Imperador Pedro II para pacificar o Maranhão – coisa que ele fez ao custo de muita violência.

A experiência de terror promovida pelos levantes no interior do Maranhão criou em São Luís alguns esforços coletivos que geraram grandes resultados mais tarde – entre os quais a criação de escolas.

Nas décadas seguintes o Maranhão conhece um período de paz e de prosperidade. Especialmente a partir dos anos 60 daquele século. Nesta década o Maranhão torna-se um dos grandes beneficiários da guerra civil americana.

Esta guerra destrói a economia americana, a principal fornecedora de algodão para a Inglaterra – que era a principal economia industrial no período em que a indústria têxtil era o principal ramo da indústria.

Com a Guerra os ingleses precisam de novos fornecedores de algodão, e o Maranhão é um deles. Neste período o Maranhão se torna um grande produtor de algodão e fica muito rico com esta cultura.

É neste período que o Maranhão se torna aquilo que nós chamamos de Atenas Brasileira. Neste período da história o Maranhão reunia os grandes intelectuais do país. Especialmente um grupo de cinco grandes pensadores brasileiros era maranhense, vivia em São Luís e dava aulas no Liceu Maranhense. Eram eles o maior poeta brasileiro – Gonçalves Dias; o maior matemático brasileiro – Gomes de Sousa; o maior gramático e filólogo brasileiro – Sotero dos Reis, o maior especialista em línguas antigas – Odorico Mendes; e um dos mais respeitados historiadores e jornalistas brasileiros – João Lisboa.

É também durante este período de bonança que a cidade de São Luís ganha o conjunto arquitetônico da Praia Grande.

Neste período a elite maranhense era composta por muitos nobres, que ostentavam o título de Barão e Baronesa (de Itapecuru, de Grajaú, de São Bento, etc.).

Entretanto, o fundamento desta riqueza era temporário, com o fim da guerra civil a economia maranhense começa a apresentar lento declínio na medida em que os principais clientes do Maranhão, os ingleses, estavam mais próximos dos norte-americanos e tinha com eles uma estreita afinidade histórica e cultural que facilita o negócio entre as duas nações. Pior para o Maranhão.

Entretanto, com o quadro de decadência econômica já delineado, a elite maranhense cria, ao final do século XIX, um projeto de futuro alternativo para evitar a decadência econômica. Este projeto ganha densidade ao fim da década de 80.

O projeto consistia de uma tentativa de industrializar a economia do Maranhão através da instalações de indústrias têxteis aqui mesmo no Estado para aproveitar a produção local de algodão.

Neste período são instaladas fábricas no interior, em Codó e Caixas e em São Luís. As fábricas em São Luís produziram grandes transformações urbanas.

Mapas dos anos 40 e 50 do século XIX indicam que à época a cidade de São Luís estava contida no espaço entre as ruas de Santana, a Praça Deodoro e a Praça Gonçalves Dias – é importante saber que estes logradouros tinham outros nomes.

As fábricas foram historicamente um dos fatores que aceleraram a urbanização da humanidade. Também produziram uma nova maneira de organizar as cidades. Onde as fábricas se instalavam iam se implantando vilas e bairros operários, pois os sistemas de transporte não permitiam um deslocamento eficiente a longas distâncias.

As fábricas de São Luís levaram a cidade para as redondezas das fábricas, instaladas na Madre Deus (duas fábricas importantes foram para lá, uma onde fica o prédio do atual CEPRAMA, e outra bem próxima a esta instituição), na atual Rua Cândido Ribeiro (nome do dono da fábrica instalada nesta rua) e também na Camboa - (na verdade o nome original era Gamboa). Estas fábricas de certa forma criaram os bairros que as circundavam – para os empresários era bom que os trabalhadores estivessem perto, alguns deles faziam vilas para os operários e para estes eram vantajoso estar perto das poucas oportunidades do trabalho.

O projeto de industrialização do Maranhão não prosperou – o economista Celso Furtado chama esta fase da história econômica do Maranhão de “falsa euforia”. Todavia este período é importante pelas mudanças urbanas que provoca mas também porque consegue dotar a sociedade de uma perspectiva alternativa diante dos indícios de decadência da agricultura do Estado.

No que pese o fracasso do sonho industrialista esta fase é importante por organizar um tipo de leitura da história do Maranhão que irá se repetir muito mais tarde, no século XX. Veremos mais tarde que esta visão se apoia num engrandecimento da fase de ouro da economia maranhense, um lamento da experiência de decadência e empobrecimento um sonho, mais um projeto, de uma alternativa baseado na reorganização da economia em bases industriais.

Choro e sonho - da decadência e da pobreza.

As fábricas instaladas a partir do fim do século XIX não foram capazes de criar um sistema industrial dinâmico a ponto de oferecer resistência aos competidores do sul do país ou de alcançar a competitividade que o algodão havia conseguido nos mercados internacionais. Até meados do século seguinte todas fecharam as portas.

A destruição do projeto fabril representa para o Maranhão uma nova maneira de se perceber, como uma terra atrasada e pobre – coisa bastante diferente da Atenas Brasileiras.

Por todo o século a economia maranhense conhece uma perda de importância relativa na economia brasileira. O beneficiamento da semente do coco babaçu para extração de óleo chega até a oferecer uma possibilidade de formular uma estratégia econômica alternativa. Mas, por conta de dificuldades técnicas para a coleta e quebra do coco em condições de extrair uma semente em condições de produzir um óleo de qualidade, este recurso jamais ganhou densidade para se tornar um efetivo projeto alternativo.

Neste século os maranhenses refazem a imagem predominante de sua história. Antes o fausto, a riqueza e a tradição era os elementos que definiam o Maranhão. Aos poucos, ao longo de todo o século, e até hoje, o Maranhão fica conhecido por ser um Estado pobre e com péssimos indicadores sociais – além de possuir os líderes políticos que representam o que há de mais atrasado na política brasileira.

A proclamação da república encontra um Maranhão bastante conturbado por lutar políticas que dividem a elite do Estado. Golpes e tentativas de golpes são relativamente comuns. Na década de 40 chega ao Maranhão Vitorino Freire, que se torna o grande líder político do Estado, em referência a quem todos os grupos políticos se orientam – seja como partidários, seja como opositores.

Nos anos 60, já depois do golpe militar que implantou o regime de exceção no país em 1964, outro líder político toma o lugar de Vitorino, era José Sarney.

A vitória de Sarney ocorreu em 1965. Ele tomou posse em 1966. Sua posse foi documentada por Glauber Rocha, o nome mais importante da história do cinema brasileiro. O filme de Glauber chama-se *Maranhão 66*, e ao contrário do que poderia esperar o governador eleito o filme mostra mais que uma festa de posse, mostra um cenário aterrador de pobreza abandonando a população aqui mesmo na capital e não apenas nos confins do interior do Estado.

O governo de Sarney ocorre quando o projeto dos militares para o país ainda está sendo arquitetado. Para a região amazônica a grande estratégia consistia num projeto de integração econômica a partir da exploração dos recursos minerais da região de Carajás, no Pará. O projeto ficou conhecido como Grande Carajás – PGC.

O Maranhão e especialmente São Luís foram beneficiados pelo PGC. A implantação da Vale (que na época chamava-se Vale do Rio Doce) e da Alumar, o beneficiamento do porto do Itaqui, a construção da estrada de ferro ligando Parauapebas a capital do Maranhão e a integração energética do Maranhão com a usina de Tucuruí no Pará através da vinda da Eletro-norte (em substituição à Chesf, que antes atendia ao Maranhão). A usina de Tucuruí também foi construída para atender ao PGC.

O PGC era para o Maranhão uma repetição da experiência do sonho industrial do fim do século XIX. O novo sonho vai se desenhando especialmente a partir da década de 70. Nos anos 80 a Vale e a Alumar passam a funcionar em São Luís.

Este novo momento é esperado como a grande possibilidade de enfim redimir o Maranhão e superar o quadro delineado no filme de Glauber Rocha.

A Lei de Terras

Mas, além da preparação política de integração do Maranhão ao PGC, o governo de José Sarney é importante para a formação do Maranhão e da São Luís que temos hoje em dia em função da (Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969). Esta lei ficou conhecida como Lei Sarney de Terras.

Para entender o que de fato esta lei significou para o Maranhão é importante lembrar que houve uma lei nacional que também ficou conhecida como Lei de Terras.

A lei 601 de 1850 (veja, é do tempo do Império!) estabeleceu o Direito Agrário brasileiro de modo a disciplinar as regras da propriedade de terra. Segundo esta lei só poderia ser dono de terras quem comprovasse que havia comprado a propriedade – o que envolveria a posse de um documento de propriedade.

Se levarmos em conta o modo de colonização do país, veremos que os brasileiros se estabeleceram pelo litoral. Todavia, por vários motivos muitos brasileiros se instalaram pelo interior do país. Fizeram isto seja através dos movimentos de entradas bandeiras e outros que fizeram a exploração econômica do interior do país, seja por fugas – caso clássico das comunidades quilombolas.

Depois de algumas décadas, às vezes, um século, quando a economia e a sociedade brasileira foram se interiorizando, alguns destes grupos foram questionados por outros que tinham documentos das terras, nem todos verdadeiros.

O que interessa para nossa discussão é que a lei de terras do Maranhão repetiu esta história. Esta lei concretizava um plano para modernizar a agricultura do Estado e vendia terras para grupos empresariais a preços muito atraentes. Os empresários agrícolas teriam acesso a financiamento de projetos via Sudene e Banco do Nordeste. A idéia era implantar um padrão moderno de manejo agrícola e pecuário.

Nos anos 70 muitos grupos de camponeses e de quilombolas pelo interior do Maranhão, de uma hora para outra foram informados que não eram donos da terra onde seus ancestrais sempre viveram e que tinham que sair dali.

Este encontro de moradores e empresário rurais aconteceu mediado por pistoleiros e teve a forma de conflitos fundiários (briga por terra). O resultado foi um vigoroso processo de expulsão de moradores de suas terras.

A nova industrialização ou os novos problemas?

Esses moradores que foram expulso do interior do Maranhão procuravam os centros urbanos. Todas as cidades do Maranhão começaram a crescer a partir dos anos 70, mas a capital teve um crescimento especialmente acentuado, e isto tinham muito a ver com os projetos industriais do Programa Grande Carajás – PGC.

Na capital o PGC resultou na implantação de duas grandes plantas industriais, a Vale e a Alumar, e na implantação do porto do Itaqui, na vinda da Eletro-norte que melhorou e muito a qualidade do fornecimento de energia elétrica, além da estrada de ferro ligando o porto às minas no Pará.

A implantação de todos estes projetos resultou na criação de um grande volume de oportunidades de trabalho. Estas oportunidades estavam disponíveis a muitos trabalhadores de baixa qualificação – pedreiros, mestres de obra, etc.

Estes eventos e a instauração de uma expulsão das populações camponesas no campo resultaram no aumento espetacular da população da cidade a partir dos anos 70.

É importante lembrar que este momento do Maranhão nos anos 70 é extremamente semelhante ao do fim do século XIX.

A implantação dos projetos do PGC de fato alterou a estrutura da economia maranhense.

Todavia estamos em 2010 e o impacto econômico do PGC sobre o Maranhão não pode ser confundido com Desenvolvimento (lembre-se do nosso conceito). Tivemos crescimento econômico, ou, na linguagem do século XIX, progresso.

Isto acontece porque as duas estratégias de desenvolvimento implantadas se mostram frustradas.

De um lado a modernização econômica não cria raízes no interior. O projeto agrícola fale sistematicamente e só nos anos 90 ressurgiu através da expansão do complexo da soja implantado principalmente por agricultores gaúchos e paranaenses, que também tem seus problemas pois repete o processo de expulsão de camponeses.

De outro lado a industrialização cria um pico de oportunidades que não é capaz de manter após a fase de implantação – quando é maior a demanda de trabalhadores.

Todavia a população que se mudou para as cidades não pode simplesmente voltar para o interior ou para a agricultura. E tem que se virar nas cidades. O problema é que estas pessoas não possuem as devidas qualificações para a competição em um mercado de trabalho moderno urbano-industrial.

São estas pessoas que fizeram a expansão das cidades através de bairros improvisados e sem infra-estrutura, ou seja, aquilo que nós chamamos de periferia urbana. <http://prosouza.blogspot.com.br/2010/11/o-desenvolvimento-no-maranhao.html>

Desafios da modernização - A partir dos anos 60 e 70, a modernização do Maranhão ganha impulso com os investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na agropecuária e no extrativismo vegetal e mineral. Os grandes projetos, como Carajás, aumentam a concentração fundiária e as migrações, além de provocar devastação na floresta Amazônica. No final dos anos 70, a mata já havia perdido quase a metade de sua formação original. Esses projetos também impulsionam disputas de terra e conflitos com a população indígena, causando tensão e violência.

Durante a colonização, o Maranhão foi uma área disputada por franceses e portugueses e os sinais da presença europeia permanecem até hoje. A capital, São Luís - declarada patrimônio histórico da humanidade pela Unesco em 1997 -, preserva as ruas estreitas e os sobradões com fachadas de azulejo e sacadas de ferro. Em Alcântara, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), construções coloniais convivem com uma avançada base para lançamento de foguetes.

As manifestações populares, representadas pela coreografia exuberante, são atrações durante todo o ano. As principais são o tambor-de-crioula e o bumba-meu-boi. No estado localizam-se ainda importantes áreas de

proteção ambiental, como as dunas de até 50 m de altura que se espalham pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. No inverno, a água da chuva forma lagoas na areia e a reserva perde a aparência desértica. Outra importante zona de preservação é o delta do Parnaíba, entre o Maranhão e o Piauí, com mangues, dunas e praias desertas. Várias ilhas, como a do Caju, resguardam espécies raras de aves, como o marreco e o carcará.

O Maranhão é o estado que apresenta o maior índice de população rural: 48,08% dos habitantes moram no campo, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (Pnad). A estrutura fundiária permanece fortemente concentrada. A agricultura familiar e de baixo padrão tecnológico, praticada em pequenas propriedades, é predominante.

Em 2000 aumenta a produção de grãos nos cerrados maranhenses. Produtores do Centro-Sul do país começam a se instalar na região de Chapadinha, município que fica no centro de uma área com mais de 500 mil ha de terras agricultáveis para arroz, milho, algodão e, principalmente, soja. Enquanto isso, a pecuária sofre os efeitos das barreiras impostas pelo Pará, principal consumidor de bezerros do Maranhão, em virtude da febre aftosa.

O litoral de 640 km - A segunda maior costa litorânea brasileira, depois da Bahia, mantém a pesca como atividade importante na economia. O Maranhão responde pela maior produção de pescado artesanal do país, com destaque para camarão, caranguejo, caranguejo-uçá e sururu - todos de grande presença na culinária regional.

O complexo portuário integrado pelos terminais de Itaqui, Ponta da Madeira e Alumar, interligado a ferrovias e hidrovias, é responsável por mais de 50% da movimentação de cargas portuárias do Norte e do Nordeste. A ferrovia Carajás transporta minérios de ferro e de manganês do Distrito Mineral dos Carajás, no Pará, ao Porto Ponta da Madeira, em São Luís. Dos 52,6 mil km de rodovias, só 10% estão pavimentados.

Desnutrição - O Maranhão está entre os estados mais pobres do país. Segundo o Ministério da Saúde, grande parte dos habitantes do estado não tem acesso a saneamento básico. Na área rural, apenas 15,4% da população conta com esgoto sanitário. Mesmo na capital, São Luís, o índice é 50,5% - bem abaixo da média brasileira, de 63,9%.

De acordo com o último levantamento do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) o estado apresenta alto índice de desnutrição entre crianças de até 5 anos. Os municípios de Afonso Cunha, perto da divisa com o Piauí, no sertão, e Nina Rodrigues, a 180 km da capital, São Luís, estão entre as dez cidades brasileiras com maior índice de crianças desnutridas, com taxas próximas a 36%. Em 2006 uma síndrome neurológica ataca o interior do Maranhão matando mais de 30 pessoas. A causa, descoberta depois, era a falta de vitamina B1.

O Maranhão de hoje - A única mulher governadora do país, Roseana Sarney (PFL), é reeleita em 1998 e novamente eleita, agora pelo PMDB, em 2010. O crescimento é reflexo do ajuste das contas do governo e do aumento no repasse de recursos federais. O cenário político maranhense fica bastante conturbado entre o final do século anterior e o início do atual. A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Narcotráfico, da Câmara Federal, aponta o envolvimento de alguns políticos maranhenses com o crime organizado. O depoimento de um integrante da quadrilha leva à conexão do Maranhão com o narcotráfico e com roubos de carga e a uma ligação direta com o deputado federal cassado Hildebrando Pascoal (AC), entre outros políticos.

São Luís concentra grande parte do produto interno bruto do estado; a capital passa por um processo marcante de crescimento econômico, sediando mais de três universidades (duas públicas e uma privada), além de uma dezena de centros de ensino e faculdades particulares. A expansão imobiliária é visível, mas o custo de vida ainda é bastante elevado e a exclusão social acentuada. Há grande dependência de empregos públicos.

O Maranhão tem o privilégio de possuir, devido a exuberante mistura de aspectos da geografia, a maior diversidade de ecossistemas de todo o País. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque

Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009, o Maranhão possui o maior número de crianças entre oito e nove anos de idade analfabetas no país. Quase quarenta por cento das crianças do estado nessa faixa etária não sabem ler e escrever, enquanto que a média nacional é de 11,5 por cento. O estado conta com um eficiente sistema de abastecimento de energia, através da Subestação de Eletronorte instalada no Distrito Industrial do Município de Imperatriz, além de estar bastante próxima das hidroelétricas de Estreito (1 328 megawatts) e de Serra Quebrada. <http://www.portalbrasil.net/>

Resumindo: Maranhão/História

Os portugueses ainda não haviam atingido o Maranhão quando a terra foi doada pelo rei de Portugal D. João III, em 1535, a três fidalgos: João de Barros, Fernand'Álvares de Andrade e Aires da Cunha. Os dois primeiros traçaram o plano para tomar posse da capitania e confiaram sua execução a Aires da Cunha, que partiu para o Brasil, no mesmo ano da doação, com dez veleiros, 900 homens de armas e 130 a cavalo. Entretanto, a frota naufragou nas costas maranhenses e o capitão morreu. Os sobreviventes teriam fundado uma povoação, Nazaré, e começado a explorar a terra pelos rios, mas os índios não lhes facilitaram essa ocupação. Da povoação não restou traço, quando esses portugueses se foram.

Em 1539 outro fidalgo lusitano, Luís de Melo da Silva, também naufragou no litoral maranhense, mas voltou em 1554. João de Barros, em 1555, enviou seus filhos João e Jerônimo à donataria, quando os franceses já ali haviam penetrado. Segundo relato de Jerônimo ao rei de Portugal, haviam estado na capitania 17 naus de franceses, que construíram casas de pedra e comerciavam com os índios.

França Equinocial. As naus francesas continuaram a afluir no século XVI. Da tripulação dos três navios que se dirigiam ao Maranhão sob o comando do capitão Jacques Riffault, muita gente ficou na terra, depois do malogro da expedição. Um deles, Charles Des Vaux, aprendeu a língua dos índios e prometeu trazer-lhes outros franceses para governá-los e defendê-los. De volta à França, Des Vaux conseguiu do rei Henrique IV que Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, o acompanhasse ao Maranhão, para verificar as maravilhas que lhe narrara, e prometeu-lhe a conquista da nova terra para a França.

Morto Henrique IV, La Ravardière voltou à França, onde lutou durante 15 anos pelo projeto de fundação da chamada França Equinocial. François de Razilly, senhor de Aumelles e Razilly, e Nicolas de Harlay, senhor de Sancy, barão de Molle e de Grosbois, interessaram-se pelo empreendimento. A rainha regente, Maria de Medici, autorizou a participação de frades capuchinhos na expedição.

A esquadra francesa, composta de três navios, partiu do porto de Cancale, na Bretanha, sob a direção de La Ravardière e Razilly, ambos solidários com Nicolas de Harlay, e fundeou em 26 de julho de 1612 numa enseada maranhense. Deram o nome de Sant'Ana à pequena ilha onde ancoraram, em homenagem à santa do dia, e ali erigiram a primeira cruz em solo maranhense. Ficaram nessa ilha, enquanto Charles Des Vaux entrava em contato com os índios na ilha grande, que depois se chamou do Maranhão e mais tarde de São Luís. Lá, em 12 de agosto, celebrou-se a primeira missa, escolheu-se o lugar do primeiro forte e, com a ajuda dos índios, construíram a primeira capela. Em 8 de setembro foi erigida a cruz na ilha de Sant'Ana, benzeu-se a terra e batizou-se a pequena ilha com o nome de São Luís, em homenagem ao rei santo Luís XIII. Este foi o nascimento oficial da atual capital do Maranhão.

Dois dos quatro franciscanos capuchinhos que viajaram na frota francesa foram os primeiros a contar em livro esses dias iniciais da história maranhense. Claude d'Abbeville, em sua Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines (1614; História da missão dos padres capuchinhos na ilha de Maranhão e terras circunvizinhas), revelou os primeiros anais da região, apresentada como um paraíso terrestre. Essa visão paradisíaca foi também a do capuchinho Yves d'Évreux, no livro Suite d'histoire des choses plus mémorables advenues en Maragnan, ès annés 1613 et 1614 (1615; Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão, nos anos de 1613 e

1614), em que relata os costumes e leis sociais e enriquece o conhecimento da língua nativa, para a qual verteu as principais orações cristãs.

Os franceses não se limitaram à tarefa colonizadora: levaram a Paris índios do Maranhão. O bispo de Paris batizou três índios -- Itapucu, depois chamado Luís Maria, que acompanhou os outros índios ao Louvre e discursou ao rei na sua língua; Uaruajá (Luís Henrique) e Japuai (Luís de São João), de quem foram padrinhos Luís XIII e Maria de Medici.

Os relatos dos frades franciscanos davam também o forte de São Luís como incontestável, mesmo que fosse atacado por uma armada real. Enquanto isso, espanhóis e portugueses também buscavam conquistar a terra. Em 19 de novembro de 1614, o português Jerônimo de Albuquerque, no comando de naus e homens, venceu os franceses em Guaxenduba. Os franceses na ilha e os portugueses no continente ensaiaram uma trégua e enviaram emissários a Madri e a Paris, com a proposta: a ilha seria dos franceses, e o continente, dos portugueses.

Em julho de 1615, Francisco Caldeira de Castelo Branco intimou La Ravardiére a abandonar a terra conquistada. Jerônimo de Albuquerque transferiu-se para a ilha, fundou o forte de São José e iniciou a luta. Em 17 de outubro, nove navios sob o comando de Alexandre de Moura, com mais de 900 homens, armas, dinheiro, plantas e gado, chegaram à baía de São Marcos, num desafio à fortaleza invencível dos franceses. Enquanto isso, Jerônimo de Albuquerque atacava por terra. La Ravardiére não opôs resistência: em 3 de novembro entregou a colônia, o forte, os navios e as armas. De Pernambuco, o francês foi para a Lisboa, onde esteve preso antes de retornar à França.

Colonização portuguesa. Simão Estácio Silveira chegou ao Maranhão em 1619, como capitão de uma das naus da expedição de Jorge Lemos de Bittencourt, que trazia 300 casais açorianos. Foi o primeiro a se dirigir aos pobres de Portugal -- possíveis emigrantes para o Brasil -- a fim de atraí-los à terra, a que depressa se afeioou. Na sua Relação sumária das coisas do Maranhão, publicada em Lisboa, em 1624, descreveu o céu saudável, as águas puras, o chão fértil da terra.

Em 1624 chegou frei Cristóvão de Lisboa, custódio dos capuchos, acompanhado de 13 frades. Queimou livros franceses para apagar o traço que restava da França Equinocial. Compôs a primeira história natural brasileira, História dos animais e árvores do Maranhão (só publicada em 1967, pelo Arquivo Histórico Ultramarino), e os quatro volumes de uma História natural e moral do Maranhão, que se perdeu no terremoto de Lisboa.

Frei Cristóvão iniciou a construção de um mosteiro em São Luís. Jerônimo de Albuquerque, que a seu nome acrescentou o de Maranhão, começou a erguer a casa que seria o palácio dos governadores. Os jesuítas ampliaram a ermida que fora dos capuchinhos franceses, a qual foi ocupada mais tarde pelo colégio, depois reformado pelo padre Antônio Vieira. Em 1626 o padre Luís Figueira ergueu a primeira igreja, dedicada a Nossa Senhora da Luz.

Holandeses. Por essa época esteve preso no Maranhão o aventureiro Gedeon Morris, que depois seria comandante da guarnição flamenga do Ceará. As notícias por ele transmitidas sobre as condições de vida em São Luís, segundo seu entender mal defendida pelos lusitanos, foram ouvidas com interesse pelos dominadores do Recife. A paz entre Portugal e Holanda estava firmada quando em novembro de 1641 uma frota holandesa, comandada por Pieter Baas, entrou pela barra de São Luís, desceu pelo Desterro e saqueou a cidade. O governador Bento Maciel Parente, veterano do sertão e matador de índios, foi preso sem resistência.

Dez meses depois, os lavradores portugueses, em conspiração com os jesuítas e ajudados por mamelucos e índios fiéis, se levantaram contra a dominação holandesa. Antônio Muniz Barreiros, que chefiava a revolta, morreu em combate e foi substituído por outro senhor de engenho, Antônio Teixeira de Melo. O outeiro da Cruz, naquele tempo fora das portas da cidade, foi cenário dos encontros mais cruéis. Os holandeses saquearam os moradores que ainda permaneciam no pequeno burgo, lançaram-lhe as mulheres nuas no mato e entregaram os homens aos índios do Ceará, que os sacrificaram ou mandaram como escravos aos ingleses de Barbados, que se recusaram a comprá-los.

Em Tapuitapera, hoje Alcântara, no continente, Teixeira de Melo recebeu emissários do príncipe Maurício de Nassau, que lhe ofereceu o gover-

no dos portugueses do Maranhão, desde que se recolhesse a São Luís. Recusada a proposta, a luta prosseguiu até fevereiro de 1644, quando os holandeses se retiraram após um período de 27 meses de ocupação intranquila, dos quais 17 de lutas.

Restou dos holandeses a ruína do casarão onde morou o governador Pieter Baas, derrubado em 1939. A vista do porto e a planta da cidade foram registradas por Frans Post em desenhos cujos originais se encontram no Museu Britânico. As gravuras foram reproduzidas no grande livro de Gaspar Barlaeus sobre o Brasil holandês e copiadas depois para a obra de santa Teresa sobre as guerras de Portugal com a Holanda.

Beckmann. Em 1682, criou-se a Companhia de Comércio do Maranhão. Era a receita da época para desenvolver as regiões colonizadas: o monopólio pelo sistema de estanco, que assegurava o privilégio de vender gêneros de primeira necessidade; a exclusividade -- e a obrigação -- de compra de toda a produção do estado; e o compromisso de fornecer escravos africanos, mais próprios para as duras tarefas da lavoura em chão equatorial, como forma de compensar a proibição da caça ao índio.

O sistema, no entanto, degenerou: para comprar, o representante da companhia pagava pouco, enquanto para vender, cobrava muito; os jesuítas persistiam em lutar contra a escravidão do índio; os pesos e medidas eram fraudados; os escravos negros prometidos não apareciam; e as fazendas e os gêneros eram de má qualidade.

A indignação estourou em revolta. O principal cabeça do movimento foi Manuel Beckmann, nascido em Lisboa, de pai alemão e mãe portuguesa, senhor de engenho no Mearim. Consta que os conspiradores assinaram um papel em círculo, para que nenhum deles pudesse ser acusado de chefe do motim. Beckmann misturou o instinto de liberdade do comércio com a ferocidade do preconceito escravista: o índio era presa fácil. O capitão-mor Baltasar Fernandes viu-se preso em casa, sob custódia da mulher. Os jesuítas, em seu colégio, ficaram incomunicáveis, e as portas dos armazéns de estanco foram seladas.

A Junta dos Três Estados (clero, nobreza e povo), que então se constituiu, não pretendia a independência. Um procurador enviado ao reino, Tomás Beckmann, irmão de Manuel, explicou ao rei que não se levantavam contra ele. Queriam apenas liberdade de comércio -- razão pela qual haviam fechado os armazéns do estanco -- e de prear índios, por isso expulsaram os jesuítas, embarcados em dois navios.

Criou-se uma guarda cívica e demitiram-se funcionários de lealdade duvidosa. Beckmann mandou embaixador a Belém e foi ele próprio a Alcântara, mas não obteve apoio nos dois locais. Recusou proposta de suborno do governador Sá e Meneses, mas a chama do levante começou a declinar. Em 15 de maio de 1685 aportou a São Luís o novo governador, Gomes Freire de Andrade, com 150 soldados, que entraram em confraternização com os soldados da terra. Os principais conjurados fugiram. Beckmann assistiu ao desembarque e só no dia seguinte se escondeu em seu engenho, onde foi preso, por traição de Lázaro de Melo, seu afilhado.

A devassa aberta concluiu que o sistema de estanco fora introduzido e mantido com fraude, dolo e violência. Contra Jorge de Sampaio, Francisco Deiró e Manuel Beckmann foi porém lavrada sentença, assinada por Gomes Freire, que os declarava culpados de crime contra a autoridade do rei. Deiró fugiu e foi enforcado em efígie. Sampaio e Beckmann padeceram o suplício corajosamente. Gomes Freire declarou extinto o contrato do estanco, devolveu os jesuítas ao Maranhão e governou com acerto.

Ao iniciar-se o século XVIII, os jesuítas continuavam dispondo os índios em aldeias. As ordens do rei oscilavam entre guerrear os gentios e não molestar os já apaziguados. Em 1718 chegou o capitão-mor Bernardo Pereira Berredo. Até 1749, quando o cobre ainda não era explorado no Brasil, serviram de moeda novos de algodão ou varas de pano. A partir de 1755 os índios passaram a viver sob um novo regime: foram declarados livres, embora pudessem ser requisitados para servir, mas nesse caso o colono ficava obrigado a fornecer-lhes comida e uma pequena quantia em dinheiro. Extinta a Companhia de Jesus em 1760, 86 padres foram presos e embarcados, o que provocou o fechamento das escolas, o retraimento das iniciativas de povoamento e o abandono da língua geral.

Independência. O último governador colonial foi o marechal do Exército português Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Excepcional administrador, em seu governo foi impresso em tipografia instalada por sua iniciativa o

primeiro jornal maranhense, O Conciliador do Maranhão. No entanto, por essa época o sentimento nativista já prenunciava a independência. Confluíram para ela duas forças: uma, decisiva, a rebelião local, apoiada por piauienses e sertanejos do Ceará, que repetiram os caminhos trilhados 300 anos antes pelos índios da serra do Ibiapaba; e outra, circunstancial, a presença dos navios de Lord Thomas Cochrane, que fora contratado em 1823 pelo imperador D. Pedro I para comandar a esquadra brasileira contra os portugueses. A presença do famoso almirante desestimulou qualquer tentativa de resistência por parte dos portugueses de São Luís.

Os emancipadores já haviam dominado a terra até a orla marítima. Cochrane completou a vitória e assegurou a independência ao entrar no porto e obrigar à rendição os reforços portugueses chegados dias antes. Iniciou-se uma fase de disputas pelo governo, marcada pelo contraste entre a exaltação nativista e a moderação conservadora, que redundaram em violências contra os portugueses. O principal representante da linha radical foi o advogado provisionado Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce, que chegou a decretar a expulsão de todos os portugueses, reduzida depois àqueles que não fossem proprietários ou não tivessem profissão.

Bruce, ainda no cargo de primeiro presidente nomeado da província, foi acusado de veicular idéias republicanas. Deposto e preso por Lord Cochrane, foi enviado ao Rio de Janeiro, submetido a julgamento e absolvido. A tendência moderada teve como principal expoente José Félix Pereira de Burgos, que havia sido designado primeiro comandante de armas ainda na vila de Itapeturu. Passou-se então para o lado dos independentes e lhes assegurou o domínio de todo o vale, com o que restringiu a ação dos portugueses.

O bispo D. Joaquim de Nazareth, amigo pessoal de D. João VI e de Pedro I, defendeu a união direta com Portugal e a separação do que chamava de "províncias austrais". Mais forte que o nacionalismo liberal de Bruce era o nativismo exaltado, que confinava com a aspiração republicana. Seus principais representantes eram o boiadeiro baiano Salvador Cardoso de Oliveira, primeiro a levantar-se pela independência e a juntar-se a piauienses e cearenses, de outro lado do Parnaíba; Domingos da Silva, o Matrauá, que participou da Balaiada; e o capitão-do-mato João Ferreira do Couto, que à frente de uma guerrilha de quarenta homens entrou em Manga do Iguará e assassinou o comandante do contingente local.

Em 12 de março de 1823, Salvador Cardoso de Oliveira reuniu-se aos independentes do Piauí, e no dia seguinte, com oitenta homens -- primeira tropa maranhense a lutar pela independência -- participou do combate de Jenipapo. No fim de março, no arraial de São João dos Matões, piauienses e maranhenses, vindos do outro lado do Parnaíba, aclamaram o imperador e juraram a independência. Em 17 de abril, vindo do Piauí, o brigadeiro português João José da Cunha Fidié entrou em Caxias, e em 18 de junho, o tenente-coronel José Félix Pereira de Burgos, comandante geral de Itapeturu-Mirim, passou-se para os independentes e a tropa restante capitulou. De 18 a 20 de julho, Burgos, por meio de uma câmara geral, fez eleger quatro membros para o governo civil, e deixou à capital a indicação de mais três. Ele próprio foi escolhido para governador das armas. Em 23 de julho, o novo governo intimou a junta de São Luís a proclamar a independência e, no dia 10 de agosto, em Caxias, Fidié se demitiu e o tenente-coronel Luís Manuel de Mesquita capitulou.

Enquanto isso, em São Luís, um conselho reunido pela junta provisória se pronunciou pela independência. Parte da tropa tentou proclamá-la, mas foi recebida a tiros, perto do palácio do governo, pelos soldados fiéis ao comandante português marechal Agostinho de Faria. No dia 14 chegaram sete navios com tropas portuguesas, que fugiam da derrota na Bahia. A junta deu por dissolvida a câmara e comunicou que a tropa se opunha à independência, enquanto deliberava enviar emissários aos chefes independentes para negociar armistício, até que Pedro I e D. João VI resolvessem o caso. Em 26 de junho, o almirante Cochrane entrou no porto de São Luís. Dois dias depois, foi proclamada a independência.

Os conflitos de interesse, mas sobretudo de sentimentos, entre brasileiros natos e brasileiros por adoção tomaram toda a primeira metade do século. O nativismo foi radical. São Luís foi invadida pela agitação, ao sabor dos fatos políticos. A plebe, caboclos e escravos, não se limitava a assistir aos acontecimentos, mas tomava parte em muitos deles. De 1838 a 1840, a sociedade estremeceu na grande convulsão da Balaiada. Vencidos

os balaaios, o domínio dos brancos se estabilizou e reafirmou-se a estrutura social.

A partir de 1771 começaram a chegar os primeiros escravos. Os imigrantes portugueses, que em geral se destinavam ao comércio, continuaram a aportar. Os índios, domesticados como caboclos, tornaram-se agregados ou vaqueiros nas fazendas e artífices na capital, onde sofriam a concorrência dos hábeis pretos, escravos ou muitas vezes livres, e dos europeus pobres, que traziam de Portugal e dos demais países da Europa a ciência de um artesanato que dispensa capital.

Segundo reinado. Para a província, o segundo reinado criou uma prosperidade despreocupada, erguida nos ombros dos escravos, e cortada apenas pelas paixões políticas. Os presidentes chegavam e, mal se habituavam aos costumes da terra, partiam depois da primeira eleição ou com a queda do gabinete. A fama do Maranhão, e sobretudo de São Luís, a beleza de seus sobrados, os requintes de sua "civildade", faziam da província o lugar ideal para um começo de vida ou uma trégua nos cansaços do ofício. Os partidos, por isso mesmo, mandavam para lá seus representantes ilustres: Paranaquá (o futuro marquês), Leão Veloso, Leitão da Cunha, Lafayette Rodrigues Pereira, Sousa Carvalho, Franklin Dória, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, José Manuel de Freitas.

A segunda metade do século XIX foi decisiva para a integração do território. Graças, sobretudo, aos esforços de Cândido Mendes de Almeida, decretos imperiais declararam maranhenses os territórios de Carolina (então disputado por Goiás) e do Turiagu, o que deslocou o limite com o Pará até o Guarani e incorporou definitivamente o noroeste, onde havia quilombos que depois se transformaram em cidades.

República. A partir da Balaiada, a província entrou na estabilidade política e social, com uma estrutura agrária baseada na escravidão e só de raro em raro desafiada em seus excessos. O ideal republicano, todavia, persistiu. Como vimos, Bruce, o primeiro presidente nomeado por Pedro I, foi deposto e preso por Lord Cochrane sob suspeita de republicano. Acusado, respondeu a conselho de guerra e foi absolvido; mas o fato, por si só, foi expressivo. Os chefes cearenses da Confederação do Equador, que estiveram no Maranhão com as forças expedicionárias, decisivas no processo da independência, enviaram em 1824 emissários aos maranhenses, na convicção de que seu liberalismo os levaria a participar da revolução. Em 1829, foram lidas proclamações republicanas em Pastos Bons.

O último presidente da província, desembargador Tito Augusto Pereira de Matos, após a queda do império, passou o governo ao tenente-coronel João Luís Tavares, integrante de uma junta de sete cidadãos, cinco deles militares e dois civis, junta que, em 17 de dezembro de 1889, entregou o poder ao primeiro governador nomeado que chegou ao Rio de Janeiro, Pedro Augusto Tavares Júnior. Em 4 de julho de 1891 foi promulgada a primeira constituição política do estado. No ano seguinte, em 28 de julho, promulgou-se nova constituição, emendada em 1898, 1904 e 1919.

Século XX. O primeiro governador do século XX foi João Gualberto Torreão da Costa. Em 1906, no governo de Benedito Pereira Leite, o presidente da república eleito, Afonso Pena, visitou o estado. Em 1930, a revolução que irrompera no sul do país estendeu-se ao Maranhão e o governador José Pires Sexto foi deposto. Em 16 de outubro de 1934 foi promulgada uma nova constituição estadual, no governo de Antônio Martins de Almeida. Em 1936, a constituição foi emendada e assumiu o governo Paulo Martins de Souza Ramos, que com o golpe de 10 de novembro de 1937 foi nomeado interventor.

Em 28 de julho de 1947, com a redemocratização do país, a Assembleia Constituinte do estado promulgou nova carta constitucional. Em 1966 assumiu o governo José Sarney da Costa, que iniciou o período de modernização "Maranhão Novo", cujos destaques foram a construção do porto de Itaqui e a pavimentação da estrada São Luís-Teresina. Mas somente nas décadas seguintes, com os recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sobreveio a mudança do perfil econômico do estado, com fundas repercussões no Maranhão: em 1970 entrou em operação a usina de Boa Esperança e três anos depois foi inaugurada a fábrica de celulose e papéis (cepalma), que utiliza matéria-prima local; em 1984, inaugurou-se a primeira etapa da fábrica de alumínio do consórcio Alumar, primeiro projeto do programa Grande Carajás; e em 1987 começou a ser

construído o centro de lançamento de foguetes de Alcântara. (Para lista de governantes, ver Datapédia.)

Cultura

Acervo histórico e arquitetônico. O Maranhão possui grande número de monumentos históricos e arquitetônicos, muitos tombados por lei federal, como o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Alcântara e, na capital, da praça Gonçalves Dias, da praça João Francisco Lisboa, do largo fronteiro à igreja de S. José do Desterro; a fonte do Ribeirão; o retábulo do altar-mor da catedral de Nossa Senhora da Vitória; a capela de São José e o portão da quinta das Laranjeiras; e o sambaqui do Pindaí.

Outros monumentos importantes são, na capital, a pirâmide do Bequimão, a pedra da Memória, homenagem à coroação de D. Pedro II, as casas onde moraram os escritores maranhenses Graça Aranha, Artur Azevedo e Aluizio de Azevedo, as estátuas de João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias, o palácio dos Leões, o palácio Arquiepiscopal e o Centro Histórico da praia Grande. Em Alcântara, além dos numerosos sobrados coloniais de azulejos portugueses, há a praça Gomes de Castro, o Farol e o forte de S. Sebastião. Em Caxias, a antiga fábrica de tecelagem, transformada em centro cultural, e as ruínas da época da balaia, no morro de Alecrim.

Museus. São Luís abriga vários museus, como o de Artes Visuais, com trabalhos de artistas plásticos maranhenses e azulejaria européia do século XIX; o de Arte Sacra; o da Cafua dos Mercês, antigo mercado de escravos; e o Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Em Alcântara, há um museu de arte sacra, com imagens e mobiliário dos séculos XVIII e XIX, e o Museu do Folclore, com imagens e estandartes usados na festa do Divino.

Turismo. A bela arquitetura colonial de São Luís e de Alcântara, a variedade de restaurantes típicos, a beleza das praias, o belo artesanato, os diversos parques nacionais e estaduais e a moderna rede de hotéis concorrem para tornar o Maranhão um dos estados brasileiros de maior potencialidade turística. Além disso, tanto a capital como as cidades de Alcântara e Caxias apresentam um atraente calendário de eventos. A Festa do Divino, realizada entre maio e junho em Alcântara, é famosa em todo o Brasil; em junho realiza-se a festa folclórica Tambor da Crioula, as festas juninas e o bumba-meu-boi.

Capitania do Maranhão

Por Alessandra Alexandrina da Silva

Apesar do espanhóis terem sido os primeiros a chegar na região onde se localizou a **Capitania do Maranhão**, era à Portugal que cabia o direito de exploração das terras conforme acordado no Tratado de Tordesilhas. As terras que era de direito aos lusitanos foi divididas em 14 capitanias.

As capitanias eram enormes lotes de terra doados aos nobres, que foram chamados de capitães donatários, que seriam os responsáveis por colonizar a área. Essa foi a maneira mais fácil encontrada pelos lusitanos para administrar totalmente as terras e investir poucos recursos já que os donatários deveriam governar em nome da coroa mas, usar recursos próprios.

A **Capitania do Maranhão** foi dividida em duas seções, a primeira estava localizada no extremo leste da ilha de Marajó (PA) à foz do rio Gurupi (PA/MA) cedida aos donatários Joao de Barros e Aires da Cunha, a segunda seção situava-se à foz do rio gurupi(PA/MA) a parnaíba(PI) e era cuidada por Fernão Alvares da Cunha.

Portugal sempre se preocupou em proteger seus territórios, porém apesar da partilhas das capitanias, ainda não tinha iniciado o processo de colonização na capitanias do maranhão. Nessa época o estado ainda tinha muita dificuldade com a vigilância das áreas próximas a fronteira e devido a isso, o maranhão estava sempre sendo alvo de investidas estrangeiras principalmente da França que era contra o Tratado de Tordesilhas.

Os franceses ganhavam a confiança do indígenas nativos da região para obter apoio nos ataques a capitanias, e os portugueses tentavam agir da mesma maneira, estabelecendo alianças no meio indígena principalmente os que fossem inimigos dos aliados franceses.

Em 1612 essas investidas e ataques se intensificaram e ficaram conhecidos como Batalha de Guaxenduba ou "Jornada Milagrosa", e em 1615 os portugueses junto com os indígenas aliados comandados por Jerônimo

de Albuquerque expulsam efetivamente os franceses do território portugueses marcando o início da **colonização portuguesa no Maranhão**.

São Luís

Fundada pelos franceses no início do século XVII para se tornar o núcleo da França Equinocial e mais tarde ocupada pelos holandeses, São Luís tem hoje um dos mais modernos portos do Brasil.

São Luís é capital e principal cidade do estado do Maranhão. Situa-se na ilha de São Luís, entre as embocaduras dos rios Anil e Bacanga. O clima é tropical chuvoso, com temperatura média anual de 26o C. Os totais pluviométricos chegam a 2.083mm. Liga-se ao continente por duas pontes.

História. Os primeiros habitantes da área onde hoje está São Luís foram os índios tupinambás. A cidade foi fundada em 1612 pelos franceses que ali aportaram, sob o comando de Daniel de La Touche, o senhor de La Ravardière, com três navios e pouco mais de 500 homens. Em 1615 a ilha foi conquistada pelos portugueses e, a partir de 1641, esteve sob domínio holandês durante três anos. Nascida com a função de defesa e ponto de partida para a ocupação do interior, São Luís teve crescimento lento. O mais importante surto de desenvolvimento começou com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, em 1755, que introduziu a cultura do algodão, visando a indústria têxtil da Inglaterra.

No século XIX, o crescimento manteve ritmo intenso graças à lavoura canavieira. Datam desse período os casarões de azulejos, um marco da fisionomia urbana. Foi também uma fase de grande ebulição política e cultural. Cenário de movimentos de libertação como a balaia, em 1838, São Luís foi chamada a "Atenas brasileira" pelo nível de suas atividades culturais.

A abolição da escravatura teve consequências negativas em seu desenvolvimento e a cidade entrou no século XX em estagnação. A partir de 1930 houve uma retomada do crescimento, com a valorização do babaçu e do arroz nos mercados externo e interno. Na década de 1980 um novo surto de desenvolvimento começou com a chegada da Ferrovia Carajás e a construção do porto Ponta da Madeira, na baía de São Marcos, para escoamento da produção mineral do projeto Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, no Pará. Com capacidade de atracação de navios de grande calado e até 300.000 toneladas, Ponta da Madeira só tem rival no porto de Rotterdam, Países Baixos, o maior descarregador de minério da Europa.

Economia. A chegada do sistema Carajás a São Luís mudou a fisionomia da cidade. Até então centro das atividades comerciais e de serviços das regiões do litoral e dos vales dos rios, com as quais se comunica por transporte ferroviário e fluvial, São Luís ampliou sua área de influência até o sul do estado, grande produtor de soja, e exporta a produção local, levada pela ferrovia Carajás até o porto de Ponta da Madeira. O projeto da Vale gerou empregos diretos e indiretos em São Luís e proporcionou expressivo aumento de arrecadação de impostos, o que se refletiu na economia global da capital maranhense. Entretanto, um sério problema da cidade é a migração de grande contingente rural sem emprego, que agrava os problemas sociais e de saúde pública da capital.

Outra atividade importante é a extração e industrialização do babaçu, transformado em óleo, gordura comestível, sabões e rações para gado. Os produtos são exportados para o mercado nacional e internacional pelo porto de Itaqui. São também indústrias de destaque a de transformação de minérios, têxtil, alumínio e mobiliário. Além dos portos, a cidade conta com um aeroporto e linhas ferroviárias e rodoviárias.

Desenvolvimento urbano e cultura. Situada no ponto de convergência dos rios em cujos vales o algodão era cultivado, a cidade tornou-se o porto natural para a exportação. Cresceu em direção às partes mais baixas, com o aterro de brejos e manguezais. As ruas adaptaram-se ao relevo do terreno e são sinuosas, estreitas e íngremes e muitas delas conservam o calçamento colonial de pedras de cantaria.

São Luís é importante centro turístico por sua arquitetura colonial, representada pelos casarões azulejados, o recuperado Convento das Mercês e a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, construída pelos jesuítas em 1726. A fonte do Ribeirão, com galeria subterrânea, data de 1796 e continua a fornecer água para a população. Entre os monumentos mais importantes da cidade está o palácio dos Leões, hoje sede do governo estadual

e, no passado, um forte francês construído de pau-a-pique e chamado de Saint-Louis.

O ensino superior concentra-se na Universidade Federal do Maranhão. A cidade promove eventos culturais e folclóricos e festas populares como o Tambor de Mina, a Festa do Divino, o Bumba-Meu-Boi. Suas praias, como Olho d'Água, Ponta d'Areia, do Calhau, e do Araçago, também são grande atração para os turistas.

Caxias

Uma das mais importantes cidades do interior do estado do Maranhão, Caxias foi palco de combates de alguns dos movimentos rebeldes que abalaram o Norte e o Nordeste do Brasil no século XIX.

O município de Caxias localiza-se na região do rio Itapecuru, a 368km de São Luís. O povoado, edificado no local onde havia um conjunto de aldeias de índios timbiras e gamelas, nasceu no século XVIII e foi elevado a cidade em 1836, com o nome de Caxias das Aldeias Altas. Ao lado de São Luís, manteve-se fiel a Portugal nas lutas pela independência. Entre 1838 e 1840 foi cena de combates do movimento rebelde conhecido como Balaia-da, sufocado por Luís Alves de Lima e Silva, agraciado então com o título de barão de Caxias.

Importante centro comercial regional, a economia caxiense tem como principais sustentáculos a agricultura (arroz, feijão, mandioca) e o extrativismo e beneficiamento do babaçu.

Balaia-da

Dentre os numerosos levantes populares ocorridos no Brasil durante o período imperial, oriundos da opressão econômica das classes dominantes, um dos mais importantes foi a balaia-da.

Balaia-da foi como ficou conhecida a rebelião popular que assolou as províncias do Maranhão, Ceará e Piauí de 1838 a 1841. A denominação provém da alcunha Balaio, dada a um de seus líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de cestos. A revolta eclodiu em sucessivos e ininterruptos motins, iniciados com o levante ocorrido em Vila do Manga do Iguará, no Maranhão, em 13 de dezembro de 1838, quando o vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutai, o Cara Preta, libertou os presos da cadeia.

Sem objetivos políticos definidos no início, o levante transformou-se numa vingança coletiva contra fazendeiros e proprietários, quando ocorreu a adesão de Balaio ao movimento. A princípio, a revolta obteve o apoio da ala exaltada do Partido Liberal, por meio do jornal Bem-te-vi, editado em São Luís, cujo redator era Estêvão Rafael de Carvalho. Depois passou a prevalecer a opinião dos moderados, que condenaram os excessos da caudilhagem, as depredações e assassinios praticados pelos revoltosos. Entre os caudilhos, destacaram-se Ruivo, Mulungueta, Pedregulho, Milhomens, Gavião, Macambira, Coco e Tempestade e, especialmente, o preto Cosme Bento das Chagas, o "Dom Cosme tutor e imperador das liberdades bem-te-vis", que conseguira aliciar apreciável contingente de escravos fugidos. A adesão destes mostrou claramente o aspecto não apenas social e econômico, mas também racial da balaia-da, já que reuniu pretos e mulatos, os chamados "bodes", que, aliados a índios e cafuzos, sem terra e sem direitos, uniram-se contra os portugueses e seus descendentes, que constituíam a classe dominante.

Para dominar o levante, que se estendera ao Ceará e ao Piauí, o regente do império, Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, enviou ao Maranhão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, nomeado presidente e comandante de armas em 7 de fevereiro de 1840. Após um ano de guerrilhas, anunciou-se a pacificação das províncias conflagradas, em 19 de janeiro de 1841, o que valeu ao comandante a promoção ao generalato e o título de barão de Caxias.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

©Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.

PROVA SIMULADA

Nas questões que se seguem, assinale:

C – se a proposição estiver correta
E – se a mesma estiver incorreta

01. Simão Estácio Silveira chegou ao Maranhão em 1619, como capitão de uma das naves da expedição de Jorge Lemos de Bittencourt, que trazia 300 casais açorianos. Foi o primeiro a se dirigir aos pobres de Portugal -- possíveis emigrantes para o Brasil -- a fim de atraí-los à terra, a que depressa se afeiçoou. Na sua Relação sumária das coisas do Maranhão, publicada em Lisboa, em 1624, descreveu o céu saudável, as águas puras, o chão fértil da terra.

02. Em 1624 chegou frei Cristóvão de Lisboa, custódio dos capuchos, acompanhado de 13 frades. Queimou livros franceses para apagar o traço que restava da França Equinocial. Compôs a primeira história natural brasileira, História dos animais e árvores do Maranhão (só publicada em 1967, pelo Arquivo Histórico Ultramarino), e os quatro volumes de uma História natural e moral do Maranhão, que se perdeu no terremoto de Lisboa.

03. Frei Cristóvão iniciou a construção de um mosteiro em São Luís. Jerônimo de Albuquerque, que a seu nome acrescentou o de Maranhão, começou a erguer a casa que seria o palácio dos governadores. Os jesuítas ampliaram a ermida que fora dos capuchinhos franceses, a qual foi ocupada mais tarde pelo colégio, depois reformado pelo padre Antônio Vieira. Em 1626 o padre Luís Figueira ergueu a primeira igreja, dedicada a Nossa Senhora da Luz.

04. Holandeses. Por essa época esteve preso no Maranhão o aventureiro Gedeon Morris, que depois seria comandante da guarnição flamenga do Ceará. As notícias por ele transmitidas sobre as condições de vida em São Luís, segundo seu entender mal defendida pelos lusitanos, foram ouvidas com interesse pelos dominadores do Recife. A paz entre Portugal e Holanda estava firmada quando em novembro de 1641 uma frota holandesa, comandada por Pieter Baas, entrou pela barra de São Luís, desceu pelo Desterro e saqueou a cidade. O governador Bento Maciel Parente, veterano do sertão e matador de índios, foi preso sem resistência.

05. Em 1682, criou-se a Companhia de Comércio do Maranhão. Era a receita da época para desenvolver as regiões colonizadas: o monopólio pelo sistema de estanco, que assegurava o privilégio de vender gêneros de primeira necessidade; a exclusividade -- e a obrigação -- de compra de toda a produção do estado; e o compromisso de fornecer escravos africanos, mais próprios para as duras tarefas da lavoura em chão equatorial, como forma de compensar a proibição da caça ao índio.

06. O último governador colonial foi o marechal do Exército português Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Excepcional administrador, em seu governo foi impresso em tipografia instalada por sua iniciativa o primeiro jornal maranhense, O Conciliador do Maranhão. No entanto, por essa época o sentimento nativista já prenunciava a independência. Confluíram para ela duas forças: uma, decisiva, a rebelião local, apoiada por piauienses e sertanejos do Ceará, que repetiram os caminhos trilhados 300 anos antes pelos índios da serra do Ibiapaba; e outra, circunstancial, a presença dos navios de Lord Thomas Cochrane, que fora contratado em 1823 pelo imperador D. Pedro I para comandar a esquadra brasileira contra os portugueses. A presença do famoso almirante desestimulou qualquer tentativa de resistência por parte dos portugueses de São Luís.

07. A partir da balaia-da, a província entrou na estabilidade política e social, com uma estrutura agrária baseada na escravidão e só de raro em raro desafiada em seus excessos. O ideal republicano, todavia, persistiu. Como vimos, Bruce, o primeiro presidente nomeado por Pedro I, foi deposto e preso por Lord Cochrane sob suspeita de republicano. Acusado, respondeu a conselho de guerra e foi absolvido; mas o fato, por si só, foi expressivo. Os chefes cearenses da Confederação do Equador, que estiveram no Maranhão com as forças expedicionárias, decisivas no processo da independência, enviaram em 1824 emissários aos maranhenses, na convicção de que seu liberalismo os levaria a participar da revolução. Em 1829, foram lidas proclamações republicanas em Pastos Bons.

08. O último presidente da província, desembargador Tito Augusto Pereira de Matos, após a queda do império, passou o governo ao tenente-coronel João Luís Tavares, integrante de uma junta de sete cidadãos, cinco deles militares e dois civis, junta que, em 17 de dezembro de 1889, entregou o poder ao primeiro governador nomeado que chegou ao Rio de Janeiro,

